

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
ÁREA DE LITERATURAS, ARTES E CULTURAS



Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve

Hugo Eiji Ibanhes Nakagawa

MESTRADO EM CULTURA E COMUNICAÇÃO

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
ÁREA DE LITERATURAS, ARTES E CULTURAS



Culturas surdas: o que se vê, o que se ouve

Hugo Eiji Ibanhes Nakagawa

Dissertação orientada pela Prof^a. Doutora Teresa Malafaia

MESTRADO EM CULTURA E COMUNICAÇÃO

2012

Copyright © 2012 Hugo E. I. Nakagawa / FLUL / UL

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e a Universidade de Lisboa (UL) têm licença não exclusiva para arquivar e tornar acessível, nomeadamente através do seu repositório institucional, esta dissertação, no todo ou em parte, em suporte digital, para acesso mundial. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa estão autorizadas a arquivar e, sem alterar o conteúdo, converter a tese ou dissertação entregue, para qualquer formato de ficheiro, meio ou suporte, nomeadamente através da sua digitalização, para efeitos de preservação e acesso.

*A todos, surdos e ouvintes, que lutam por novos
olhares sobre as culturas e comunidades surdas.*

AGRADECIMENTOS

Mais que uma rica experiência acadêmica, Lisboa ofereceu-me bons momentos, bons amigos e lembranças que ficarão a pairar, solares, pelo sempre. A todas as pessoas e lugares que, direta ou indiretamente, enredaram-se nessa história – pano de fundo desta investigação – deixo um *obrigado*.

Agradeço a todos os colegas e professores do mestrado em Cultura e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa pelas vivências e pelo percurso que traçamos juntos. Em especial, agradeço a Prof^ª. Doutora Teresa Malafaia pela orientação, compromisso e dedicação em *adentrar* (em bom “brasileiro”) por esse universo da Surdez.

Ao grande amigo Fábio Z., um imenso obrigado – pela amizade, pelas discussões e provocações que em muito me refizeram (e também refizeram os caminhos e descaminhos desta dissertação).

Aos amigos, surdos e ouvintes, que partilham das comunidades e culturas surdas, o agradecimento por enriquecerem as experiências que fundaram este trabalho.

Por fim, e com uma gratidão sem tamanho, agradeço à Cecília – minha mãe, também conhecedora do mundo Surdo – por apoiar e tornar possível essa trajetória. Sem esse apoio, em vários aspectos, essa investigação não teria se concretizado.

A todos, muito obrigado.

Hugo Eiji Ibanhes Nakagawa
Setembro de 2012

RESUMO

Entre vozes e gestos, em investigações acadêmicas, discursos militantes e conversas cotidianas de surdos e ouvintes ligados às causas surdas, muito se diz sobre as culturas e identidades surdas. Termos e expressões como “*deafhood*”, “ser Surdo”, “*deaf gain*”, “ouvintismo”, “Línguas de sinais”, “ensino bilíngue” e “inclusão” avolumam-se, dia a dia, em mãos e falas de diferentes sujeitos. Em oposição à práticas ouvintizadoras, que entendem a surdez por perspectivas médicas (atreladas às ideias de deficiência, falta e reabilitação), novos discursos assumem o “ser Surdo” por olhares sócio-antropológicos, como uma expressão identitária ligada a um substrato cultural específico. Essa assunção, que desloca a surdez de contextos clínicos para o campo dos Estudos Culturais, e que confronta a noção de deficiência (pela afirmação da diferença), fundamenta uma série de revisões no que diz respeito a práticas de inclusão – por vezes levadas a cabo como esforços normalizadores, de achatamento e apagamento cultural. Assim, com uma contextualização histórica da surdez e uma incursão pelo universo das identidades surdas, este trabalho salienta a riqueza e a imensidão das culturas surdas, bem como problematiza os porquês de sua pouca visibilidade e de seu grande desconhecimento por parte do público ouvinte. Com isso, entende-se a forma como o que é ouvido sobre a surdez e sobre inclusão nos discursos hegemônicos configura o (pouco) que é visto e sabido sobre as comunidades e culturas surdas.

Palavras-chave:

Surdez, povo surdo, *deafhood*, diferença, culturas surdas, identidades surdas, inclusão, artes surdas.

ABSTRACT

Spoken and signed, in academic research, militant speeches and daily conversations of deaf and hearing people connected with Deaf causes, a lot is said about deaf cultures and deaf identities. Terms and expressions such as *deafhood*, *deaf gain*, *audism*, *sign languages*, *bilingual education* and *inclusion* gain strength on a daily basis in the hands of a variety of sources. In opposition to audist practices, which perceive deafness through medical terms (chained to ideas such as deficiency, handicap and rehabilitation), new ways of seeing things view “being Deaf” through an expression of identity linked to a specific cultural substrata. This assumption, which shifts deafness from a clinical context to a cultural study context and confronts the notion of deficiency (emphasis on being different), it justifies a number of reforms that are to do with inclusion practices – sometimes taken as normalising efforts and cultural erasure. As such, contextualising the history of deafness and deaf identities, this paper emphasises the richness of the deaf cultures, as well as explaining why it has such low visibility and understanding from the general public. This is part of how deafness is comprehended and how inclusion in hegemony speeches shapes what (little) is seen and known about deaf cultures and communities.

Keywords:

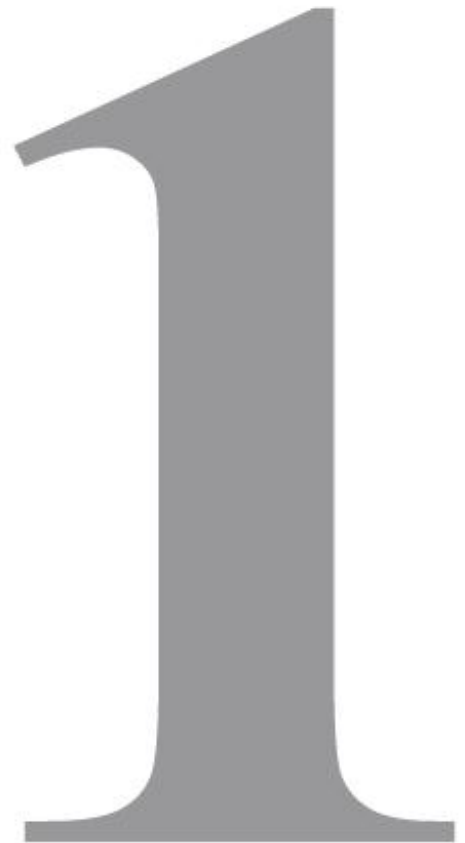
Deafness, deaf people, deafhood, difference, deaf cultures, deaf identities, inclusion, deaf art.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: SURDOS?	01
2. SURDEZ: UM BREVE APANHADO HISTÓRICO	07
2.1. Surdez na Antiguidade: o outro intratável?	08
2.2. Idade Média e Idade Moderna: da caridade aos imperativos burgueses	12
2.3. O Congresso de Milão e a hegemonia oralista	19
3. IDENTIDADE E DIFERENÇA: A SURDEZ HOJE	23
3.1. Diferença e identidades surdas	24
3.2. Pormenores no meio do caminho: a diferença na diferença	29
3.3. Comunidades surdas	31
3.4. <i>Deafhood</i>	34
3.5. Surdos contra o ouvintismo	35
3.6. Um <i>mea-culpa</i> ao fim do capítulo	45
4. CULTURAS SURDAS	47
4.1. Cultura surda?	48
4.2. Culturas surdas, no plural	49
4.3. Estereótipos e a cultura ideal	51
4.4. Artefatos culturais	52
4.5. As línguas de sinais (L.S.)	53
4.6. Famílias e materiais	57
4.7. Associações, empreendimentos e eventos	60
4.8. Em tempos de paz, em tempos de guerra	69
4.9. Literatura e Artes Surdas	71
4.9.1. De`VIA?	71
4.9.2. Literatura Surdas	73
4.9.3. Teatro Surdo	78
4.9.4. Filmes, documentários, curtas	82
4.9.5. Internet, TV, música... música?	83
4.9.6. Artes Plásticas	87
4.10. “Ao fim e ao cabo”	88

5. INCLUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	90
5.1. Indiscriminadamente, a “inclusão”	91
5.2. O dentro e o fora: a dialética da inclusão/exclusão	92
5.3. Educação e inclusão	97
5.4. Surdos e o <i>mainstream</i> : uma questão de acesso	100
5.5. Promover para incluir	104
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
7. REFERÊNCIAS	114
8. ANEXOS	121

Introdução: surdos?



1. INTRODUÇÃO: SURDOS?

A pergunta, que se antecipa em título de introdução, traz à baila as distensões que marcam o terreno cheio de espinhos onde se movimentam, e conflitam, diferentes representações sobre a surdez. Afinal, o que é ser surdo?

Comumente, a surdez é associada a uma condição patológica, deficiente, incapacitante, que deve ser “curada” por meio de próteses, terapias de fala, treinamentos auditivos e aprendizados de comportamentos ouvintes¹.

À surdez assim (re)tratada não cabe outro esforço senão a reabilitação, em que o objetivo redentor é a normalização do corpo danificado e a superação da não-audição. A falta, como força-motriz das práticas de correção, sobressai sobre os possíveis, mas inimagináveis, ganhos. Haverá ganhos em ser surdo?

Gestos e falas caritativas, paternalistas e assistencialistas desdobram-se dessa compreensão, tão comum hoje como outrora. Nas entrelinhas dos discursos hegemônicos enredam-se ideias que, menos ou mais visíveis, apequenam, subjagam e achatam os horizontes de muitos sujeitos surdos.

Práticas pedagógicas, políticas públicas, leis de acessibilidade e um vasto corolário fundado em postulados biomédicos decorrem dessas acepções. A surdez é institucionalizada, patologizada, medicalizada, entremeada por ideários que se forjam naturais no senso comum: e o que se ouve, como respostas imediatas e, por vezes, irrefletidas (talvez por soarem “óbvias”) são falas que pretendem a normouvintização² e a inclusão dos sujeitos surdos a modos dominantes de agir, pensar, sentir e se expressar.

Essas compreensões, aqui descritas com traços de denúncia, não causam à grande parte da população ouvinte um estranhamento sequer: “a surdez precisa ser tratada” é frase que transita fluida, sem grandes constrangimentos, em discursos hegemônicos.

Mas, por parte de muitos surdos e ouvintes ligados às causas surdas, o que se vê e o que se entende sobre a surdez?

¹ “Ouvintes”, nesse universo semântico, são todas as pessoas que “ouvem” e que experimentam o mundo também por meio do som.

² A adequação a uma existência pautada por modelos ouvintes.

Hoje, uma série de novas bandeiras são defendidas e conquistadas pelas comunidades surdas. Do tadinho ao sujeito de direitos, da diversidade à diferença (“diferença” em sua acepção radical, e não como mera continuidade discursiva da deficiência), das exigências da fala ao reconhecimento das línguas de sinais, da reabilitação à valorização de uma identidade cultural própria, da inculcação de padrões ouvintes à valorização do “ser Surdo”... uma série de rupturas realçaram-se nas últimas décadas.

Novos termos são propostos, antigas ideias são revistas. A urgência de outros olhares evidencia-se pelo fracasso perpetrado por velhas políticas de inclusão, que implicam – e implicaram – em inúmeros prejuízos para muitos surdos.

Vê-se, atualmente, o fervilhar das culturas surdas e o empoderamento desses grupos linguísticos minoritários. Intensificam-se as empreitadas políticas, bem como as jornadas pelo direito à educação bilíngue-bicultural. Firma-se, sobretudo, a ascensão de novas demandas sociais.

Por essas perspectivas, a surdez abandona a área biomédica e desloca-se para o domínio dos Estudos Culturais. “Ser Surdo” passa a ser percebido como um modo de existir, como outros vários, fundado na experiência visual e no uso das línguas de modalidade viso-motora (as línguas gestuais) – e legitima-se mais como um atributo cultural construído historicamente que como uma experiência unívoca e inexorável de um corpo mutilado.

Em nenhum outro momento se falou tanto, tampouco se sinalizou³ com tanta frequência, sobre culturas surdas. “Culturas surdas”, com os esgares que, para muitos, ainda causa a expressão.

Nesse cenário desenhado sobre novos postulados Surdos, milhares de produções culturais (espalhadas entre o teatro, a literatura, as artes plásticas, o cinema, a dança, a música, entre outros vários segmentos) são partilhadas entre inúmeras comunidades surdas. A cada dia, novos aparelhos culturais surgem, novas organizações e movimentos se consolidam, novas obras são produzidas, novos símbolos e significados são difundidos.

³ “Sinalizar” como o ato de enunciação em línguas de sinais.

E se essa efervescência fomenta e promove a expansão e o empoderamento das culturas e comunidades surdas, por que, então, pouco se vê sobre essas produções no *mainstream* ou no cotidiano da maior parte da população ouvinte? Se “inclusão” é hoje palavra em voga, por que os artefatos culturais desses grupos são ainda tão pouco conhecidos, para além de uma visão rasa e, não raro, estereotipada?

Essas e outras perguntas motivaram a escrita desta tese, que pretende **ressaltar a riqueza e a complexidade das identidades, comunidades e culturas surdas**, bem como **problematizar as ideias correntes sobre inclusão (em especial inclusão cultural)**, sob a perspectiva das compreensões sócio-antropológicas da surdez.

Feito isso, **tem-se como objetivo destacar a importância da valorização das culturas surdas e alargar o conceito de inclusão, reforçando as novas abordagens sobre o tema.**

Por meio de pesquisas bibliográficas e observações sobre a conjuntura de comunidades e culturas surdas de diferentes países, traçar-se-á, tendo como fundamento teórico as concepções sócio-antropológicas da surdez, um fio narrativo que passará por uma breve historiografia da surdez, pelas definições e categorizações das identidades surdas, pela afirmação e promoção das culturas surdas e, por fim, pela problematização dos ideais dominantes que permeiam a noção de inclusão.

Assim, logo no capítulo segundo, far-se-á um breve apanhado histórico sobre a surdez, revisitando compreensões que vigoraram em séculos passados e adentrando, de forma ligeira, a historiografia da educação de surdos – do século XVI aos dias atuais, quando ganham ênfase as novas concepções sobre a surdez.

No capítulo terceiro, delimitar-se-á o que se acredita por “identidade”, bem como se categorizará as diferentes identidades surdas. Esse novo ideário entrelaça-se com as noções sobre “diferença” que sustentam as lutas surdas contra as práticas de homogeneização ouvintista. As comunidades surdas serão postas em contexto, amarradas à ideia de *deafhoof*. O cenário espinhoso de resistências e opressões, avanços e retrocessos, entre Surdos e as práticas/discursos normouvintizadoras será, em parte, retratado nesse trecho da investigação.

O caminho segue com uma rápida, porém rica, imersão pelas culturas surdas. Artefatos culturais, como as artes surdas, as línguas de sinais, as famílias surdas, as

associações e movimentos, entre vários outros, serão citados nesse capítulo. Não se busca, aqui, abarcar a totalidade das produções culturais das comunidades surdas (tarefa improvável de ser documentada e reportada em uma tese), mas oferecer um pequeno recorte que aponte para a imensidão desse universo.

No quinto capítulo, abordar-se-á a ideia de “inclusão”, problematizando-a, alargando-a, fazendo emergir a urgência da promoção das culturas surdas – sob a perspectiva do *deaf gain* e dos imperativos da diferença. A seguir, serão feitas as considerações finais deste trabalho, a concluir o percurso.

Esta pesquisa insere-se no âmbito dos Estudos Surdos, campo multi e interdisciplinar que focaliza a surdez pelas lentes dos Estudos Culturais, em oposição às abordagens pautadas por discursos e enunciados biomédicos. Com investigações na área da Educação, Linguística, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, entre outras, os Estudos Surdos fundam-se na assumpção da surdez como um tema a ser discutido e problematizado sob perspectivas críticas e históricas.

Nesse campo, muitas publicações têm sido lançadas em língua portuguesa, principalmente nas áreas da Educação e da Linguística, os “carros-chefes” dessas investigações teóricas. Amarrado a essa teia de produções, este trabalho dialoga com o de outros autores – como Stroebel (2008) – a fim de contribuir, com outros olhares, para o enriquecimento dos debates sobre culturas e identidades surdas.

A transbordar os muros da Academia, o respaldo científico fortalece e autoriza uma série de argumentos e investidas das militâncias surdas, reforçando a luta cotidiana pela conquista e efetivação de direitos.

A ascensão de surdos sinalizadores, membros das comunidades surdas, ao ambiente acadêmico, assim como o ingresso de uma série de pessoas ligadas a esses grupos nos grandes centros de pesquisas, exponenciaram e fomentaram sobremaneira a quantidade e a qualidade das produções da área, em diferentes sítios, nas últimas duas décadas.

Para além da Gallaudet University⁴, outros importantes pólos de investigação dos Estudos Surdos começaram a se formar em diferentes continentes. Nos países

⁴ Universidade de surdos situada em Washington D.C., Estados Unidos. Com quase 150 anos, a instituição – que reúne diversas licenciaturas e programas de pós-graduação – figura como um dos principais pólos de pesquisa e difusão dos Estudos Surdos da atualidade.

lusófonos, destaca-se a proeminência de algumas universidades federais brasileiras (com destaque para centros de pesquisas espalhados por estados da região sul do país, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e de algumas instituições portuguesas (como a Universidade Católica Portuguesa).

Sobre o caminho a ser percorrido nesta tese, vale ressaltar as escolhas lexicais e a repetição intencional do termo “surdo” (ou “Surdo”, com a inicial maiúscula, como será discutido no terceiro capítulo), sem a preocupação estilística de se buscar sinônimos ou sofisticções vocabulares para evitar as inúmeras aparições do termo.

“Surdo”, em distinção à “deficiente auditivo”⁵ (aquele que não reconhece as práticas culturais surdas e que, tampouco, expressa uma identidade Surda), é palavra usada e preferida pelos próprios sujeitos Surdos e, ao contrário do que alguns acreditam, não soa depreciativa, tampouco ofensiva. Com uma intencionalidade teórica, estética e política clara, repetir-se-á, à exaustão, o termo, sem o receio de transparecer uma inabilidade com o manejo da língua.

Também, sublinha-se a condição “ouvinte” do autor que, mesmo familiarizado com as comunidades surdas (em especial as brasileiras), ainda luta, por meio do esforço diário de minuciosas reflexões, contra uma série de preconceitos. Preconceitos que, por vezes, desvelam-se subjacentes a falas e gestos: investigar é, assim, movimentar-se no sentido de esmiuçar, por a nu e desfazer velhas crenças ainda enoveladas (e enevoadas) nos atos e olhares deste pesquisador.

Dado o texto introdutório e postas as ressalvas, que seja iniciado o caminho pelo complexo – e fascinante – universo das culturas e comunidades surdas.

⁵ Os “deficientes auditivos”, como são reconhecidos, costumam estar mais próximos dos padrões e representações ouvintes que das práticas simbólicas Surdas. Seja pela tipologia da surdez, que pode lhes permitir uma maior aproximação ao mundo sonoro, seja pela rejeição das identidades Surdas, os deficientes auditivos acabam por reproduzir expectativas e padrões ouvintes.

Surdez: um breve apanhado histórico



2. SURDEZ: UM BREVE APANHADO HISTÓRICO

2.1. Surdez na Antiguidade: o outro intratável?

Caminhar pelo horizonte historiográfico da surdez é, em partes do trajeto, enfrentar terreno agreste, com poucas paragens seguras e ainda menos ribeiras para matar a sede.

A escassez de registos históricos, o distanciamento das fontes primárias e as poucas investigações sobre o assunto não raro levam a afirmações imprecisas e pouco consistentes sobre a surdez na Idade Antiga. Quais as representações sociais dos surdos na Antiguidade? Quais os espaços esse(s) grupo(s) ocupavam na vida pública das pólis, das pequenas vilas ou tribos? Havia sistemas gestuais que levassem a cabo algum tipo de comunicação possível, mesmo que precária, entre surdos e ouvintes? Eram todos alijados, marginalizados, animalizados e abandonados à própria sorte? De que surdo se fala, quando se anuncia o surdo na Antiguidade?

Para se desenhar o cenário hostil que vigorou durante a Idade Antiga, seja em historiais de *sites* dedicados à surdez, seja em capítulos introdutórios de textos sobre o assunto, frases e expressões como “desprovidos de qualquer direito”, “bestializados”, “abandonados em praças públicas”, “lançados ao mar” e “atirados de rochedos” não raro saltam aos olhos, enfáticas, repugnantes, com o horror que a brutalidade de outrora provoca hoje.

Mas, em certa medida, são afirmações totalizadoras e reducionistas e, com a intenção de não enfatizá-las de maneira descuidada, evitar-se-á, aqui, esses tipos de generalizações, com a atenção de quem caminha por solo pedregoso.

Esquivar-se de afirmações generalizadoras, no entanto, não implica supor um contexto sempre acolhedor para as pessoas surdas. Ao mesmo tempo em que a surdez e outras “anormalidades” eram acolhidas com gestos caridosos – sob as leis hebraicas, por exemplo, os surdos-mudos eram cuidados e protegidos como crianças (BRADDOCK; PARISH, 2001) –, eram, também, assumidas como castigos divinos, imputados por forças sobrenaturais.

Abandonos e sacrifícios eram práticas cometidas, não raro, contra esse “outro” por vezes indomesticável, intratável e selvagem. Entre a caridade e a rejeição, o estigma da surdez, comumente, deixava o indivíduo à sorte, ou à fúria, dos Deuses.

O retrato de sacrifícios generalizados de crianças surdas, entretanto, é bastante frágil. Embora (re)afirmado em uma série de trabalhos no campo dos Estudos Surdos, esses (des)casos são revistos de forma crítica por alguns historiadores. Braddock e Parish (2001), entre eles, afirmam que grande parte dos infanticídios levados a efeito na Antiguidade Clássica davam-se, antes, por razões econômicas. Já os sacrifícios de cariz eugênico eram praticados, sobretudo, contra os pequeninos que traziam traços aparentes de deformidade, motivados tanto por questões funcionais (ao se assumir a incapacidade do rebento para uma vida “útil”) como por aspectos religiosos (já que a imolação era feita para apaziguar os castigos imputados pelos Deuses). A surdez, como uma condição pouco visível nos recém-nascidos, não costumava lhes dar o mesmo fado daqueles que logo eram percebidos como aleijados e deformados.

Quanto as diferentes formas de sociabilidades no cotidiano de surdos na Antiguidade, ainda pouco é sabido para além de descrições breves. Na Roma Antiga, a primazia da língua oral no dia-a-dia da vida pública (nos espaços de participação política, nos comícios e festejos, nas transações de vários tipos, etc.), bem como a importância da oratória na formação de um cidadão, levam a crer que à grande parte dos surdos⁶ restava um pequeníssimo espaço de atuação.

Muitos dos processos judiciais exigiam a presença física dos interlocutores, em rituais e protocolos que se fundavam na palavra falada: a audição e a oralização eram, por excelência, condições de acesso à participação efetiva em trâmites corriqueiros. Por esses embaraços, muitos surdos eram segregados de práticas cotidianas – das mais comezinhas às mais formais, do cultivo do campo ao esforço da guerra – na *res publica*.

Se contavam com alguma participação na vida política, esta era – ao que tudo indica – bastante limitada. Estar privado da experiência da língua oral era um grande obstáculo para o aprendizado do *mos maiorum*⁷ (os costumes dos antepassados e ancestrais, que garantiam as virtudes e a coesão da sociedade) e para a concretização dos afazeres de cidadania.

⁶ Aqui é referido o surdo homem pré-linguístico que não dominava a língua oral majoritária.

⁷ “O *mos maiorum*, cujo suposto abandono foi utilizado como explicação para as convulsões vivenciadas ao longo da história do Estado romano, pode ser compreendido como um conjunto de regras de conduta, morais e políticas, não sistematizado, transmitido no seio da aristocracia senatorial tradicional. Conforme Pereira (2002, 359-360), o *mos maiorum* jamais foi um código de leis escritas, mas constituiu-se numa ética a ser observada pela nobreza, que legitimava e disciplinava as ações, que orientava as práticas políticas e religiosas” (LEMOS, 2010, p. 48).

No entanto, investigações na área dos Estudos Clássicos apontam para pormenores nas relações de surdos com algumas exigências protocolares da República e do Império Romano, desalinhando afirmações enfáticas que legavam ao surdo a obscuridade e o irremediável alheamento.

Gardner (1993), em seu livro *Being a Roman Citizen*, dedica um sub-capítulo aos surdos-mudos⁸. Ao discorrer sobre as práticas de manumissão⁹, por exemplo, a autora cita registos que ponderam sobre as formas pelas quais esses processos podiam ser levados à cabo por proprietários surdos:

(...) Por uma questão de conveniência prática (*utilitas*), pensava¹⁰, um homem nascido surdo deveria ser autorizado a realizar a manumissão. Ulpiano cita esta posição, que não parece, contudo, ter sido amplamente aceita¹¹. (GARDNER, 1993, p.162, tradução nossa)

A investigadora cita apontamentos que sugerem outras formas de se realizar tal processo, de maneira informal, por meio de “uma transferência fiduciária dos escravos para um terceiro, para que eles pudessem ser devidamente libertados¹²” (GARDNER, 1993, p. 162). Esse terceiro (proprietário), capaz de ouvir e falar, cumpriria as exigências protocolares da manumissão, fundadas na oralidade. No século III essas formalidades passaram a ser assumidas por *lictors* (assistentes de magistrados) e as palavras habitualmente exigidas eram tomadas como já proferidas, o que favoreceu proprietários surdos-mudos, como afirma a autora.

Não se pretende, aqui, aprofundar a investigação sobre a (precária) participação política de alguns (poucos e específicos¹³) indivíduos surdos na Roma Antiga, tampouco enveredar pela análise da surdez em outras regiões, como África ou Médio Oriente¹⁴: o que se pretende, antes, é – de forma breve – esquivar-se de afirmações

⁸ Como se refere a autora.

⁹ A concessão da liberdade a um escravo pela vontade de seu proprietário: um processo que exigia a palavra oral (dita e ouvida) como elemento protocolar de ratificação.

¹⁰ Publius Iuventius Celsus, jurista romano do séc. II d.C.

¹¹ “For the sake of practical convenience (*utilitas*), he thought, a man born deaf ought to be allowed to manumit. Ulpian quotes this opinion, which does not seem, however, to have been generally accepted”.

¹² “(...) a fiduciary conveyance of the slaves to a third person to allow them to be properly freed”.

¹³ Em grande medida, os surdos menos marginalizados eram aqueles que conseguiam transitar pela língua majoritária e que faziam parte de estratos sociais mais privilegiados.

¹⁴ Há registos que indicam que membros surdos da corte otomana partilhavam uma linguagem gestual, ensinando-a também para outros ouvintes, durante os séculos XV e XVI, por exemplo (Braddock; Parish, 2001).

totalizadoras e generalizantes, a fim de não se reforçar imprecisões e sentidos comuns no campo dos Estudos Surdos. A história do povo surdo durante a Antiguidade, em desacordo com afirmações aligeiradas, é cheia de meandros, atravessada por um sem fim de fatores – alguns sequer conhecidos.

Um dos principais legados da Antiguidade Clássica, contudo, é a concepção aristotélica que vincula a fala à estruturação do pensamento: a voz (*phoné*) como condição para a linguagem, e a linguagem (e o *logos*) como processo *sine qua non* para o homem realizar-se como animal político.

É na *Política* (1, 2, 1253) que vai ser explicada a natureza da linguagem. O animal político (*zôon politikón*) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar, pois sem linguagem não haveria sociedade política. (...) A natureza não faz nada em vão e, dentre os animais, o homem é o único que ela dotou de linguagem. Sem dúvida a voz (*phoné*) é uma indicação de prazer ou de dor, e também se encontra nos outros animais; o *lógos*, porém, tem por fim dizer o que é conveniente ou inconveniente e, conseqüentemente, o que é justo ou injusto. (NEVES, 1981, p. 58).

A elaboração da linguagem, por essa perspectiva, permite ao homem as noções de bem e mal, justo e injusto, além de outros tantos juízos que sustentam a formação de famílias e, por conseguinte, a manutenção do Estado (a forma acabada de sociedade). A fala, por estes pressupostos, figura como suporte imprescindível para o cumprimento da vocação política do ser humano.

Parte dos sujeitos surdos, por isso, eram tidos como sub-humanos, incapazes de concretizar a finalidade política à que o homem, por sua natureza racional, destinava-se. Por se acreditar que não tinham acesso ao universo da fala (*voz/phoné*), tampouco à complexidade de uma língua, eram (des)tratados como párias – seres não educáveis, bestiais, improváveis para quaisquer atividades intelectivas.

As bases aristotélicas que articulam voz, fala, linguagem e pensamento fundaram, no mundo ocidental, compreensões sobre o sujeito surdo que, ainda hoje, não só ecoam no senso comum, como sustentam uma série de medidas (políticas, pedagógicas, culturais, médicas, etc.) em relação a esse grupo. Os silogismos que se criaram a partir dessas premissas deslocaram o indivíduo surdo para um espaço marginal, em que

deveria ser curado, domado, sacrificado, abandonado, cuidado, etc. – frequentemente em uma posição de subjugação, opressão ou tutela do “homem normal”.

2.2. Idade Média e Idade Moderna: da caridade aos imperativos burgueses

Durante a Idade Média e a Idade Moderna, novos cenários se desenharam para os indivíduos surdos¹⁵: se, em alguns contextos, foram marginalizados, apequenados e tidos como não educáveis, em outros passaram a contar com esforços assistenciais, caritativos e instrucionais¹⁶.

De sujeito sem acesso à salvação – “já que, de acordo com Paulo na Epístola aos Romanos, a fé provém do ouvir a palavra de Cristo (*Ergo fides ex auditu, auditur autem per verbum Christi*)” (CAPOVILLA, 2000, p. 100) – o surdo passou a ser, em outros momentos, objeto de evangelização e donatário de educação formal. As transformações sociais, culturais, econômicas, religiosas, etc., que permearam o período renascentista desdobraram-se em novas formas de se olhar a surdez, enredando novos pressupostos para os esforços tomados em relação aos surdos-mudos.

Entre esses esforços, comumente é citado o trabalho do monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584), um dos primeiros educadores de surdos, no mundo ocidental, de que se há registros.

Aqui, a entremear o fio da narrativa, vale antecipar-se à escrita sobre León para contextualizá-lo no âmbito de algumas práticas religiosas da época – como o monasticismo e o uso de sistemas gestuais de comunicação – , descrevendo-as de maneira breve.

O monasticismo, como uma nova forma de martírio e devoção cristã, consolidou-se no início da alta Idade Média com o surgimento de grandes ordens monásticas. Em muitos mosteiros, além dos votos de pobreza, castidade e obediência, zelava-se pelo voto do silêncio.

¹⁵ Ressalta-se que, nesta breve revisão histórica, dá-se destaque à surdez no continente europeu, de onde provém grande parte dos registros e sobre os quais são mais numerosas as investigações.

¹⁶ No campo dos Estudos Surdos, grande parte das investigações refere-se à área da Educação e da Linguística: por este motivo, na historiografia da surdez, muitos dos marcos se constituem sobre estes temas.

O silêncio no período monástico, segundo regras estabelecidas por São Basílio Magno (Igreja oriental) no século IV d.C., era determinado para os noviços com o objetivo de levá-los a desvestirem-se dos costumes anteriores, purificando-se no silêncio para aprender uma nova maneira de viver. Entendia-se que o contato com o mundano contaminava a alma, e o silêncio tinha a função de apagar as lembranças da vida pregressa, como se vê no texto da regra. (REILY, 2007, p. 312)

Para se garantir a efetivação de tal voto, comunidades monásticas – entre elas algumas beneditinas – desenvolveram sistemas gestuais, formados por sinais simples, para se levar a cabo uma comunicação silenciosa durante os afazeres diários dos monges reclusos¹⁷. Cumpria-se, assim, a descontaminação da alma e a purificação dos costumes.

Registos instrucionais permitiam a normatização, partilha e coesão dessas linguagens, oficializando-as no interior de comunidades religiosas. “Um dos mais antigos documentos preservados (provavelmente copiado entre 910 e 1000 d.C., segundo a organizadora da edição), em inglês arcaico, da ordem beneditina, é denominado *Monasteriales Indicia*.”¹⁸ (REILY, 2007, p. 313).

São poucos os vestígios que indicam a maneira como se davam as trocas comunicativas, em sinais, dentro dos mosteiros, e ainda mais raros são os registos que dão pistas de como (e se) esse índice era usado para a difusão dos sistemas simbólicos entre monges e religiosos de outras prelazias.

Pedro Ponce de León, monge beneditino do mosteiro de Oña (Burgos), partilhava desse contexto - mesmo que algumas dessas práticas, como hoje se imagina, existissem apenas de forma residual.

. Inúmeras lacunas tornam áridas as investigações sobre o religioso espanhol: fontes são raras e imprecisas, informações conflitam e muitos dissensos fazem-se presentes¹⁹.

¹⁷ Vale ressaltar que, como bem aponta Reily (2007), esses sistemas gestuais não foram criados para se driblar a imposição de um voto, mas se configuraram como dispositivos oficiais, incorporados às práticas monásticas, assumidos para se garantir a exigência do silêncio.

¹⁸ Este documento conta com indicações de 127 sinais descritos verbalmente, com referências a gestos simples (itens de refeitório, objetos litúrgicos, verbos de ação, ofícios religiosos, etc.). Não há, no *Monasteriales Indicia*, referência a alfabetos manuais.

¹⁹ Por exemplo, biógrafos como Berthier (NASCIMENTO, 2006) discordam da afirmação corrente de que Ponce de León tenha sido o primeiro educador de surdos; outros, divergem sobre as práticas metodológicas assumidas pelo monge beneditino. Até mesmo a linhagem nobre e o temperamento plácido popularmente descritos do religioso são, em algumas obras (PLANN, 2003), contestados.

Sua atuação, porém, independente desta ou daquela afirmação, é assumida como um dos principais marcos na história da educação de surdos.

Seu trabalho não apenas influenciou os métodos de ensino para surdos no decorrer dos tempos, como também demonstrou que eram falsos os argumentos médicos e filosóficos e as crenças religiosas da época sobre a incapacidade dos surdos para o desenvolvimento da linguagem e, portanto, para toda e qualquer aprendizagem. (LODI, 2005, p. 411)

O ensino da leitura, da escrita e da oralidade para jovens e crianças surdas – em um contexto marcado pela descrença de que o surdo-mudo pudesse se fazer educável – era prática rara, não corrente. A “salvação” do surdo, bem como o seu trato e normalização, dava-se popularmente como ato milagroso, associado a processos inexplicáveis de cura, distante da ideia de qualquer esforço metodológico inscrito no âmbito da instrução formal.

Em sua tarefa de ensinar os irmãos Francisco e Pedro de Velasco²⁰ a ler, escrever e falar (assim como fez com outros jovens surdos encaminhados ao mosteiro), Ponce de León contribuiu para promover novas perspectivas sobre as possibilidades de aprendizado do povo surdo. Assim fizera, também, o cientista italiano Girolamo Cardano (1501-1576) ao confirmar publicamente a habilidade do surdo em raciocinar, uma vez que “a escrita poderia representar os sons da fala ou ideias do pensamento” (SILVA, 2006, p. 17). Estar privado do universo sonoro não implicava, para esses filósofos e educadores, estar impedido de ascender à linguagem, ao pensamento lógico e ao raciocínio.

Vale sublinhar que os esforços da educação de surdos eram, durante a Idade Média, comumente assumidos por iniciativas religiosas, e destinavam-se a um (muito) restrito grupo de crianças e jovens, membros das nobrezas locais. A contextualização histórica dessa clientela faz-se necessária para problematizar a ideia, por vezes vulgarizada, de que a partir do século XVI “os surdos” passaram a contar com espaços de educação formal.

²⁰ Plann (2003) afirma que os irmãos Pedro e Francisco, diferente do que é afirmado corriqueiramente, ao ingressarem no mosteiro já partilhavam um sistema gestual caseiro (uma linguagem usada entre eles e outros dois de seus irmãos, também surdos). Esses gestos, comungados aos gestos de León, facilitaram os esforços do monge no ensino das letras e da oralidade. Muito se perdeu dos registos metodológicos de Ponce de León mas, hoje, estima-se que o alfabeto manual (dactilológico) era um dos recursos utilizados para o ensino da escrita e da fala.

As instruções desses (poucos) jovens surdos, dadas em grande parte sob a forma de preceptorado, situavam-se em contexto aristocrático, em uma estrutura social marcada por desigualdades e privilégios estamentais. Para além da benevolência caritativa e das intenções evangelizadoras dos preceptores religiosos, estão os interesses econômicos, sociais e culturais de membros de uma aristocracia que, até então, contava com muito poder. Pretendia-se, sobretudo, a preservação dos direitos nobiliárquicos dos herdeiros surdos-mudos²¹. A maior parte do povo surdo, no entanto, continuava a enfrentar uma série de descasos e infortúnios.

O que se destaca dessas iniciativas, como as de Pedro Ponce de León, de Joaquim Pascha – que no século XVI também “treinou dois de seus próprios filhos surdos” (BERTHIER, 1984 *apud* NASCIMENTO, 2006, p. 257) –, de Ramirez de Carrión (educador espanhol), Girolamo Cardano, Juan Pablo Bonet²², entre as de outros protagonistas conhecidos (e desconhecidos) dos séculos XVI e XVII, são as novas proposições que firmaram sobre a surdez e sobre o ensino/aprendizado de indivíduos surdos, que em grande medida contribuíram para rever a crença da não-educabilidade irremediável, e da condição não-humana, desse grupo.

As possibilidades de trato e de “cura” do indivíduo surdo começaram a abandonar o terreno do sobrenatural e fincaram-se em bases pedagógicas, rompendo velhos postulados filosóficos, médicos e religiosos. Se não é simples mensurar o impacto que tais feitos causaram na época, hoje essas empreitadas firmam-se como importantes marcos teóricos na história da educação de surdos – seja pelas mudanças epistemológicas que promoveram, seja pelos aspectos metodológicos que introduziram²³.

²¹ Estima-se que, por motivo da grande quantidade de casamentos consaguíneos entre membros da nobreza da época, a surdez era uma condição não tão rara entre os indivíduos desses estamentos.

²² Preceptor laico de Luis Velasco (jovem da nobreza espanhola, também da família Velasco) e autor de *Reduccion de las letras y arte para enseñar a ablar los mudos* (1620), Bonet é tido como um dos pioneiros no uso de um alfabeto manual para a instrução de surdos. Com ele, a educação de surdos sai do entre-muros dos mosteiros.

²³ Nos Estudos Surdos, dada a preponderante presença das investigações ligadas à área da Linguística e da Educação, muitas pesquisas dedicam-se a aprofundar, comparar e analisar as diferentes propostas metodológicas destes educadores: se a fala era a finalidade do ensino, se os gestos cumpriam papel central ou apenas instrucional, se a escrita partia dos sinais ou da oralidade (ou vice-versa), se a prática pedagógica era oralista ou gestualista, etc.

No século XVIII, o terreno movediço da educação de surdos na Europa foi revolvido por uma série de acontecimentos, no bojo das profundas transformações sócio-políticas e culturais que se desdobravam no continente. As agitações burguesas e os discursos universalizantes sobre educação fizeram-se panos de fundo para os afazeres de alguns educadores, como Samuel Heinicke e Charles-Michel de l'Épée.

Heinicke (1729-1790), conhecido como o “pai do método alemão”, fundou as bases das abordagens oralistas contemporâneas: aos indivíduos surdos cabia o aprendizado da fala, por exercícios de oralização, para que tivessem, então, acesso ao mundo letrado. Muitas das pedagogias que se desenvolveram a partir do oralismo puro – posto em prática em sua instituição para surdos (em Leipzig) no último quartel do século XVIII – ecoam até hoje em espaços escolares e centros de reabilitação de diferentes países.

As linguagens de sinais não eram bem vindas: primava-se, antes, pela ortopedia da fala, pela articulação de fonemas, pelo aprendizado de um modelo ouvinte. O uso de gestos, de acordo com uma série de profissionais de outrora (e de agora), prejudicaria o aprendizado da língua oral majoritária, criando nós no esforço de desmutização dos jovens e crianças surdas.

Ao contrário de Heinicke, Charles-Michel de l'Épée, em seu abrigo para surdos de Paris²⁴, apoiava-se em um sistema gestual – com sinais incorporados das linguagens usadas por surdos que ingressavam na instituição²⁵ – para o ensino de várias disciplinas. Os “sinais metódicos”, como foram chamados, formavam-se a partir do entrelaçamento de itens lexicais (gestos) desses “dialetos surdos” com sinais criados e reapropriados²⁶ por l'Épée. Contudo, diferente das linguagens correntes nas comunidades surdas da época, os sinais metódicos respeitavam a estrutura sintática do Francês (MOORES, 2010), o que facilitava o ensino da leitura, da escrita e da fala da língua dominante.

Álgebra, geografia, latim, artes e ofícios: por meio de uma linguagem gestual (assumida por l'Épée como o meio, por excelência, de comunicação e aprendizado dos surdos-mudos), os educadores ensinavam os vários conteúdos curriculares para o estudantes da instituição.

²⁴ Fundado em 1775.

²⁵ Com a industrialização e o desenvolvimentos de grandes centros urbanos, muitos sujeitos surdos, nestas cidades, passaram a conviver e a partilhar linguagens gestuais.

²⁶ Influenciado pelo livro de Bonet, citado anteriormente.

Diferente da pouca publicização das obras de outros educadores de surdos, as metodologias usadas na instituição (anos mais tarde assumida pelo Estado e nomeada Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris) foram bastante divulgadas. Os métodos iniciados por l'Épée, bem como os sinais metódicos e as suas abordagens pedagógicas, foram, pouco a pouco, sendo reconstruídos e aprimorados por estudantes e profissionais (surdos²⁷ e ouvintes, como Abade Sicard, Jean Massieu, Auguste Bébien, Laurent Clerc e Ferdinand Berthier) que tomavam parte nas atividades da escola. Na época, o então Instituto figurava como “centro irradiador de um ideário científico e modelo educacional para diversos países, contextualizado pelo projeto de uma instrução pública para todos.” (LULKIN, 2005, p. 34).

Os esforços de l'Épée (bem como os de Heinicke ou os de Pereira²⁸) consolidavam-se em meio aos novos ideais burgueses universalistas, democratizantes e liberais. O Instituto, que recebia jovens surdos de camadas baixas do país, tinha como uma de suas prioridades a formação profissional dessa clientela e a inserção desse grupo no mundo do trabalho. Ao contrário da instrução elitista e proselitista dada por preceptores e ordens monásticas a alguns poucos privilegiados nos séculos XVI e XVII, a empreitada de l'Épée buscava se popularizar, fazendo-se acessível para grande parte do povo surdo – possibilitando ao Estado francês, assim, a inclusão desse grupo (em grande parte marginalizado) às esferas de produção de uma incipiente organização econômica capitalista industrial.

Em qualquer período histórico, a experiência da surdez é (re)configurada por um sem fim de fatores. Os fatos descritos aqui, ou em outros históricos sobre a surdez, não seguem uma linha harmônica, estável, descolada dos acontecimentos de fundo de onde se dão: ao contrário, são resultados de conflitos, lutas e contradições; produzem e são produzidos pelos momentos históricos em que estão ancorados. Bem como outros fenômenos sociais, são atravessados por interesses de classe, relações de poder, políticas de Estado e formações discursivas específicas.

²⁷ Alguns ex-alunos surdos, depois de egressos, tornaram-se professores da instituição.

²⁸ Jacob Rodrigues Pereira, educador luso-francês, contemporâneo de l'Épée, que utilizava uma abordagem oralista.

Durante os séculos XVIII e XIX, marcados por uma série de agitações, distensões, rupturas e revoluções, o cotidiano dos surdos também foi revolvido por novas demandas, possibilidades e horizontes.

Com o desenvolvimento das grandes cidades e dos vínculos tecidos entre sujeitos surdos, as línguas de sinais passam a habitar – ainda mais – as trocas comunicativas no interior desses grupos, fortalecendo a coesão e o crescimento das novas comunidades surdas urbanas.

Professores e profissionais surdos começam a ocupar novos postos de trabalho; as escolas para surdos (sejam as fundadas sob imperativos gestualistas, influenciadas pelas abordagens de l'Épée, sejam as pautadas pelas exigências oralistas, inspiradas pelo trabalho de Heinicke, Pereira, Wallis²⁹, ou Amman³⁰, entre outros) começam a se espalhar por outros países para além da Europa, como Estados Unidos e Brasil, por exemplo.

Em meados do séc. XIX havia mais de cento e cinquenta escolas na Europa e vinte e seis nos Estados Unidos que usavam a língua gestual. A educação de surdos estava em seu período de ouro. Os surdos tinham acesso à educação através da sua língua materna. Na Europa e na América cada vez mais alunos surdos completavam a educação básica. Foram lançados então os cursos secundários para surdos em Hartford, Nova Iorque e Paris. Os alunos surdos tiveram pela primeira vez a possibilidade de continuarem os seus estudos, tornando-se muito deles professores de surdos. Em meados do século dezanove metade dos professores nas escolas americanas e francesas eram surdos (hoje são uma raridade). (COELHO; CABRAL; GOMES, 2004, p.168)

Nesse período, o confronto entre propostas gestualistas e abordagens oralistas na educação de surdos em muito se acirrou no continente europeu. Se parte cada vez maior dos educadores afirmava o uso de sinais como o melhor instrumento de ensino/aprendizado de indivíduos surdos, outra parte apoiava-se em propostas oralistas, que assumiam o aprendizado da fala como um dos principais objetivos do ato pedagógico, evitando e coibindo – por isso – o uso de linguagens gestuais³¹.

²⁹ John Wallis (1616-1703), tido como um dos primeiros professores ingleses de surdos.

³⁰ Johan Konrad Amman (1669-1724), médico suíço educador de surdos.

³¹ Algumas vezes, alfabetos manuais e outros gestos simples eram usados para auxiliar os trabalhos de fala, o que, no entanto, não implicava no uso e na aceitação das línguas de sinais.

Na América do Norte, o cisma entre profissionais que apregoavam formas manualistas na educação de surdos e outros que defendiam o primado da língua oral opôs professores e investigadores como Alexander Graham Bell, entusiasta de abordagens oralistas, e Edward Gallaudet, alinhado às proposições gestualistas e introdutor do método combinado³² em escolas para surdos estadunidenses.

Essas cisões entre diferentes abordagens e metodologias de ensino não se resumiam a um simples desacordo pedagógico, mas refletiam, sobretudo, concepções dissonantes quanto as possibilidades do surdo tomar parte na vida cotidiana das sociedades contemporâneas e realizar-se como homem ou mulher.

2.3. O Congresso de Milão e a hegemonia oralista

Se as abordagens gestualistas defendiam a primazia das linguagens (e línguas) de sinais na instrução do sujeito surdo, assumindo-as como língua primeira nos afazeres escolares e em outras situações de interação entre esses indivíduos, as práticas oralistas opunham-se ao gesto, afirmando-o como sistema precário de comunicação e como esforço que em muito atrapalhava o aprendizado da fala. Esses dissensos e distensões no campo político/pedagógico da surdez desdobraram-se em novas proposições que – radicalmente – alteraram o dia-a-dia e o destino de muitos indivíduos surdos. Tais mudanças cristalizaram-se e oficializaram-se, sobretudo, por meio do Congresso de Milão, em 1880.

Sete dias de discussões, apresentações e votações, entre 6 e 11 de setembro de 1880, em Milão, Itália, coroaram os pressupostos oralistas. As resoluções foram quase unânimes, contando com poucas, e isoladas, oposições: às escolas de surdos cabia o esforço da oralização, do ensino da fala como meio de inserção do surdo em um mundo ouvinte. Os gestos? Que fossem banidos. As práticas bimodais que utilizavam sinais em simultaneidade com a fala também foram rejeitadas. O oralismo puro, como acordado por grande parte dos mais de 170 membros do Congresso (em sua quase totalidade ouvintes), foi apontado como a melhor abordagem para a educação de surdos.

³² Abordagem que combinava práticas de oralização (para alunos aptos aos treinamentos de fala e leitura orofacial) com propostas gestualistas.

As oito resoluções ali decididas por educadores de diferentes países acenavam para a incontestável superioridade da língua oral como meio privilegiado de acesso ao conhecimento – e o oralismo puro, sem a interferência de qualquer sistema gestual, foi ratificado oficialmente, naquele momento, como a abordagem preferível em escolas e instituições para surdos.

Tais resoluções pautaram-se em uma série de premissas que permeavam as concepções sobre a surdez na época.

As práticas de normalização do corpo “anormal” por meio de investidas biomédicas, terapêuticas e pedagógicas, bem como a desvalorização das línguas de sinais, sustentavam a oposição de muitos profissionais à assumpção das pedagogias gestualistas. Como afirma Skliar (2005a), o Congresso de Milão constituiu não o começo do oralismo, mas a sua legitimação oficial. Um marco histórico que cristalizou a hegemonia do ouvir e do falar, e que se desdobrou em uma série de reformulações nas estruturas, currículos e metodologias de várias instituições da época.

Skliar (2005a) ainda cita outros pressupostos que sustentavam o ideário oralista. Entre eles, pressupostos filosóficos, religiosos e políticos.

Por uma perspectiva filosófica, as linguagens gestuais figuravam como sinônimo de obscuridade do pensamento: a razão só seria acessível pelo domínio da palavra falada, de acordo com as bases aristotélicas já citadas. A “linguagem mímica”, como a percebiam alguns, ligava-se ao primitivo, ao rude, a um meio de comunicação precário e limitado. As formas manuais estariam, sob essa compreensão, muito aquém da complexidade das línguas orais.

Do ponto de vista religioso, um surdo não oralizado não partilharia a língua em que se fundamenta a doutrina cristã: a língua dos escritos sagrados, das liturgias, das relações sacramentais com os pontífices. Sem o domínio da língua vernácula, não seria possível ao indivíduo surdo confessar-se, ou ter acesso à palavra de Deus.

Ainda, por uma óptica política, havia novas demandas para se acabar com dialetos locais, favorecendo os esforços unificadores por que passavam algumas regiões européias (como a Itália e a Alemanha). A(s) língua(s) majoritária(s) era(m) um dos

principais meios de afirmação identitária e, por isso, o seu reforço e aprendizado era de vital importância para a formação/unificação dos novos Estados nações.

Assim, as propostas oralistas contaram com a chancela oficial do Congresso de Milão, fazendo de grande parte das escolas para surdos espaços de reabilitação, de ortopedia da fala, de normalização de indivíduos “anormais”.

Professores surdos foram afastados da docência; as línguas de sinais, já banidas da maior parte das instituições de ensino para surdos, postas à marginalidade; e os discursos médicos-terapêuticos fizeram-se hegemônicos no domínio da surdez.

Durante boa parte do século XX o oralismo vigorou como abordagem predominante nas instituições de ensino para surdos de diferentes países do mundo. A proscrição dos sistemas gestuais em salas de aula, bem como a proibição das línguas de sinais em ambientes escolares, justificava-se, sobretudo, pelo argumento de que a comunicação manual prejudicava e desestimulava o aprendizado da língua oral. O uso de linguagens visuais-espaciais, como se cria, tornava os surdos “preguiçosos” para a fala. Em muitas instituições, alunos eram castigados quando flagrados a sinalizar; em outras, mãos chegavam a ser amarradas para se evitar a propagação do gesto.

Os discursos médicos fizeram-se hegemônicos, e à escola para surdos coube um espaço de reabilitação e terapia da fala, onde diferentes metodologias eram aplicadas para a correção e a cura da surdez. Com o desenvolvimento de novas próteses e aparelhos auditivos, bem como de novas tecnologias usadas nos afazeres pedagógicos, a apropriação de modelos e comportamentos ouvintes tornou-se exigência ainda maior para grande parte das crianças e jovens surdos, seja em âmbito familiar, seja nas escolas/asilos em que eram institucionalizadas.

Os discursos patológicos sobre a surdez reacenderam-se, reforçados pela valorização de uma norma ouvinte construída por uma trama de narrativas e dispositivos que teciam uma ideologia ouvintista. Dos surdos cobravam-se a fala, a leitura orofacial, os treinamentos auditivos, a eliminação dos gestos, os comportamentos ouvintes, os esforços de reabilitação e o isolamento em relação às comunidades surdas. O déficit auditivo e a representação do surdo como um doente/incapaz faziam-se lastro para uma série de medidas compensatórias que buscavam a normalização desses sujeitos. O

corolário da hegemonia ouvintista e das resoluções do Tratado de Milão estendeu-se por diferentes países, privando muitos surdos de uma primeira língua possível (as línguas de sinais) e da convivência em comunidades em que vigoravam práticas culturais comuns.

A tutela do outro ouvinte, sabedor do mundo sonoro e referência de normalidade, (re)criava relações de poder que subalternizavam e apequenavam os surdos-mudos em consonância com as grandes narrativas de privações, faltas e incapacidades. Com um viés paternalista, muitas instituições (escolas, centros profissionalizantes, associações de apoio, clínicas, etc.) firmaram-se como centros de excelência para a reabilitação desse público “deficiente”.

Mas muitos surdos resistiam, clandestinos, aos imperativos oralistas, e faziam de suas mãos conversas em momentos privados, longe dos olhos e do policiamento ouvintista. Nas ruas, nos dormitórios das instituições – às escondidas –, em encontros com amigos, a comunicação manual sobrepunha-se aos esforços da fala, mantendo uma linha tênue de confronto contra as imposições que lhes eram colocadas. Não só a comunicação mudava de modalidade (de uma modalidade oral-aural/oral-auditiva para outra visual-espacial/viso-motora) na presença de outros interlocutores surdos como muitas práticas simbólicas eram partilhadas nestes sítios em que se driblavam os ditames das imposições ouvintes. As formas de convivência, de associação, de resistência e de luta entre sujeitos surdos eram das mais diferentes, de acordo com os lugares em que se davam, mas mantinham-se (com menos ou mais resiliência) acesas.

Nos segredos dos gestos, nos encontros em associações, nas práticas desportivas, nos momentos privados em espaços escolares e em instituições “especiais”, nas lutas e nos movimentos sociais, as línguas de sinais mantinham-se vivas, assim como práticas culturais próprias perpetuavam-se entre gerações. Desse modo, as comunidades surdas se fortaleceram, pouco a pouco, (re)criando espaços próprios e comuns em que a diferença não os subalternizavam, permitindo articulações e promoções de lutas por direitos e reconhecimento.

Identidade e diferença: a surdez hoje



3. IDENTIDADE E DIFERENÇA: A SURDEZ HOJE

3.1. *Diferença e identidades surdas*

Os avanços e retrocessos nas lutas e conquistas das diferentes comunidades surdas espalhadas pelo mundo variam (e variaram) de acordo com o país em que se situam. O cenário político, econômico, cultural, religioso, entre outros, das regiões em que estão, (re)definem os limites e as possibilidades contextuais desses povos surdos.

Se eram antes percebidos como um grupo de pessoas “portadoras” de uma enfermidade que as apequenava diante de um mundo ouvinte, ou como um grupo de deficientes (na acepção vulgar e redutora do termo) acolhidos com caridade e compaixão por instituições filantrópicas, hoje muitos surdos enlaçam-se em lutas políticas, organizados em associações e movimentos populares, a reafirmarem e reivindicarem direitos.

O vocabulário das lutas surdas enche-se com palavras e expressões como “surdismo”, “ouvintismo”, “audismo”, “*deafhood*”, “identidades surdas”, “línguas de sinais”, etc. Velhos termos são problematizados, colocados em questão, outros são ressignificados, promovidos e trazidos à baila na corrente de transformações das compreensões sobre a surdez.

Distante dos discursos do “corpo danificado” e dos compêndios da medicina, muitos sujeitos surdos lutam hoje pelo reconhecimento da surdez como uma, entre outras tantas, formas de estar no mundo – assumindo os conflitos e a complexidade que esta frase, de aparência ingênua, apresenta. Em inúmeras comunidades surdas, uma luta comum se desenha no dia-a-dia: a luta pelo reconhecimento da surdez como diferença.

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante. (SKLIAR, 2005b, p. 6).

Por uma ruptura epistemológica, a surdez abandona o campo discursivo das deficiências, da patologia e dos enunciados biomédicos e passa a ocupar um lugar privilegiado no campo dos estudos da cultura, das ciências sociais, da linguística, da

educação e antropologia, como um objeto novo a suscitar cada vez mais interesse por parte de militantes e investigadores. Para além de narrativas clínicas e de postulados médicos, falar e sinalizar sobre a surdez é adentrar em questões de identidades, expressões culturais, diferenças, lutas por conquistas e efetivações de direitos. Os deslocamentos de linguagem que aos poucos se promovem no terreno dos Estudos Surdos são, muito mais que revisões terminológicas, rompimentos com as epistemes³³ que sustentam discursos ouvintistas.

Ao contrário de visões caritativas, filantrópicas e paternalistas em relação aos sujeitos surdos, fundadas sobre a preeminência da falta, as novas compreensões, como já dito, concretizam a afirmação da surdez como uma entre várias outras possibilidades de existir, que se desdobra em uma série de expressões identitárias, distante da ideia de uma condição limitante e patológica que precisa ser superada.

A afirmação das identidades surdas, hoje, é uma das principais forças-motrizas das lutas desses grupos minoritários³⁴ em diferentes países do mundo. Identidade, aqui, entendida como um “processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras formas de significado” (CASTELLS, 2001, p. 3), enfatizada em seu aspecto transitório, contraditório, impermante, contingente e não essencializado:

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. (HALL, 2006, p. 13)

A afirmação da(s) identidade(s) surda(s), por conseguinte, não decorre imediata e inexorável da condição biológica do não ouvir (da surdez inscrita no corpo); antes, funda-se em uma série de pressupostos políticos e culturais (e, por isso, históricos) que

³³ Aqui entende-se *episteme* como o solo de onde crescem as várias redes de enunciados, significados e discursos que permeiam a surdez.

³⁴ “Grupo minoritário”, aqui, é entendido como “um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual” (SODRÉ, 2005, p. 12). Com algumas características básicas, como a vulnerabilidade jurídico-social, a manutenção de lutas contra-hegemônicas e a criação de estratégias discursivas de resistência, a noção de minorias “refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social” (SODRÉ, 2005, p. 11).

permitem aos sujeitos surdos novas, e possíveis, representações, significados e categorias sociais.

As inúmeras possibilidades de se vivenciar a surdez são reguladas, sugeridas, construídas, promovidas, problematizadas, negadas ou condenadas, cultural e historicamente. Desfaz-se o determinismo biológico que imputava ao sujeito “anormal” a via única da reabilitação. Por essa perspectiva, dessencializam-se e desnaturalizam-se as experiências surdas: para além de uma expressão causal e essencializada da materialidade do “corpo danificado”, entendem-se as identidades surdas como produzidas e constantemente redefinidas pelo contexto histórico e pelas relações de poder que se estabelecem em nossas sociedades – e como fontes de significação, produzidas por atos de criação linguística, forjam formas de distinção entre um “eu” e os “outros”, entre “nós” e “eles”, constantemente reforçadas.

Nesse reconhecimento de novas identidades, assim, firmam-se as atribuições das diferenças e da significação do “eu” e do “outro” nos discursos dominantes, delimitando novos campos de lutas e resistências das comunidades surdas.

Gladis Perlin (2005), investigadora surda brasileira, cita algumas das várias identidades comuns entre o povo surdo (aqui, entende-se “povo surdo” como um conceito lato e abrangente: a população total de surdos, sejam usuários de línguas gestuais, sejam oralizados, sejam participantes ou não das comunidades surdas).

Entre diferentes identidades, Perlin destaca as **identidades surdas** (que muitos autores destacam pelo uso da letra inicial maiúscula: o “Surdo”³⁵) como presentes em grupos de sujeitos que fazem uso da comunicação visual (as línguas gestuais) e partilham das comunidades e culturas surdas. Diversas práticas simbólicas, narrativas pessoais e discursos de resistência de muitos indivíduos Surdos tocam-se em uma série de pontos comuns, criando uma tênue linha que tece vínculos comunitários e (re)define a experiência da alteridade. No seio dos movimentos e dos espaços onde são interpelados à reafirmação identitária centrada no “ser Surdo”, a autora ressalta ainda a **identidade política surda**: “Trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo” (PERLIN, 2005, p. 63).

³⁵ Diferenciação que será adotada nesta tese, com o uso das iniciais maiúsculas – como utilizado em diferentes línguas (Deaf, Sourd, Sordo, etc.) – para indicar sujeitos que assumem as *identidades surdas* e as *identidades políticas surdas*.

Como uma identidade de resistência, o específico Surdo firma-se na oposição à representação da surdez como menos valia e no esforço contrário às investidas totalizadoras e homogeneizadoras das práticas de normalização ouvintistas. A assumpção da identidade Surda funda-se na oposição ao “ser ouvinte” e, assim como outros discursos identitários, atua de forma aglutinadora e mobilizadora (e, por isso, muitas vezes também totalizante e normalizadora). A experiência visual, o uso e a promoção das línguas gestuais como línguas primeiras e a partilha das comunidades e das práticas culturais surdas firmam-se como os principais eixos destas expressões de identidades.

Em sujeitos que, nascidos ouvintes, tornaram-se surdos, a investigadora aponta as **identidades surdas híbridas**. Falantes nativos das línguas orais majoritárias, com experiência do mundo sonoro, a surdez e as línguas de sinais fazem-se condições sobrevividas ao universo da fala e da audição. “É uma espécie de uso de identidades diferentes em diferentes momentos” (PERLIN, 2005, p. 63), com a apropriação da língua gestual como segunda língua.

Ainda, a **identidade surda de transição** expressa-se em surdos que, após anos de “cativeiro da hegemônica experiência ouvinte” (PERLIN, 2005, p. 64), passam a frequentar as comunidades surdas e a partilhar das práticas simbólicas desses grupos. As novas interações surdo-Surdo, o aprendizado das línguas de sinais, as novas representações e discursos, aos poucos, refazem as formas de olhar, sentir, pensar e expressar o mundo destes sujeitos que vivenciam – em fase de transição – a desouvintização das representações da identidade.

Como grande parte dos surdos são filhos de pais ouvintes, não raro distantes das comunidades surdas e das línguas de sinais, o momento de descoberta (sejam ainda crianças, jovens ou adultos) de um novo mundo Surdo é comumente ressaltado com entusiasmo nas narrativas autobiográficas de muitos desses sujeitos: marcam-se como um ponto de mutação em que novos horizontes engraçam o olhar e, aos poucos, põem-se a desafiar a ideologia do normal.

Os Surdos ‘apátridos’, filhos de pais ouvintes, têm nas suas memórias subterrâneas o sentimento de exclusão em relação às suas famílias de ouvintes. A ausência de uma língua competente, por mais de dez anos, leva muitos desses sujeitos a pensarem que

estavam sozinhos no mundo, impossibilitando a construção do seu passado e futuro. (LONGMAN, 2007, p. 42).

A antiga sensação de despertencimento parece ganhar novos contornos na aproximação com o outro-Surdo e no encontro com as novas possibilidades de “ser” e de se comunicar. Esses momentos, em que prevalece a expressão da identidade surda de transição, para muitos figuram como tempos de redenção.

Em surdos que se distanciam das identidades, comunidades e culturas Surdas, figuram as **identidades surdas incompletas**, como subjugadas à ideologia ouvinte dominante.

A hegemonia dos ouvintes exerce uma rede de poderes difícil de ser quebrada pelos surdos, que não conseguem se organizar ou mesmo ir às comunidades para resistirem ao poder. Aí pode dar início ao que chamo de situações dominantes de tentativa de reprodução da identidade ouvinte, com atitudes ainda necessárias para sustentar as relações dominantes. (PERLIN, 2005, p. 64).

Vale ressaltar, mais uma vez, o caráter transitório, contraditório, contextual e contingente da ideia aqui assumida de identidade. Não como estados absolutos, permanentes e monolíticos que configuram e conformam de forma inabalável o sujeito, as várias identidades surdas – como construtos históricos e não como essenciais – são constantemente refeitas nas interações com o mundo ouvinte, nas encruzilhadas com os discursos dominantes e na convivência com o outro-surdo.

A celebração das identidades surdas, no que diz respeito aos seus caracteres inconstantes, imprevisíveis, não fixos, rejeita e opõe-se à ideia de essência que tanto assola o cotidiano da surdez.

Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes (LOURO, 2000, p. 6).

Assumir-se-á, aqui, as tipologias identitárias citadas por Perlin (2005), entendendo-as como definições terminológicas fundadas sob uma perspectiva Surda, com intencionalidades políticas claras e atuais, como a valorização, promoção e defesa dos direitos dos Surdos e das comunidades surdas, com ênfase em seus patrimônios linguísticos e culturais.

3.2. Pormenores no meio do caminho: a diferença na diferença

Antes de prosseguir, alguns pormenores precisam ser postos, em uma breve paragem que se quer segura em meio a arames-farpados.

Investigar a surdez, o povo surdo, as comunidades e culturas surdas, é adentrar por um universo heterogêneo, cheio de contradições, atravessado por um sem fim de fatores, ligados ou não ao atributo surdo.

Há diferentes tipologias e etiologias da surdez (surdez leve, moderada, severa ou profunda; condutiva, neurosensorial, mista, etc). Há surdos congênitos³⁶, surdos pré-linguísticos³⁷ e pós-linguísticos³⁸. Há surdos usuários das línguas de sinais, há surdos oralizados, há surdos que transitam – sem grandes constrangimentos nem dificuldades – entre os gestos e a fala. Há surdos usuários de aparelhos auditivos (Aparelhos de Amplificação Sonora Individual – AASI), há surdos implantados (Implantes Cocleares – IC), há surdos que, por uma série de motivos, rejeitam e desdenham quaisquer tipos de próteses. Há surdos filhos de pais ouvintes (a grande parte dos surdos), há surdos filhos de pais surdos. Entre esses e tantos outros “hás”, emerge um mundo de diferenças ligadas à surdez.

Em países como o Brasil, ou em outros tantos em que a pobreza é um problema comum à grande parte da população, a Surdez (como outras expressões identitárias) enovela-se a uma série de fatores sócio-econômicos, sendo por eles redefinida.

Assim, antes de se adentrar por discussões como “oralização ou língua de sinais”, “inclusão no ensino regular ou promoção de escolas bilíngues”, “uso ou não de próteses

³⁶ Nascidos surdos.

³⁷ Pré-linguais ou pré-locutivos: que perderam a audição antes da aquisição da língua oral.

³⁸ Pós-linguais ou pós-locutivos: que perderam a audição após a aquisição da língua oral.

eletrônicas”, etc., faz-se necessário salientar o fato de que (em muitas partes do mundo) uma parcela considerável do povo surdo sequer tem acesso à educação formal, à saúde pública ou ao lazer, tampouco contato com outras pessoas Surdas. Muitas vezes são alijados não só de uma vivência escolar como do aprendizado de uma língua (seja oral ou gestual), ficando – quando muito – restritos ao uso de sinais caseiros, convencionados e articulados em âmbito doméstico.

A miséria, a falta de acesso à educação e à saúde pública, as condições precárias de subsistência, entre outros problemas sociais, produzem formas ainda mais perversas de marginalização, reforçando e refazendo situações excludentes já impostas a sujeitos surdos. As “exclusões” (ou “inclusões perversas”³⁹ em estruturas sociais injustas, flageladas pelos interesses do grande capital) dão-se em várias instâncias e por vários fatores (raciais, étnicos, econômicos, ligados a questões de gênero, etc.) que as legitimam e as reproduzem.

Assim, destaca-se a importância de se redefinir as experiências da surdez enredadas entre diferentes condições materiais e entre várias expressões identitárias, sem imaginá-las unívocas, essencializadas, totalizantes e (re)produtoras de expectativas e comportamentos únicos. A surdez, então, entendida como um entre outros vários fatores que atravessam os sujeitos.

Evangélicos, muçulmanos, budistas, negros, brancos, moradores de grandes centros urbanos, habitantes de pequenos vilarejos rurais, pobres, ricos, heterossexuais, gays, universitários, não escolarizados, asiáticos, latino-americanos... Inúmeras categorias compõem, fluidas e emaranhadas ao atributo surdo (em todas as suas diferenças), um mosaico impermanente que recria, em incontáveis combinações, infinitas possibilidades de “estar no mundo”, marcadas por uma série de conflitos e distensões.

Falar em povo surdo, assim, não é assumir a imagem cristalizada de um sujeito Surdo usuário de língua gestual, que partilha das comunidades e das práticas culturais Surdas; tampouco é reforçar estereótipos ouvintizadores da surdez: é, antes, atentar-se à diferença, e entender esse universo como um campo de forças complexo, não harmônico, movimentado por diferentes atores e lugares do discurso.

³⁹ Conceitos que serão abordados no capítulo 5 desta dissertação.

Nesta tese, enfatiza-se os grupos Surdos, usuários de línguas de sinais, que partilham das comunidades e culturas surdas, sublinhando lutas, práticas e discursos correntes, além dos enunciados e dos contextos culturais que os rodeiam, em especial em países como Portugal e Brasil.

3.3. Comunidades surdas

As comunidades surdas, como espaços de partilha linguística e cultural presentes em milhares de cidades do mundo, reúnem Surdos – em geral usuários de línguas de sinais – com interesses, expectativas, histórias, olhares e costumes comuns.

A ideia de comunidade, aqui, apoia-se na presença de vínculos simbólicos que congregam sujeitos – concentrados em um mesmo local ou dispersos territorialmente – com interesses comuns e propostas coletivas. O termo, corrente nos Estudos Surdos e entre militantes e profissionais ligados à causa Surda, é comumente usado em sua acepção ampla (por vezes, de forma aligeirada e vaga) para delimitar os espaços de existência (e resistência) de uma minoria linguística com marcadores culturais próprios.

Sobre o uso do termo, autores como “Lane, Hoffmeister e Bahan (1996) descartam ‘comunidade surda’ por considerarem muito inclusivo e preferem a expressão ‘mundo surdo’, restringindo-o apenas àqueles que usam a língua de sinais e se identificam com a cultura surda” (MAGNANI, 2007, p. 3).

Nesta tese, usar-se-á a expressão “comunidades surdas”, em sua acepção ampla, para designar o conjunto de Surdos unidos por uma série de afinidades e vínculos simbólicos. A escolha lexical, em consonância com o uso corriqueiro, tem antes a intenção de tornar operativa a expressão neste (con)texto que apontar para qualquer problematização ou aprofundamento sociológico.

Entender-se-á “comunidade surda” como um espaço de trocas simbólicas em que as línguas de sinais, a experiência visual e os artefatos culturais surdos são partilhados entre sujeitos Surdos (e ouvintes) que congregam interesses comuns e projetos coletivos. Um espaço que acena para outras possibilidades de existir e vivenciar a diferença, para além das práticas e discursos ouvintistas.

Para que um grupo se constitua e se configure como uma comunidade, algumas condições são necessárias. Temos como exemplos: *afinidades* entre os diferentes indivíduos que constituem o grupo, *interesses* comuns que possam conduzir as ações do grupo por caminhos comuns, *continuidade* das relações estabelecidas, bem como *tempo e espaço* comuns, em que os encontros do grupo possam acontecer. (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 82).

A formação das comunidades surdas, onde as forças hegemônicas (ouvintistas) são refratadas por novos olhares e práticas sobre a surdez, decorrem – em grande medida – da expressão de identidades de resistência⁴⁰ e identidades de projeto⁴¹ de parte do povo surdo, como as define Castells (2001).

Aqui, nega-se a surdez biológica, inscrita no corpo, como elemento restritivo de pertença. Pela perspectiva aqui anunciada, entende-se que as comunidades surdas são formadas – também – por diferentes sujeitos ouvintes (como, por exemplo, familiares de surdos⁴², cônjuges, amigos, intérpretes de línguas de sinais, profissionais que trabalham com a surdez, etc.), entre outros que tomam parte nas diferentes atividades desses grupos.

Entre os lugares de realização das comunidades surdas, hoje, destacam-se as Associações de Surdos, os grêmios desportivos, escolas e instituições, festas e eventos, pontos de encontro⁴³, espaços de convívio, ambientes virtuais, reuniões familiares, etc. Lopes e Veiga-Neto (2006) citam a proeminência da escola de surdos como território de aproximação e convivência, onde “são estabelecidos modelos de *ser surdo*, servindo como balizas para que ações de normalização sejam investidas *na e pela* própria comunidade surda, quando essa estabelece um tipo normal de *ser surdo* a ser seguido” (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 83).

⁴⁰ “(...) criada por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (CASTELLS, 2001, p. 4).

⁴¹ “(...) quando os actores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de procurar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2001, p. 5).

⁴² Neste universo, algumas siglas e expressões são comumente repetidas, como os termos CODA (*Children of Deaf Adult*, filhos de pais surdos), SODA (*Sibling of Deaf Adult*, irmãos de surdos) e TILS (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais).

⁴³ Muitos *deaf spaces* são encontrados pelo mundo, de praças e restaurantes à carruagens de comboios, como a carruagem para “deficientes físicos” dos comboios de Mumbai, um espaço comumente usado por Surdos da cidade, como descreve Kusters (2009).

São nas comunidades surdas, na interação com o outro-surdo e com o mundo ouvinte, que diferentes trajetórias se encontram, onde – na multiplicidade de vozes e de sinais – recriam-se as identidades Surdas, as narrativas pessoais, os marcadores culturais, as lutas e discursos que permeiam os grupos Surdos. Os próprios conceitos subjacentes ao “ser Surdo” são produzidos e reconstruídos, em partes, na experiência das diferentes comunidades: “alguns enfatizam mais os aspectos políticos, outros os aspectos referentes à língua de sinais e artes, alguns mantêm um tipo ‘ser surdo’ como minoria, como comunidade, como povo” (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 220).

A busca pelo semelhante, por segurança, por conforto e interlocutores possíveis, que compartilham formas de comunicação visual, além de expectativas e projetos comuns, fazem das comunidades surdas espaços de respiro para muitos sujeitos, onde podem conviver – ao contrário do que acontece alhures – sem as marcas estigmatizantes carimbadas por olhares ouvintes.

Embora espalhadas por diferentes cidades do mundo, inseridas em culturas e contextos bastante distintos, as milhares de comunidades surdas apresentam uma série de afinidades, de bandeiras, práticas e projetos comuns. A população global de Surdos é atualmente estimada em algumas dezenas de milhões de indivíduos, o tamanho de um país mediano; “no entanto, é um ‘país’ sem um ‘sítio’ próprio. É uma cidadania sem uma origem geográfica”⁴⁴ (WRIGLEY, 1997, p. 13, tradução nossa).

Com a profusão de novos recursos tecnológicos, as interações entre surdos e surdos/ouvintes, local e globalmente, ganharam novos tracejados. Se antes a comunicação presencial, imediata, era das poucas formas possíveis de partilha entre surdos, hoje – com um sem número de aparelhos e *gadgets* eletrônicos – as trocas comunicativas, os registros e o acesso à informações e produções culturais próprias se dinamizaram, estreitando e fortalecendo os vínculos entre partes do povo surdo, mesmo que física e geograficamente distantes.

Mensagens de texto trocadas entre telemóveis, dispositivos de captura e partilha de vídeos que permitem conversas à distância (em língua gestual) e possibilitam o registo e a promoção de produções culturais, redes sociais virtuais que congregam e fomentam o compartilhar de ideias, ideais, notícias, histórias, ficheiros, entre outros novos suportes

⁴⁴ “Yet it is a ‘country’ without a ‘place’ of its own. It is a citizenry without a geographical origin”.

que mediam os processos informacionais e comunicativos entre surdos e surdos/ouvintes dão novos poderes de articulação e mobilização a esses grupos.

As comunidades surdas, assim, divulgam-se, empoderam-se, reconfiguram-se, reterritorializam-se, ganham novas e movediças fronteiras, tendo a Internet como uma das mais importantes interfaces de afirmação identitária. Ali, em ambiente virtual, reverberam por meio de textos, vídeos, imagens, encontros, discussões, etc., novos discursos sobre a alteridade.

3.4. *Deafhood*

No bojo das lutas de diferentes grupos minoritários, dos discursos de movimentos feministas, negros, LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes), indígenas, e das bandeiras por reconhecimento e conquista de direitos, inserem-se muitos dos movimentos Surdos, ancorados em associações, instituições e outros vários grupos ligados às comunidades surdas. Uma luta atravessada por discursos, termos e ideais comuns em diversas partes do mundo.

Entre militantes e teóricos dos Estudos Surdos, não raro ouve-se falar – e vê-se sinalizar – o termo *deafhood*. Promovida por Paddy Ladd, investigador britânico Surdo ligado à Universidade de Bristol, a palavra indica o processo de reconhecer-se, e afirmar-se, Surdo, em resistência às práticas e discursos colonizadores ouvintes (audismo/ouvintismo). Em alternativa à *deafness* (surdez), a palavra busca ressignificar e positivar a experiência Surda, como forma possível de se estar no mundo, de ser Surdo (e “estar sendo Surdo”), distante de ideários biomédicos (patológicos) e caritativos.

Arelada à concepção sócio-antropológica da surdez, o *deafhood* ressalta a “vulnerabilidade como força” – “*vulnerability as strength*” (LADD, 2005) –, marcando uma série de esforços necessários para se desfazer a hegemonia oralista/audista ainda vigente. Nesse movimento ativo de desvelar e desnaturalizar as interferências do audismo no cotidiano, de fazer-se (e “ser”) Surdo, sublinha-se o termo como ação, como palavra-em-processo, como ato contínuo de descoberta – força-motriz das militâncias surdas.

Permeados por esses ideários, por essas novas compreensões sobre o “ser Surdo”, diversos fatos e movimentos destacaram-se nas últimas décadas em diferentes países do mundo. A surdez, signo em luta, é assumpção disputada entre grupos minoritários que a afirmam como diferença (em seu aspecto político) e uma série de aparelhos ideológicos majoritários que a recolocam no campo da patologia.

Embora a opressão ouvintista comumente não se desdobre em atos midiáticos, consensualmente repugnantes, que estremecem partes da opinião pública, como os crimes de ódio (homofóbicos, racistas, religiosos, etc.) cometidos por motivo torpe ou as afrontas percebidas como discriminatórias, ela se perpetua de forma violenta e sutil (por isso perversa), em geral com o aval da maior parcela da população. Sob o véu dos discursos da “inclusão”, da “caridade”, da “cura”, bem quistos pelo senso comum, os processos ouvintistas continuam a achatar muitas das possibilidades do povo surdo, além de neutralizar, subjugar e gerenciar a diferença.

Como um processo pouco visível, muitas vezes aclamado e aplaudido, os avanços normouvintizadores vêm a rarefazer a riqueza da diferença, colmatando-a com um modelo normalizado e totalitário de se “estar no mundo”. Contra isso, e pelo direito de “ser Surdo”, levantam-se novas (e antigas) lutas, articuladas e mobilizadas por diferentes protagonistas.

3.5. Surdos contra o ouvintismo

Assumir e valorizar a surdez como diferença, como uma expressão identitária fundada em atributos culturais próprios, é (ainda) exercício árduo para muitos ouvintes, acostumados a associá-la com uma condição patológica de perda, déficit e incompletude. A surdez é comumente (re)tratada por seu aspecto fisiológico, como a falta de um sensorio que assegura a todos uma condição, e um estatuto, “normal” – com a força totalizante e segregativa que o termo “normal” granjeia do senso comum.

Por este viés ouvintista, não ouvir é estar privado de um atributo que nos faz possíveis em um mundo de sons; é estar deficiente, aquém, comumente inapto para um dia-a-dia produtivo; é estar em situação de constante desvantagem, como apregoa o corolário de muitos discursos hegemônicos.

Não ouvir é, por essas compreensões, um estado incapacitante que precisa ser curado e normalizado a qualquer custo. Sob a égide desses argumentos, uma série de práticas foram – e são – postas em ação pelo “bem-estar” e pela “inclusão” do sujeito surdo. Em nome de sua felicidade, muitos esforços são tomados para a cura e para a superação da surdez: práticas de oralização (ortopedias da fala), treinamentos auditivos, escolas-clínicas centradas em pedagogias e terapias de reabilitação, processos cirúrgicos de cura, desenvolvimentos de próteses, e outros vários dispositivos que “tratam” a surdez por meio de projetos e expectativas ouvintes.

Ainda hoje, pesam sobre muitos Surdos os ecos do Tratado de Milão e das medidas eugênicas/profiláticas em relação à surdez que vigoraram no último quartel do século XIX, e por boa parte do século XX, no mundo ocidental.

O audismo/ouvitismo, como um conjunto de práticas e discursos normalizadores, faz-se presente, não raro, de formas pouco visíveis. Sutil, nas entrelinhas dos gestos, a subjazer esforços, apregoa e inculca formas por vezes brandas de dominação e controle.

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. (...) A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade” (SILVA, 2000, p. 83 *apud* LUNARDI; MACHADO, 2007).

Ao mesmo tempo em que práticas ouvintistas são levadas a cabo por instituições, investigadores, familiares, profissionais, etc., uma série de discursos e ações se realizam como forma de confronto e de luta por conquistas e efetivações de direitos. Concepções sócio-antropológicas, *deafhood*, revisões terminológicas e epistemológicas, movimentos de afirmação identitária: a surdez, signo em luta, é tensionada, confrontada, disputada e posta em cheque em suas várias acepções. No enfretamento de “velhos” regimes de verdade, ganha novas representações na conflituosa arena de significações sociais.

Uma das lutas mais emblemáticas de reterritorialização da surdez no campo das representações sociais, comum em diversas comunidades surdas de diferentes países do mundo, é a luta pelo reconhecimento e pela valorização das línguas gestuais. Em boa parte dos países ocidentais onde os Surdos partilham espaços de convívio, as línguas de sinais – outrora proibidas, marginalizadas e clandestinas, como retratado no capítulo

anterior desta tese – figuram como um de seus principais (senão o principal) marcadores culturais.

Um bem simbólico que marca um processo de descolonização face ao esforços de oralização e imposição da fala, ao mesmo tempo que um elemento de pertença identitária que resgata a auto-determinação dos grupos Surdos em relação ao jugo ouvintista, as línguas gestuais, nas mãos das comunidades surdas, fizeram-se (e fazem-se) bandeira política das mais valiosas no que diz respeito à diferença. Entre movimentos de mãos e expressões faciais, partilhados em ambiente linguístico comum, redefinem-se ao poucos os territórios simbólicos ocupados pela surdez.

Com um estatuto de língua natural, e não como um arremedo de gestos ou um conjunto de mímicas, as línguas de sinais (L.S.) também ocuparam (e ocupam) a centralidade das investigações acadêmicas na área dos Estudos Surdos.

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios lingüísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças. (QUADROS; HEBERLE, 2006, p. 87)

Por essa nova perspectiva, e com a chancela de investigações científicas, as línguas de sinais emergiram da clandestinidade para ocuparem um lugar privilegiado na agenda política da surdez. Se, já no final da década de 50 do século XX, William Stokoe (1960), por meio de pesquisas lingüísticas, anunciava a complexidade e a riqueza da língua (em sua morfologia, sua sintaxe e pragmática), hoje uma série de investigadores continuam a se dedicar ao estudo e à promoção das línguas gestuais.

Se antes acreditava-se que a fala era o elemento por excelência estruturante do pensamento (quantas vezes não se ouve, do senso comum, que “pensar é falar para dentro?”), hoje afirma-se que a existência de uma língua – seja em modalidade aural/oral, seja em modalidade visual/espacial – é o aspecto cognitivo que garante ao

sujeito o acesso ao “pensamento lógico”, à “razão”, aos “esquemas superiores”, etc. Desfez-se a confusão entre língua e fala, comum há vários séculos⁴⁵.

O respaldo oferecido pelos discursos acadêmicos, em consonância com a mobilização das comunidades surdas nas últimas décadas do século XX em diferentes países ocidentais⁴⁶, possibilitou uma série de lutas e investidas que tinham na defesa da L.S um arrimo para outras ações.

Por uma educação bilíngue-bicultural de qualidade⁴⁷, por intérpretes de línguas de sinais (em repartições públicas, aparelhos de cultura, produções fílmicas, centros de ensino, etc.), por produções culturais em L.S. (teatro, dança, literatura, eventos, etc.), por espaços de formação e ensino de/em línguas gestuais⁴⁸, pela difusão e valorização das culturas surdas, entre outras iniciativas, foram – e são – bandeiras levantadas por boa parte dos movimentos e associações de surdos, que fortalecem ainda mais a coesão e a emancipação das comunidades surdas em relação ao poder/saber ouvinte.

Em 1997, a Língua Gestual Portuguesa (LGP) foi reconhecida como uma das línguas oficiais de Portugal, ao lado do Português e do Mirandês. Em 2002, a lei nº 10.436 oficializou a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como meio legal de comunicação e expressão oriunda das comunidades de pessoas surdas do país, regulamentando o direito de uso e a sua inclusão em instituições e concessionárias de serviços públicos no Brasil. Com respaldos legais, o uso e a promoção das L.S. nesses países ganharam novo fôlego, fomentando a criação de novas licenciaturas, novos cursos de formação e capacitação, bens e serviços, entre outras empreitadas ancoradas nas línguas gestuais. O reconhecimento legal destas línguas trouxe às comunidades surdas um importante instrumento de luta e resistência contra os esforços oralistas, ouvintistas, de proibição ou negação das formas manualistas de comunicação.

Em muitos países, porém, a luta pelo reconhecimento e oficialização das línguas de sinais ainda continua viva, como uma conquista esperada para o porvir.

⁴⁵ Entre os teóricos que marcam a separação entre língua e fala, destaca-se Saussure (1972), que ressalta as distinções entre *langue* e *parole*.

⁴⁶ Dado que esta é a área ampliada que se retrata nesta tese.

⁴⁷ Em que o aprendizado da língua majoritária, em sua modalidade oral ou escrita, dá-se após a aquisição da língua gestual – assumida como primeira língua (de instrução e interação em ambiente escolar).

⁴⁸ Sejam cursos de primeiro ciclo em língua gestual e em tradução/interpretação, sejam disciplinas de L.S. incluídas no currículo de cursos universitários ou de ensino básico.

Além da questão linguística, outros esforços somam-se à luta das comunidades surdas para a ressignificação e revalorização da surdez como traço identitário. Campanhas, eventos, discursos, permeiam esse campo conflituoso em que a “boa-intenção” ouvinte por vezes se choca com a afirmação do “ser Surdo”.

Um *slogan* corrente, bastante divulgado nos últimos anos entre comunidades surdas de diferentes países, afirma: “*deaf people can do anything except hear*” (“pessoas surdas podem fazer tudo exceto ouvir”). Como um clichê repetido em diferentes sítios, a frase aparece em uma série de vídeos, redes sociais, magazines impressos e eventos. Sem estarem aquém de pessoas ouvintes, os surdos – por muitos ainda vistos como “tadinhos”, dignos de políticas caritativas – reivindicam os seus direitos (no mundo do trabalho, em questões de acessibilidade, na fruição e produção de bens culturais, etc.) como quaisquer outros cidadãos.

E se os esforços de positivação da Surdez envolvem uma série de iniciativas, as tentativas de “correção” nem sempre são muito bem vindas. Assim acontece com o “ouvido biônico” (implante coclear), que divide opiniões nas comunidades surdas e ouvintes.

Uma prótese eletrônica, parcialmente implantada, que permite ao usuário sensações auditivas próximas das fisiológicas, vem suscitando uma série de questionamentos éticos. Por meio de pequenos microfones, processadores de fala, transmissores e eletrodos, a informação acústica é transmitida à cóclea por meio de estímulos elétricos, onde o nervo auditivo “leva” os sinais ao encéfalo para serem decodificados e percebidos como som⁴⁹:

O implante coclear é um dispositivo eletrônico de alta tecnologia, também conhecido como ouvido biônico, que estimula eletricamente as fibras nervosas remanescentes, permitindo a transmissão do sinal elétrico para o nervo auditivo, afim de ser decodificado pelo córtex cerebral”. (BEVILACQUA; COSTA FILHO, 2012, *website*)

Sound and Fury (2000), um interessante documentário produzido pelo realizador estadunidense Josh Aronson, centra os holofotes sobre esse assunto bastante controverso entre Surdos, trazendo à baila a questão espinhosa do uso de implantes cocleares (IC) por crianças surdas.

⁴⁹ Não cabe a esta tese o detalhamento dos procedimentos cirúrgicos, tampouco do funcionamento (entre vantagens e desvantagens) do IC.

Os argumentos postos no filme retratam as dúvidas da família nova-iorquina Artinian e escancaram um ponto conflituoso – e bastante emblemático – presente nas zonas de atrito entre os Surdos e as práticas e discursos ouvintistas: quais os limites e pressupostos éticos para se permitir, ou vetar, o uso dessas próteses eletrônicas em crianças surdas?

Heather é uma pequenina de seis anos, surda, filha de pais surdos. Sua mãe, Nita, é também de família de surdos; seu pai, Peter, é o único filho surdo em família ouvinte. Entre os três, que partilham das comunidades surdas, a *American Sign Language* (ASL – Língua de Sinais Americana) é a forma primeira de comunicação.

O irmão ouvinte de Peter, Chris Artinian, casado com a também ouvinte Mari (filha de pais surdos), tem um filho pequenino, com o mesmo nome do tio: Peter Artinian. O míudo, com pouco mais de um ano, nasceu surdo.

O casal ouvinte (Chris e Mari) decidem pela operação cirúrgica para implantar uma prótese eletrônica no pequeno Peter, enquanto Heather, a míuda de Nita e Peter Artinian, também mostra um grande desejo de ter um implante coclear.

A trama está posta, com todos os embaraços colocados ao público. Todos os adultos (Peter com sua esposa Nita e Chris com sua esposa Mari), surdos e ouvintes, frequentam as comunidades surdas e são usuários de línguas de sinais. Os discursos, as práticas culturais e as narrativas Surdas não são estranhas a nenhum deles. Os impasses, as críticas, o “equilibrar-se em corda bamba” tensionada entre expectativas Surdas e projetos ouvintes mostrados no filme explicitam histórias cada vez mais comuns no cotidiano da surdez.

Para muitos Surdos, a intervenção cirúrgica do I.C. é mais que uma política de sujeição pela correção do corpo danificado – é, sobretudo, um ato normalizador de apagamento cultural. Já para muitos pais ouvintes, o implante em crianças pequenas figura (cercados de discursos biomédicos) como uma possibilidade de fruição quase plena de um mundo de sons. Enquanto muitos Surdos opõem-se à intervenção precoce em crianças pequenas por entendê-la como um ato violento, de colonização ouvintista e achatamento da diferença, outros pais ouvintes percebem o I.C. como uma tentativa de reabilitação e superação de uma condição limitante.

De acordo com muitos especialistas da área médica, entre otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos, o uso precoce da prótese eletrônica (preferencialmente em crianças com surdez neurosensorial profunda, a partir dos 12 meses de idade) favorece o desenvolvimento das habilidades auditivas e o aprendizado da língua oral. Quanto mais cedo se der o procedimento cirúrgico e a implantação do dispositivo eletrônico, melhores as possibilidades de aprendizado da fala e de “recuperação” auditiva⁵⁰, afirma-se.

E por esse solo minado, farpado, caminham as duas famílias. Chris e Mari, pais ouvintes do pequeno Peter, decididos pelo implante, encontram grande resistência por parte de conhecidos e familiares Surdos, entre eles os pais de Mari. A escolha é tomada como uma traição, como um desejo de afastar o pequenino de um grupo com traços culturais próprios e de subalternizar a língua gestual aos imperativos da fala. Já Nita e Peter, Surdos, pais de Heather, convencem-se – à revelia dos desejos da família ouvinte de Peter, também pais de Chris – de que o implante não é, para já, uma medida saudável para a pequena, que transita muito bem pela língua de sinais e congrega com outros Surdos vínculos comunitários.

O pequeno Peter é operado, e recebe um implante. Heather é convencida por seus pais de que um implante, para ela, não era algo necessário, já que a sua língua (gestual) e a sua identidade Surda eram ricas e cheias de possibilidades⁵¹.

De um lado, a vontade de correção da surdez, de intervenção cirúrgica para o abrandamento das limitações causadas pelo “não ouvir”; de outro, o desejo de pertença dos filhos a um ambiente linguístico e cultural comum, sem a violência operatória (e os incômodos causados aos pequenos) de um implante.

⁵⁰ “A indicação cirúrgica do IC em crianças portadoras de deficiência auditiva neurosensorial de grau profundo deve ocorrer o mais precocemente possível, para que o impacto da privação sensorial nos primeiros anos de vida seja minimizado por meio da utilização da estimulação elétrica advinda do IC” (BEVILACQUA; COSTA FILHO, 2012, site), indica o site “Implante Coclear”, sítio de referência sobre o tema, gerido pelo Dr. Orozimbo Costa Filho, médico otorrinolaringologista, e pela Dra. Maria Cecília Bevilacqua, fonoaudióloga. Vale ressaltar que o I.C. nem sempre traz resultados satisfatórios para todos os seus usuários.

⁵¹ Um novo filme, produzido seis anos após o primeiro documentário, dá continuidade à trama vivida pela família Artinian: *Sound and Fury: six years later* (2006). Nele, Heather aparece mais velha, com um implante, frequentando escolas regulares e dedicando-se à fala, além dos sinais.

Se para pais ouvintes a notícia de um filho surdo comumente tangencia a tragédia, a frustração e o desejo de cura, para pais surdos não raro a “boa nova” surge sem grandes aflições – e, por vezes, até cercada de contentamento.

Enquanto parentes ouvintes acusavam Peter de negligência, culpando-o pela crueldade de privar a sua filha de um mundo de sons, o pai cauteloso apontava para os transtornos e para a opressão simbolizada pelo ouvido biônico. Uma delicada discussão ética pousa sobre o impasse, assim como no cotidiano de vários surdos.

Polarizar as posições entre surdos contrários e ouvintes favoráveis ao I.C. em crianças é simplificar, de forma descuidada e grosseira, a diversidade de contextos, sujeitos e situações⁵² que envolvem o assunto. Mais importante que circunscrever determinados argumentos a este ou aquele grupo é atentar para os diferentes lugares do discurso que compõem essa trama narrativa, além de perceber os ideários que sustentam as falas e os gestos de cada interlocutor, sejam surdos ou ouvintes, reticentes ou simpáticos ao uso do implante.

O tema se desenrola por caminhos sinuosos, com uma série de argumentos postos por vários atores. Sobretudo, o imbróglio da família Artinian retratado no documentário de Josh Aronson mostra com riqueza e sensibilidade como esse antagonismo ultrapassa as fronteiras do debate médico e adentra por questões identitárias e culturais – talvez o mais importante a ser sublinhado.

Os dissensos sobre o implante coclear, as abordagens médicas e culturalistas (das moderadas às mais radicais), a aceitação e a luta contrária ao ouvido biônico, trazem à superfície a complexidade e a mobilidade das fronteiras traçadas entre as compreensões clínicas e as concepções sócio-antropológicas da surdez. Uma região conflituosa, espinhosa, que exige um grande cuidado para ser (re)tratada.

Outra pauta comum dos movimentos surdos de vários países é a luta pela manutenção e criação de escolas e salas bilíngues-biculturais, onde as línguas gestuais vigoram como primeira língua e onde um projeto Surdo para a surdez determina as especificidades do currículo.

⁵² Hoje, por exemplo, muitos surdos já (mesmo adultos) optam pelo uso do I.C. – o que refaz as fronteiras identitárias desses sujeitos. Por sua vez, alguns pais ouvintes, sabedores das comunidades e práticas culturais surdas, opõem-se aos processos cirúrgicos em seus filhos. Fato é que o Implante Coclear trouxe novos cenários para o mundo surdo.

No Brasil, o *Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda* vem reunindo milhares de militantes surdos e ouvintes, nos últimos anos, em defesa da educação bilíngue nas escolas de surdos do país. Uma batalha levada a cabo em manifestações de rua, associações, redes sociais e parlamentos, com renhidas discussões entre protetores de políticas inclusivistas⁵³ e defensores das escolas de surdos. Com uma farta programação de atividades no mês de setembro (sobretudo nos últimos anos), o movimento popularizou-se também como “Setembro Azul”⁵⁴. Nesses embates, as relações de poder/saber estabelecidas entre Surdos e ouvintes são colocadas em xeque, minando as velhas significações sobre a surdez.

Vale ressaltar que a escola de Surdos é um dos espaços privilegiados das comunidades surdas, onde crianças surdas (principalmente as filhas de pais ouvintes) adquirem as línguas de sinais e convivem com o outro-Surdo, muitas vezes adultos, que atuam como importantes modelos de comportamento. Para muitos jovens, esses espaços escolares fazem-se imprescindível ponte para um novo mundo Surdo.

Porém, as bandeiras Surdas não são consensuais no seio do povo surdo (que é, como já afirmado, bastante heterogêneo). Muitos surdos não usuários das línguas gestuais⁵⁵, que não partilham das comunidades e culturas surdas, opõem-se – não raro – a várias lutas dos movimentos Surdos. Entre os argumentos comuns, opõem-se à “guetização” das comunidades surdas (paroquializadas em torno de associações, igrejas, grêmios desportivos, e alienadas do mundo ouvinte), às relações de dependência e subalternização impostas pelo não domínio das línguas majoritárias (em especial em sua modalidade oral), à sectarização e radicalidade de parte da militância Surda, à alegada estreiteza de posições e imposições do “ser Surdo” – que desconsidera outras formas de vivenciar a surdez –, além de outros pontos de atrito e distensões.

A surdez, assim, em todas as suas divergências e significações (sejam clínicas ou sócio-antropológicas), nos meandros de sua heterogeneidade, evidencia-se como uma invenção cultural (LOPES, 2007) forjada em diferentes contextos históricos.

⁵³ Projetos que afirmam a inclusão do surdo, entre outras pessoas com deficiência, em salas de aula comuns, com recursos de acessibilidade e reforço complementar em contra-turnos.

⁵⁴ Setembro é o mês em que, em diversos países do mundo, comemora-se o dia do surdo. No Brasil, o dia 26 é marcado como o “Dia Nacional dos Surdos”. Azul é a cor associada aos movimentos surdos, junto com um laço que simboliza o “ser Surdo”.

⁵⁵ Surdos oralizados, que comumente fazem uso da fala e da leitura orofacial (“labial”).

Se os postulados médicos, que recolocam a surdez no campo das deficiências, alimentam-se em lugares discursivos específicos, que fabricam e reatualizam velhas interpretações sobre o ser surdo, as assumpções da surdez como marca cultural também provam-se como (novas) categorias inventadas, como novos construtos sociais contemporâneos.

Nessa perspectiva, a invenção da surdez como diferença primordial ganha *status* de verdade e de realidade quando começa a ser produzida nas narrativas surdas a partir de um entendimento que não é aquele marcado pelas práticas clínicas ou pela diferenciação entre deficientes e não deficientes. A surdez é entendida como uma invenção quando a vemos como um traço/marca sobre o qual a diferença se estabelece produzindo parte de uma identidade; quando a usamos para nos referirmos àquilo que não sou (...) (LOPES, 2007, p. 18).

Tanto as novas compreensões assumidas sobre a Surdez como as velhas visões e posturas ouvintistas exercem forte efeito normatizador sobre os sujeitos. “Ouvintismo” ou “surdismo”, as práticas e discursos que daí decorrem vinculam-se a normas específicas, que exercem sobre o indivíduo – de forma muito ou pouco sutil – interferências coercitivas.

A própria ideia de cultura e comunidade surda também se desdobra em processos de ajustamentos, conformação e pulverização das diferenças individuais. Daí a negação, nesta tese, de entender “normatização” como processo perpetrado exclusivamente por forças ouvintistas. O que se problematiza aqui é a ação homogeneizadora, de apagamento cultural e achatamento de possibilidades imposta por ideologias audistas hegemônicas. Põem-se em questão, nesse trajeto, as medidas de neutralização e anulação da diferença sob a força de práticas e discursos dominantes.

Eis um intricado universo de conflitos, marcado por assimetrias de poder, que se desdobra em uma série de ações e revisões por parte de surdos e ouvintes. Eis um caminho cheio de meandros e pormenores que exige de investigadores e militantes uma série de atenções e cuidados.

3.6. Um *mea-culpa* ao fim do capítulo

Assumir e valorizar a surdez como diferença, como uma expressão identitária (como já citado) fundada em atributos culturais, é esforço contínuo, que exige olhares cuidadosos e uma constante vigília.

Por isso, ao término deste capítulo, depois de colocados parágrafos e parágrafos sobre identidades, culturas e comunidades surdas, *deafhood* e o “ser Surdo”, compreensões sócio-antropológicas e revisões terminológicas, lutas contra os esforços ouvintistas e pontos de atrito com discursos normalizadores ouvintes, etc., ficam algumas ressalvas e um *mea-culpa* sobre a forma como – até aqui – conduziu-se esta dissertação.

Em *Surdez: um breve apanhado histórico*, capítulo anterior a este, termos como “surdo-mudo”, já abandonados e rejeitados sob a luz das novas compreensões sobre a surdez, são intencionalmente usados, refletindo o vocabulário corrente das épocas retratadas. Outras vezes, também, faz-se uso da expressão “linguagem de sinais” (ou “linguagem gestual”) em discordância voluntária com o estatuto corrente (“língua gestual”, como se reconhece hoje). As escolhas lexicais tentam ressaltar os usos de outrora, mesmo que aparentemente incorram em confusões grosseiras ainda persistentes no senso comum.

A história da surdez, também recontada no capítulo anterior, em alguns momentos transparece como uma narrativa etnocêntrica, enunciada pela óptica do dominador. Os fatos são relatados (dirão alguns) por uma perspectiva ouvinte: as representações sociais dos surdos construídas por sociedades ouvintes, as práticas e revisões pedagógicas e filosóficas postas em processo por atores ouvintes, os mandos e desmandos tomados por grupos ouvintes, leis, congressos, decisões, assumidas por figuras... ouvintes.

Em grande parte da historiografia aqui descrita, os sujeitos surdos aparecem como o outro-contado, como o elemento narrado em terceira pessoa, como a participarem da figuração dos grandes feitos de personagens ouvintes. Os pontos nevrálgicos de boa parte da história do povo surdo aqui narrada apoiam-se em marcos protagonizados por personagens ouvintes.

Pela escassez de fontes e pelo encadeamento escolhido pelo investigador (ouvinte), o “contar a história da surdez”, nesta tese, em muito se assemelha às “histórias oficiais” de antigas colônias narradas pela óptica dos colonizadores (com os seus mitos fundadores, seus heróis e com suas escolhas vocabulares). Esse fato, porém, dá-se mais pela falta de investigações e fontes históricas – e também pelas limitações teóricas do investigador – que por uma manifestação ouvintista subjacente ao texto.

Culturas surdas



4. CULTURAS SURDAS

4.1. Cultura surda?

Cultura é palavra movediça, dada a diferentes compreensões. A amplitude do conceito, atravessada por uma série de senãos, não raro provoca alguns imbróglis quanto a delimitações e usos do vocábulo. Nesse pantanal conceptual, ainda mais problemática é a assumpção da expressão “cultura surda”.

Os dissensos sobre a definição do termo cultura atravessaram os últimos séculos e, ainda hoje, suscitam vozes (e gestos) dissonantes.

(...) a discussão não terminou – continua ainda –, e provavelmente nunca terminará, pois uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana. (LARAIA, 2008, p. 63)

Nesse emaranhado de distensões, a afirmação das culturas surdas desafia postulados já muito arraigados no senso comum, que comumente reage assustado à ideia de se compreender a surdez por uma perspectiva sócio-antropológica, para além de abordagens patologizantes.

A afirmação de uma (ou várias) cultura surda implica no reconhecimento de olhares, comportamentos, costumes e práticas específicas de um grupo linguístico minoritário, e faz-se esteio para grande parte das lutas travadas por essas comunidades. Mais que uma empreitada teórica, a celebração das culturas surdas é ponto chave de uma série de argumentos e bandeiras políticas do povo surdo.

Aqui, sem a intenção de enveredar pelos desdobramentos conceituais do termo, entender-se-á cultura como um conjunto de significados e práticas simbólicas partilhados por um determinado grupo, transmitidos e refeitos entre diferentes gerações. Cultura assumida não como um estado, tampouco como algo acabado, fechado ou estagnado: mas como um processo (com sua lógica e dinâmica própria) que constantemente se reconfigura nas interações dos sujeitos que a partilham. Como afirma Laraia (2008, p. 49), firma-se como “um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores”.

Fundada em uma estrutura material e atrelada a um determinado contexto histórico, a cultura é produto e produtora de significações e ações humanas – uma dimensão do

processo social que conforma modos de ver, pensar e sentir o mundo por meio do aprendizado de esquemas perceptivos e interpretativos específicos. Mais que um sistema integrado de padrões de conduta, cultura é também um conjunto de mecanismos de controle, sujeição e normatização dos indivíduos que a partilham.

A ideia de uma cultura surda funda-se, primeiramente, na afirmação de um modo particular de compreender e expressar a realidade, especificamente proporcionado pela experiência visual e pelo uso de uma língua de modalidade viso-motora (visual-gestual) como configuradora do discurso. Tendo como espaços privilegiados de (re)produção as comunidades surdas, a cultura surda opera como um conjunto de práticas específicas que delimitam um *locus* de reafirmação cultural, histórica, política e lingüística, sustentando e reforçando vínculos e expressões identitárias entre os sujeitos que a compartilham.

O uso da expressão cultura surda, assim, aparece em contexto conflituoso, de resistência às práticas de normalização do sujeito surdo. Se a concepção sócio-antropológica da surdez potencializou as novas compreensões sobre o “ser Surdo” e sobre as línguas de sinais, assim como segue a desvelar as várias formas de opressões ouvintistas exercidas contra esses indivíduos, a afirmação da cultura surda surge como importante força contra-hegemônica que se opõe à aculturação (colonização) audista. É também um posicionamento político que valoriza a possibilidade de realização humana que contempla a diferença. Como afirma Santos:

Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. E uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. (SANTOS, 2010, p. 45)

4.2. Culturas surdas, no plural

Se a ideia de cultura pressupõe a produção e reprodução de sistemas de significados que regulam, codificam e organizam a experiência humana, isso não implica uma homogeneização inevitável das pessoas que a partilham. Por isso, algumas ressalvas são aqui colocadas – seja quanto a pluralidade das culturas surdas, seja quanto a repetição corriqueira (e descuidada) de certos estereótipos.

Ao se falar em culturas surdas faz-se importante sabê-las várias, e diversas, espalhadas pelo mundo. A cultura surda brasileira distancia-se em muitos aspectos da cultura surda japonesa, que por sua vez apresenta uma série de peculiaridades em relação à cultura surda sul-africana ou vietnamita. Dados os diferentes contextos históricos, econômicos, culturais e religiosos dos países que as abrigam, as culturas surdas se apresentam de maneiras distintas⁵⁶, posto que são – habitualmente – simbióticas (coexistem com outras culturas, geralmente majoritárias).

Ao contrário de uma programação surda universal instalada sobre espíritos surdos aqui e alhures, invariável em qualquer país ou continente, as culturas surdas (e suas teias de significações, produções e instituições) intercâmbiam-se com as culturas locais majoritárias, e delas emergem como novas possibilidades de realização coletiva, criando uma enorme variedade de culturas surdas dispersas (mas em muito conectadas) ao redor do mundo.

Fronteiras nítidas distiguem as culturas surdas das culturas dominantes em que se fundam, e as primeiras não se reproduzem senão no contexto amplo de que fazem parte. Como integrantes e interdependentes de uma dinâmica cultural maior, complexa e não harmônica, as culturas surdas delimitam espaços onde se manifestam as diferenças comportadas nessa própria cultura hospedeira – e, ao se manifestar, reelaboram-na e a redefinem. Uma descontinuidade coerente com o caráter dinâmico e conflitivo dos fenômenos culturais.

Mais uma vez, reforça-se a noção de pluralidade das comunidades e culturas surdas, visto que se atrelam a substratos culturais bastante diferentes, ao mesmo tempo em que se ressalva alguns aspectos comuns (como a experiência visual, o uso das línguas de sinais e uma série de práticas, costumes⁵⁷, bandeiras e lutas afins) que conectam esses vários grupos de diferente sítios.

⁵⁶ Alguns aspectos, porém, são correntes nas várias culturas surdas espalhadas pelo mundo, como o uso das línguas de sinais e da experiência visual em sobreposição ao mundo sonoro.

⁵⁷ Práticas e costumes em muito relacionados às estratégias de reorganização do espaço, às interações fundadas nas exigências da experiência visual (como dinâmicas de conversações, por exemplo), à reconfiguração de cerimônias e tradições majoritárias, etc.

4.3. Estereótipos e a cultura ideal

Muitas são as imagens do outro sobre a cultura surda⁵⁸. Há quem afirme ser um modelo compensatório e alternativo de convivência em um mundo regido pela normalidade do ouvir (mas, ao se entender as culturas e comunidades surdas como refúgios de coitadinhos, ignora-se a complexidade das dinâmicas culturais e esvazia-se o cunho político da afirmação); há os que ainda enxergam os surdos sob o peso dos estigmas que historicamente lhes foram imputados, e a cultura surda torna-se, por isso, um espaço de promoção e reabilitação dos deficientes; há os que vêem nessa divisão um reforço negativo da alteridade. Uma série de esterótipos rondam os surdos e as culturas surdas.

Entre pessoas envolvidas com as comunidades surdas também se vêem (e ouvem-se), vez ou outra, totalizações aligeiradas, estereótipos descuidados, do tipo: “os surdos são conversadores”⁵⁹, “surdos têm bom gosto, já que têm a visão apurada”, etc. Alguns desses traços pessoais, que mais apontam para características individuais que para atributos culturais, são por vezes relatados como indicativos das culturas surdas. Aqui, com a intenção de se evitar folclorizações acerca do povo surdo, rejeita-se essas caricaturas e generalizações já muito vulgarizadas.

Também vale destacar – assim como no estudo de qualquer outra cultura – as distâncias e contradições entre uma cultura ideal e uma cultura real no seio das comunidades surdas.

Sabemos que muitas vezes há grande distância entre o que os indivíduos dizem que fazem, ou deveriam fazer, e o que verdadeiramente executam. As normas ideais têm muitas formas de cumprir-se e, inclusive, de descumprir-se (...). Contudo, a cultura ideal tem extraordinário influxo na vida do homem, pois é um guia que, sendo seguido ou não, está permanentemente presente para os indivíduos de uma cultura. (...) A maioria destas normas ideais tem como fim a preservação e coesão do grupo e, às

⁵⁸ A frase faz referência ao título de um livro da investigadora surda brasileira Karin Stroebel: *As imagens do outro sobre a cultura surda* (STROEBEL, 2008).

⁵⁹ Diz-se popularmente que, quando ainda não existiam aparelhos móveis com dispositivos de vídeo e texto, tampouco Internet ou computadores pessoais, sujeitos surdos – ao se encontrarem – passavam horas e horas a “esgotar conversas”, como se o assunto acumulado nas mãos transbordasse em bate-papos e tardassem manhã, tarde, noite ou madrugada à fora. Disso surge a afirmação caricatural de que “surdo fala muito”, já bastante vulgarizada.

vezes, a permanência da estrutura social e do sistema de classes e hierarquias estabelecido. (BARRIO, 2005, p. 30)

Essas rupturas são logo percebidas na complexa dinâmica das culturas surdas, em práticas e discursos que – no dia-a-dia de muitos sujeitos, surdos e ouvintes – conflitam com as normas ideais apontadas como hegemônicas no grupo⁶⁰.

A heterogeneidade das culturas surdas, suas especificidades e contradições, seus trânsitos e processos, trazem à tona um rico mosaico que compõe a riqueza e a diversidade desses grupos.

4.4. Artefatos culturais

Mas, afinal, quais são os principais elementos constituintes que podem ser apontados como marcadores culturais das comunidades e culturas surdas?

Além das línguas de sinais, que por si só não totalizam uma cultura, o que mais configura e distingue as culturas surdas? Em que instâncias se legitimam essas culturas?

A investigadora surda brasileira Karin Stroebel (2008), ao retratá-las, cita alguns importantes artefatos culturais, entre eles a experiência visual, a língua de sinais, o artefato cultural familiar, a literatura surda, a vida social e desportiva, as artes visuais, a política e os materiais. Nas páginas seguintes, esses e outros artefatos serão citados com a intenção de se desnevoar o breu conceitual que ainda resta, e apontar os holofotes para a riqueza – e a beleza – das práticas e produções culturais Surdas.

Sem a intenção de grandes aprofundamentos teóricos, tampouco problematizações a respeito dos artefatos e produções culturais das comunidades surdas, os trechos a seguir procuram mais o valor dos apontamentos diretos que a complexidade das críticas e reflexões sobre esses fenômenos.

⁶⁰ O que acontece, por exemplo, com a rejeição do termo “deficiente”, ao mesmo tempo em que muitos direitos e privilégios são conquistados sob o argumento da deficiência (como os bilhetes gratuitos de transportes, isenções fiscais, etc.).

4.5. As línguas de sinais (L.S)

Um dos principais marcadores culturais das comunidades surdas, as línguas de sinais deixam claras, já em um primeiro momento, as regiões fronteiriças entre as culturas surdas e as culturas ouvintes majoritárias. Um traço distintivo que configura e conforma grande parte das práticas simbólicas de sujeitos Surdos.

Apesar de sua celebração, dos movimentos identitários que a (re)afirmam como patrimônio maior das culturas surdas e de sua crescente exposição, a língua de sinais ainda é pouco conhecida por grande parte dos não-sinalizadores. Se no cotidiano de grandes cidades não raro vêem-se grupos de surdos a sinalizarem (em autocarros, restaurantes, centros comerciais, ruas, etc.), os gestos que pronunciam em conversas “silenciosas” ainda são cercados de preconceitos e mal-entendidos pela maior parte da população ouvinte.

Como já introduzido no capítulo anterior desta tese, as L.S. são sistemas de linguagens complexos que permitem um meio de interação cinésico-visual cheio de possibilidades para os seus usuários, e não um arremedo de gestos fortuitos, improvisados em uma forma de comunicação precária. As línguas de sinais, em toda a sua riqueza, são compostas por níveis linguísticos como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, cada vez mais investigados por pesquisadores de todo o mundo.

Distante do que muitos acreditam, as línguas de sinais não são criadas pela gestualização das línguas orais majoritárias, como um conjunto de gestos amarrados à gramática das línguas hegemônicas. Ao contrário de um código alternativo criado para suprir a impossibilidade de oralização das línguas majoritárias, tendo estas línguas como substrato norteador, as estruturas frasais das línguas gestuais obedecem a uma sintaxe própria, complexa, apoiada em uma gramática específica. Assim, como uma língua natural (e não artificial), desenvolve-se no seio dos povos surdos, na interação com outras línguas, nos usos e desusos de seus sinalizadores.

As línguas gestuais, como quaisquer outras línguas, não são estáticas, herméticas e imutáveis, mas mudam de acordo com as regiões em que são sinalizadas (variações diatópicas), de acordo com os diferentes estratos socioculturais de seus usuários (diastráticas) e consoante os momentos e circunstâncias da enunciação (diafásicas). São sistemas dinâmicos, vivos, que a cada dia se refazem. Um língua-rio que corre nas

mãos de surdos e ouvintes, desaguando em diversos idioletos. A própria influência das línguas majoritárias sobre as línguas gestuais, intensificada pelo aumento da quantidade de sinalizadores não surdos⁶¹, também recria a dinâmica das L.S.

Sua estrutura morfológica é constituída por parâmetros como configuração de mãos (formato das mãos na produção dos sinais), ponto de articulação (a localização espacial das mãos na formação do gesto), movimento (das mãos), orientação (a orientação, direção e sentido do movimento dos sinais os distinguem de outros) e expressão facial/corporal. Os quiremas⁶² se desdobram em uma quantidade sem fim de significantes, fazendo das L.S. uma língua tão rica quanto outras.

A língua gestual não é uma representação pantomímica da realidade, ou um sistema puramente icônico. Grande parte dos gestos (sinais) são, assim como palavras, arbitrários, não guardando qualquer semelhança com a imagem dos objetos a que se referem. Esses significantes (gestos/sinais) tampouco são a soletração manual de palavras escritas. O sinal de “casa”, por exemplo, não é formado pelas letras “C-A-S-A” do alfabeto dactilológico das línguas de sinais, e também não é – necessariamente – uma representação icônica da imagem mental estereotipada de “casa”: enquanto na Língua de Sinais Brasileira (Libras) o item lexical que representa “casa” liga-se iconicamente ao objeto extra-linguístico, na Língua Gestual Portuguesa (LGP) o gesto em nada remete à materialidade da “coisa” apresentada⁶³. Assim com outros tantos sinais, em outras várias línguas gestuais.

Já que citada de forma breve uma diferença entre a Libras e a LGP (duas línguas de sinais distintas em países que partilham uma mesma língua majoritária), vale ressaltar que as L.S. não são – como muitos ainda acreditam – universais. Cada país (algumas vezes, cada região autônoma dentro de um país) conta com uma, ou várias⁶⁴, línguas de

⁶¹ Aumento provocado, sobretudo, pela promoção das L.S. e pelo aumento da oferta de cursos e oficinas de formação.

⁶² As unidades mínimas de significação: a menor unidade gramatical que se pode identificar, constituinte dos sinais, assim como os morfemas das línguas orais.

⁶³ Em Libras, o sinal de CASA é formado por duas mãos espalmadas que se tocam no topo de um triângulo, remetendo à imagem mental de uma casa. Em LGP, o gesto é indicado por uma mão fechada indo ao encontro da parte superior do peito, do lado oposto à mão utilizada.

⁶⁴ No Canadá, por exemplo, utilizam-se a *American Sign Language* (ASL) e a *Langue des Signes Québécoise* (LSQ), consoante a região do país. Também na Espanha, onde a *Lengua de Signos Española* (LSE), a *Llengua de Signes Catalana* (LSC) e outras variantes regionais são usadas por Surdos do país.

sinais diferentes, e cada grupo de sinalizadores expressa, por sua vez, características específicas quanto aos seus usos⁶⁵.

As dezenas de línguas de sinais espalhadas pelo mundo gozam de diferentes estatutos e representações sociais que variam de acordo com o contexto político, econômico e cultural dos países em que são usadas. Enquanto em alguns Estados as L.S. são reconhecidas como línguas oficiais (como é o caso do Brasil e Portugal) ou dispõem de uma série de dispositivos constitucionais que as regulam, em outros sequer são mencionadas em pré-projetos de leis ou em agendas políticas de parlamentares.

O reconhecimento oficial das línguas gestuais não é meritório pelo simples fato de pôr em plano superior – com a chancela do governo – o prestígio das L.S., mas pelos desdobramentos práticos e políticos que implica. Ancorado em um substrato legal, desdobra-se na criação e no fomento de medidas (físicas e simbólicas) que asseguram a difusão e a efetivação das L.S.: como a regulamentação de novas profissões (formadores, consultores, instrutores, intérpretes de línguas de sinais, etc.), a exigência de recursos de acessibilidade para o público Surdo (como as janelas de tradução em emissões televisivas ou os *video relay services* – VRS⁶⁶), a criação e a valorização de espaços de ensino e investigação (cursos, oficinas, programas, exames e licenciaturas específicas), entre outras.

Um corolário de novos direitos, aos poucos – e com muita luta –, desdobra-se a partir de novas disposições legais, pavimentando o caminho para uma vida mais cheia de possibilidades para o povo surdo, em todas as suas diferenças.

Quando interpelados sobre as “línguas gestuais”, muitos sujeitos envolvidos com as L.S. prontamente corrigem: “línguas de sinais”. A diferenciação entre linguagem e língua, e a constante ênfase desse estatuto, evidencia a batalha ideológica travada pelo reconhecimento das comunidades surdas como minorias linguísticas possuidoras de

⁶⁵ Há algumas décadas, tenta-se promover o uso do “Gesto Internacional”, ou “Língua de Sinais Internacional”, uma linguagem criada e usada em alguns congressos, encontros, eventos e atividades que reúnem Surdos de diferentes países.

⁶⁶ Serviços de vídeo-interpretação que permitem a tradução das L.S. para a língua oral (e vice-versa) em comunicações à distância entre surdos e ouvintes, seja por telemóveis ou por programas de conversação com vídeo em direto. Os gestos são captados em vídeo, traduzidos para a língua majoritária em uma central de VRS e comunicados ao interlocutor em algum outro sítio remoto. Também há o sistema de Vídeo Remote Interpreting (VRI), em que um intérprete media à distância a conversa presencial entre surdos e ouvintes.

uma língua própria e autônoma (em muitos países reconhecidas como línguas oficiais, e em outros já reguladas por dispositivos constitucionais, como já afirmado), espaços de reiteração das modalidades viso-motoras de comunicação, mais livres do jugo ouvintista e oralizador. “Língua, e não linguagem”, repete-se aqui e alhures.

Pelo senso comum, também, ecoam questões como: “mas um surdo conseguirá discutir problemas complexos, que exigem uma profunda empreitada teórica, por meio das línguas de sinais?”, ou “a simplicidade das línguas gestuais permite que autores como Hegel e Heidegger sejam revisitados e explicados?”. Tais indagações desvelam a crença, quase inequívoca, de uma língua cheia de restrições e limitações, como um sistema compensatório e improvisado de comunicação, por isso pobre e incapaz de assegurar a abordagem de assuntos que exigem “abstrações” (como é referido em falas corriqueiras) e recursos linguísticos que vão além de termos simples, imediatos e concretos.

As línguas de sinais, em toda a sua riqueza e constantes transformações, garantem a capacidade de expressão e lucubração sobre quaisquer assuntos que possam ser abordados também em outras línguas, sem prejuízos para os seus usuários. A cada dia, milhares de novos gestos surgem no mundo para representarem termos técnicos, nomes próprios ou conceitos específicos de dezenas de áreas do saber distintas.

Alguns Surdos (e ouvintes), em sua maioria escolarizados e/ou pesquisadores das línguas gestuais, dominam um tipo de notação que, graficamente, representa em texto escrito as L.S: o *SignWriting* (ou Escrita de Sinais).

(...) o sistema pode representar línguas de sinais de um modo gráfico esquemático que funciona como um sistema de escrita alfabético, em que as unidades gráficas fundamentais representam unidades gestuais fundamentais, suas propriedades e relações. O *SignWriting* pode registrar qualquer língua de sinais do mundo sem passar pela tradução da língua falada. Cada língua de sinais vai adaptá-lo a sua própria ortografia. (STUMPF, 2007, p. 50).

Embora ainda não muito difundido, esse sistema de escrita vêm possibilitando importantes registos de produções em línguas de sinais, preservando e eternizando-as, sem a mediação e a interferência das línguas majoritárias. Em algumas escolas de surdos, esse tipo de notação gráfica é introduzida aos alunos, permitindo novas possibilidades de criação de textos escritos.

São nessas escolas, em consonância com outros aparelhos culturais do povo surdo, que se dá o ensino/aprendizagem das línguas de sinais e das práticas simbólicas das comunidades surdas. A aquisição das L.S. por crianças surdas acontece em processos semelhantes à aquisição da fala por crianças ouvintes. Ainda pequeninas, balbuciam os primeiros sinais (o “balbucio manual”), dando nomes e significados às novidades de um mundo por conhecer. E assim percorrem longos trajetos de aprendizagens, como outros tantos pequenos.

Muitas são as posições e os conflitos sobre o ensino e o papel das línguas de sinais em escolas bilíngues-biculturais e em escolas regulares, dividindo surdos, ouvintes, profissionais e pesquisadores da área. Muitos defendem as L.S. como primeira língua (L1), seguida do aprendizado da modalidade escrita da língua majoritária – já outros optam pela língua oral como segunda língua (L2). Há os que defendem as línguas gestuais como línguas acessórias, reafirmando a primazia da oralidade. Há os que se posicionam a favor de alunos surdos incluídos em escolas regulares, acompanhados de intérpretes, ou em salas especiais, com aulas de reforço no contra-turno. Nesse emaranhado de querelas e distensões no campo da Educação (e da Linguística) percebem-se as linhas móveis de poder (re)configuradas continuamente entre os diferentes atores sociais.

4.6. Família e materiais

Se os estudos sobre a família, hoje, esbarram em minúcias postas pelas inúmeras mudanças em suas relações internas, abordar esse objeto inserido no escopo dos Estudos Surdos é tarefa ainda mais espinhosa.

Monogâmicas, poliafetivas, heterossexuais, homossexuais, cristãs, muçulmanas, pobres, ricas, estendidas, urbanas, rurais, escolarizadas, não-escolarizadas... são milhares de atributos que reconfiguram as dinâmicas familiares, refazendo constantemente as formas de se conviver com o outro com quem temos, ou não, parentesco.

Dentre as várias possibilidades de se existir em família, a surdez surge como mais um elemento a redesenhá-la, redefiní-la e compreendê-la.

Não se pensará, aqui, a família surda (ou aquela composta por um ou poucos indivíduos surdos nascidos em “berço ouvinte”) moldada sob os padrões estereotipados de famílias nucleares heterossexuais, monogâmicas e cristãs, formadas por mãe, pai e filhos: entender-se-á, ao contrário, a surdez como intrincada em diferentes (possíveis) arranjos familiares.

Os conceitos de família e cultura unem-se de maneira indissociável: ao mesmo tempo em que as configurações e dinâmicas familiares são atravessadas e regidas pelos imperativos das culturas em que se fundam, as famílias são também núcleos de (re)produção de práticas culturais, onde os sujeitos assimilam e incorporam teias de significados que os ordenam e que dirigem as comunidades de que fazem parte.

Assim, destacam-se as diferenças na constituição de identidades de um sujeito surdo criado em família ouvinte e outro nascido em família surda (em que grande parte dos membros são surdos). As dinâmicas internas dessas diferentes famílias, o aprendizado de várias práticas simbólicas e os processos de endoculturação dão-se sobre diferentes eixos, (re)definidos por substratos culturais distintos⁶⁷.

A maioria dos surdos⁶⁸ faz parte de famílias ouvintes, o que não raro os empurra a outros sítios para conviverem com demais Surdos: na escola, em associações, organizações, instituições, movimentos ou espaços não formais, como festas e pontos de encontros. Outros sítios que não o ambiente doméstico. Muitas vezes essa estraneidade é ainda agravada pela não-aceitação da surdez por parte de seus familiares, que – como muito se vê – esforçam-se para normalizar o “patinho feio”, ou o “patinho surdo”⁶⁹, com quem convivem. Todos os ajustamentos e práticas ouvintistas, como já ditos (e repetidos) por esta tese, são inculcados sobre os sujeitos surdos que, por vezes, só encontram novas possibilidades de existir (as identidades e culturas surdas) quando jovens ou já adultos: o que não admira, mas provavelmente consternará.

Não se pretende aqui demonizar ou julgar como algozes os familiares ouvintes de indivíduos surdos, tampouco esmiuçar essa problemática cheia de contradições, mas

⁶⁷ No que diz respeito às culturas surdas ou ouvintes.

⁶⁸ As estimativas não são rigorosas, dado as imprecisões no recenseamento desses dados, mas estima-se que mais de 80% dos surdos fazem parte de famílias ouvintes.

⁶⁹ Como brinca o título de um livro infantil escrito por Lodenir Karnopp e Fabiano Rosa (2005).

busca-se, antes, apontar para os desdobramentos desses atos de normouvintização sob a perspectiva dos estudos sobre a diferença. Mais que colocar em cheque as ações cuidadosas e de benquerença dos familiares de surdos, ou fazer ruir a boa intencionalidade de suas ações, cabe problematizar os pressupostos desses gestos, a forma branda como operam e os seus desdobramentos.

Em relação às famílias surdas (em que a maior parte dos membros são surdos), vê-se uma enorme diferença quanto ao reconhecimento e ao trato com a surdez. A língua comum (em geral as línguas gestuais), o cotidiano do lar, as conversas em família, os vários objetos domésticos que se espalham pela casa, as questões do dia-a-dia, as tradições familiares (como festas, encontros, comemorações) e uma série de hábitos são reconfigurados pelas exigências da experiência visual e pela assumpção das identidades Surdas. Stroebel (2008) afirma que, nesse âmbito, mesmo as relações de sujeitos Surdos com os seus animais de estimação apresentam peculiaridades quando comparadas ao trato dado pelos sujeitos ouvintes (como o uso de sinais de mão e expressões faciais – ao invés da voz – para se comunicarem, alertas visuais, etc.).

Vale ressaltar que os casamentos e as parcerias endogâmicas são muito comuns nas comunidades surdas e que, ao contrário de muitas famílias ouvintes que encaram o nascimento de uma criança surda como um momento de luto e frustração, a novidade de um rebento surdo é geralmente recebida com alegria por seus familiares também Surdos.

Nesses casos, o ambiente familiar figura como um espaço de partilha linguística, onde adultos e crianças conseguem trocar, desde cedo, conversas, conselhos, ralhos, piadas, ensinamentos... em uma interação fluida, sem grandes obstáculos de comunicação, por meio de uma língua comum (que é adquirida com muito mais facilidade pelos pequeninos). Jovens e crianças surdas, no contato com adultos Surdos, ganham referências e modelos de comportamentos bastante visíveis e empáticos, com os quais podem afinar as suas expectativas, desejos e ações. As práticas Surdas, nesse convívio próximo, são mais facilmente internalizadas, em um processo contínuo de aprendizado e ajustamentos.

Em uma primeira visita a uma casa de surdos, alguns aparelhos logo chamam a atenção: em especial aqueles que transformam avisos sonoros em sinais luminosos ou vibratórios. Assim, uma campainha luminosa logo se acende, ao cimo da porta, quando

acionada – comumente também piscam luzes pela casa. O telefone, que muitas vezes possui teclado alfabético (assim como os telefones públicos acessíveis para o público surdo, chamados de TDD – do inglês *Telecommunications Device for the Deaf*), também apita por pisca-pisca de luzes. Despertadores vibratórios, babás eletrônicas que reconhecem o choro de bebês e acionam avisos luminosos no quarto dos pais, televisões com *closed-caption* continuamente ativados (quando são disponibilizados), além de outros vários *gadgets* que permitem aos surdos usufruírem sem grandes prejuízos de objetos que – geralmente – fazem uso do som, compõem a mobília de muitos lares de surdos.

Além das famílias surdas e das famílias ouvintes que esperam de seus filhos surdos padrões de comportamentos ouvintes, destacam-se – a cada dia mais numerosas – as ações de familiares ouvintes que, por reconhecerem a importância das culturas surdas e das línguas de sinais para o processo de formação de seus filhos, buscam a integração e a inclusão desses não só no universo dos que ouvem, mas também no mundo Surdo. Não raro buscam profissionais, instituições de apoio, escolas e associações que permitem novas vivências Surdas aos seus filhos. Nesses espaços, conseguem não só apoios para as tarefas de educação dos pequenos como os introduzem a um mundo de novos significados.

4.7. Associações, empreendimentos e eventos

Se há algumas décadas as associações de Surdos eram espaços marginalizados, ensimesmados e, às vezes, clandestinos, como redutos de fuga para aqueles que queriam (con)viver e sinalizar sem os olhares hostis da vigilância ouvintista, hoje essas associações movimentam-se no sentido da promoção e divulgação das culturas surdas.

Se antes “dentro” era o espaço protegido, arredio à entrada dos gestos proibitivos de familiares e profissionais ouvintes, agora as associações são ambientes abertos, receptivos à interação com o outro-ouvinte, onde são feitos esforços para que os discursos que ali se multiplicam extrapolem as paredes do edifício e transformem, alhures, o que há de contrário a afirmação das identidades Surdas.

Sejam municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, as associações de Surdos, em diferentes instâncias, oferecem aos seus sócios e familiares uma rica rede de apoios

e vivências. São, sobretudo, espaços de convívio e formação, onde famílias e sujeitos Surdos – assim como ouvintes ligados às comunidades surdas – partilham momentos livres, cursos, oficinais, assembléias, eventos culturais, atividades desportivas, etc.

Com estatutos próprios e regidas por diretrizes e regulamentos internos, as associações de Surdos contam com dezenas, centenas e até milhares de associados, que a elas se filiam por meio da contribuição de suas quota-partes. Muitas firmam parcerias com empresas privadas, organizações civis, órgãos do Estado, universidades ou outras instituições para incrementarem e promoverem a participação de seus associados na vida pública das regiões em que se localizam.

Como um breve exemplo, cita-se a Associação Portuguesa de Surdos (APS), sediada em uma conhecida avenida de Lisboa (Avenida da Liberdade). Fundada há mais de 50 anos, oferece inúmeros serviços aos surdos do país. Entre suas atividades estão: a representação (também jurídica) das comunidades e sujeitos surdos, atuando pela promoção e defesa de seus interesses; a informação e documentação sobre temas relativos à surdez, com a manutenção de bibliotecas, acervos digitais, hemerotecas, etc.; a interpretação em língua gestual oferecida a surdos sinalizadores; a formação e certificação de Surdos, em cursos de língua gestual, informática, Português e Inglês; a formação e avaliação de profissionais envolvidos com a LGP; os grupos de pais surdos; os espaços de convívio de sênior, com a realização de excursões, passeios, cursos e palestras; as atividades culturais (festas, concursos, viagens), recreativas e desportivas; entre outras.

Desde então a APS, além da escolarização, tem promovido o emprego, o serviço de intérpretes nos tribunais, na polícia, em empresas, etc.; organiza actividades desportivas e recreativas; apoia e informa surdos estrangeiros em visita; apoia sócios na resolução de diversos problemas; e representa o país em organizações internacionais (World Federation for the Deaf e European Union for the Deaf). (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS, 2012).

Para além da APS, atuam em Portugal outras várias associações regionais de surdos, como a Associação de Surdos do Porto, do Algarve, de Évora, Braga, Beja, de Guimarães e Vale do Ave, da Ilha de São Miguel, da Alta Estremadura, Amadora... além da Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS).

No Brasil, outras centenas de associações se espalham pelo país, distribuídas entre grandes metrópoles e pequenos municípios.

Em âmbito internacional, outras associações também cumprem funções representativas, levando a cabo as lutas surdas frente a governos, organizações e companhias. A *World Federation of the Deaf* (WFD), por exemplo, congrega associações de surdos espalhadas por mais de 130 países e promove a defesa dos direitos humanos – com foco nos sujeitos Surdos usuários das línguas de sinais – em organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), etc., onde desempenha atividades consultivas.

Essa e outras associações internacionais, como a *European Union of the Deaf* (EUD), alinham-se em alguns postulados básicos, que se desdobram, com frequência, na luta pelo reconhecimento e empoderamento das línguas de sinais, nas jornadas por melhores ofertas educativas a crianças, jovens e adultos surdos, nos movimentos pelo acesso à informação e serviços básicos, nas campanhas de conscientização sobre direitos humanos e diferenças, e no estímulo/fomento à criação de associações locais de surdos, como forma gregária de se potencializar as demandas desse povo.

Outras instituições que não as associações regionais também atuam como importantes pontos de articulação e mobilização de sujeitos surdos. Além das escolas de Surdos, como já citadas nesta tese, também atuam como pólos de convívio e de produção de conhecimentos de, para e sobre as comunidades surdas algumas instituições de pesquisa, organizações temáticas⁷⁰ e transversais, ONGs e movimentos sociais.

No Brasil, destacam-se as ações missionárias de grupos religiosos no seio do povo surdo. Algumas igrejas, em especial as cristãs (sejam evangélicas, católicas ou Testemunhas de Jeová), contam com um largo trabalho de evangelização entre as comunidades surdas.

Nas décadas de 80 e 90, enquanto pouco se comentava, no país, sobre as línguas de sinais, grupos religiosos já difundiam materiais sobre essas “linguagens”, como o dicionário *Linguagem das Mãos*, escrito pelo missionário católico Eugênio Oates

⁷⁰ Como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), no Brasil, por exemplo.

(1988). Além desse livro-manual, outras obras ligadas a grupos católicos, luteranos, batistas e Testemunhas de Jeová, que publicizavam formas de comunicação manual, foram impressas nos anos oitenta.

Atualmente, ministérios e pastorais reúnem milhares de surdos e ouvintes que comungam as escrituras sagradas e as línguas de sinais. E se outrora o *efatá* (“abra-se”) bíblico narrava a cura de um surdo-mudo por Jesus Cristo, hoje – com os novos discursos sobre a surdez a permear as práticas cristãs – o *efatá* refere-se, sobretudo, à cura da surdez espiritual de quem não ouve as palavras de Deus (SILVA; TEIXEIRA, 2008, p. 8): e a cura metafórica desse alheamento à mensagem de Jesus dá-se pelo aprendizado dos textos religiosos – que pelos Surdos é feito, principalmente, por meio das línguas de sinais.

Assim, na exegese contemporânea de alguns grupos de fiéis, o *efatá* diz respeito não à cura fisiológica do Surdo, tampouco a uma tentativa de normalização do corpo danificado, mas à sua catequização e à sua possibilidade de congraçar as doutrinas cristãs. Por seu valor religioso e seus conteúdos litúrgicos em L.S, somados ao bom acolhimento⁷¹ e à forma como valorizam e promovem algumas práticas Surdas, muitas igrejas figuram também como importantes espaços de articulação e convívio de sujeitos Surdos.

Para além da vida religiosa, a lida com os desportos também ganha outras configurações sob as perspectivas surdas. Em associações desportivas, Surdos de todas as idades reúnem-se para praticar esportes (alguns com adaptações) individuais e coletivos.

A Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos (CBDS) e a Liga Portuguesa de Desporto para Surdos (LPDS) são duas associações, entre centenas, que congregam atletas surdos. Com torneios de futebol, futsal, basquete, natação, atletismo, boliche, pesca, artes marciais, etc., as confederações promovem não só a vivência entre Surdos locais como a integração de Surdos originários de diferentes cidades e países.

⁷¹ As relações das igrejas cristãs com o povo surdo são cheias de pontos para serem problematizados, que envolvem uma série de ações normatizadoras (algumas vezes fundadas em discursos sectários e homofóbicos, por exemplo) enoveladas em discursos de valorização da *diferença* (no caso, a surdez). Aqui, importa apontar para o vulto dessas instituições como espaços de convívio de Surdos, sem se prender a essas lucubrações sociológicas.

Nas *Deaflympics* (usualmente traduzida para a língua portuguesa como Surdolimpíadas), que acontecem quadrienalmente desde 1924, Surdos de quase 80 nações competem em mais de vinte modalidades. Milhares de atletas e espectadores participam desses grandes eventos, sediados em centros urbanos como Taipei (2009), Melbourne (2005), Roma (2001), Copenhagen (1997), Sofia (1993) ou Christchurch – Nova Zelândia (1989). Em biênios alternados ocorrem também as *Winter Deaflympics* (Surdolimpíadas de Inverno), que reúnem esportes como hóquei no gelo, *snowboard*, esqui e *curling*⁷².

Nos últimos anos, para além das agremiações políticas, culturais, religiosas e desportivas de Surdos, novos espaços começaram a surgir como pontos de encontro e de promoção/divulgação das comunidades surdas. Bares, cafeterias, restaurantes, festas e casas noturnas começaram a se especializar nesse promissor nicho de mercado. E se uma demanda latente começa a transbordar, silenciosa, entre os gestos de sujeitos Surdos, um pequeno grupo de micro-empresários, em diferentes países, já começa a explorar esse novo filão – entre esses empreendedores, destacam-se alguns Surdos.

Não só feitos para Surdos, muitas dessas iniciativas procuram também promover as línguas de sinais e as práticas culturais das comunidades surdas entre o grande público ouvinte. Tais sítios firmam-se como pontos multiplicadores onde, além de se passar a palavra sobre a riqueza do mundo Surdo, passam-se também os gestos.

No *Café Signes*, bar e restaurante parisiense onde parte dos funcionários são Surdos, as primeiras interações entre empregados de mesa e clientes logo introduzem os menos familiarizados às novidades do universo Surdo: como pedir um café, uma sandes ou um simples copo d'água, se quem atende não partilha da língua falada? Ou, o que parece mais elementar: como chamar a atenção de um garçom para que ele se dirija à mesa? Em resposta a essas dúvidas corriqueiras, sugestões bem-humoradas são dadas em guiões postos na ementa e no *site* do estabelecimento: indica-se, por exemplo, acenar com as mãos, tocá-los quando estiverem a passar, pedir ao vizinho de mesa para que chame o vizinho do vizinho de alguém próximo a eles (com o cuidado para que a corrente não se quebre), atirar um pequeno e inofensivo objeto ou, de forma rápida e descomplicada, acionar o sinal luminoso.

⁷² Em 2011 não houve uma edição desses jogos, tendo o último evento ocorrido em 2007 na cidade de Salt Lake (EUA), antecedido por Sundsvall (2003) e Davos (1999).

Os Surdos que trabalham no local andam com *tablets* e *paggers* que vibram para avisar sobre pedidos de mesas ou sobre a refeição pronta para ser servida, à espera de ser levada em bandejas. Os clientes ouvintes, na visita ao estabelecimento e no breve contato com a equipe de funcionários, aprendem sinais básicos de cortesia (“por favor”, “obrigado”...) e dos pratos disponíveis, além de outros que surgem na imediatez da conversa com os Surdos. São assim iniciados – mesmo que de forma ligeira – a algumas práticas específicas dessas comunidades.

Além de frequentadores Surdos e ouvintes locais, turistas também costumam parar para uma sandes ou uma meia-de-leite. O *Café Signes* cria, assim, um ponto de intersecção entre mundos aparentemente distintos, o da palavra falada e o dos sinais.

Assim como o *Café Signes*, o antigo *Cafe de los Signos* contava com funcionários sinalizadores. A iniciativa, inaugurada (e já encerrada) em Madrid, focava com especial atenção o público Surdo: no local aconteciam exposições de artistas Surdos, saraus com poesia, contação de histórias e esquetes em *Lengua de Signos Española*.

O convite ao circuito cultural Surdo é o que também pretende o *Tichá Kavárna*, “restaurante silencioso” em Praga, com empregados Surdos, que promove um rico intercâmbio entre Surdos e ouvintes.

Na Polônia, o *Dwie Dlonie* (Duas mãos), semelhante aos empreendimentos já citados, possui grande parte do *staff* formado por Surdos (os outros são ouvintes que dominam as línguas de sinais) e – periodicamente – promove festas e “baladas surdas” (*deaf discos*), a fim de reunir jovens e adultos Surdos e deficientes auditivos da região.

Para além da Europa, o pequeno *Deaf Cafeinado* também figurava como um café das comunidades surdas na Cidade do México. O *Shuwa Shuwa*, em Kitanagoya (Japão), serve bebidas e *cocktails* – em sinais – para públicos surdos e ouvintes. Assim como o texano *Viuda Bistro*, o russo *Sesto Senso*, o israelense *Café Kapish* ou as *Deaf Cafeterias* de Sai Kung e Lam Tin, em Hong Kong.

Nos Estados Unidos, país em que as comunidades surdas são bastante proeminentes, a inauguração de uma nova pizzaria chamou a atenção do povo surdo no final de 2011: a californiana *Mozzeria*.

Ao contrário de outros restaurantes, a *Mozzeria* logo se destacou não por contar com uma equipe de Surdos, ou por ser um estandarte das culturas surdas, mas por ser uma iniciativa *deaf-owned* (de proprietários Surdos) no circuito gastronômico local.

O espaço é para todos, surdos e ouvintes, apreciadores da culinária italiana. Melody, nascida em Hong Kong e criada nos Estados Unidos, filha e neta de *restauranteurs*, viajou pela Itália a frequentar cursos de gastronomia em Roma, Sorrento e Positano, antes de inaugurar a *Mozzeria* ao lado de seu marido, Russel Stein, também Surdo. No restaurante, não raro vêem-se mãos a sinalizar, tornando-o mais um ponto de encontro para as comunidades surdas de São Francisco.

Outros bares e restaurantes espalhados por vários países – e com diferentes carizes – investem na contratação de funcionários Surdos. Em Da Nang, Vietnã, um projeto filantrópico coordenado pelo casal ouvinte estadunidense Bob e Kathleen Huff mantém o *Bread of Life*, restaurante/panificadora beneficente a favor das comunidades surdas. Ali, funcionários surdos participam de todo o processo de fabrico e preparação das refeições, recebendo treinamentos e formações profissionais que os qualificam para o trabalho na área de panificação e culinária. Os lucros do restaurante e os donativos ofertados por terceiros são investidos em programas sociais destinados à população surda do país.

Também com caráter profissionalizante é o modelo posto em prática por franquias egípcias e paquistanesas da rede de *fast-food KFC*. “*Community Care Restaurant*”, lê-se à entrada da loja do Cairo, com um sinal de “*I love you*” (um gesto bastante difundido entre Surdos de todo o mundo) estampado ao lado dos dizeres. O alfabeto manual ilustrado nas paredes da loja, em conjunto com a decoração padrão da marca, convida os clientes a uma breve introdução às línguas gestuais, enquanto atendentes Surdos sinalizam e sorriem no balcão.

O projeto, assim como os levados a cabo pela rede nepalesa *The Bakery Cafe* e pelas franquias da cafeteria *Dib Coffees of Hawaii*, na Malásia, privilegia a formação profissional dos funcionários Surdos, muitos dos quais em regime de primeiro emprego. Nesses estabelecimentos, o diferencial e a atratividade do atendimento, além de uma certa repercussão midiática, também incrementam a publicidade das marcas, que passam a ser percebidas por muitos como filantrópicas.

Do que foi citado acima, percebe-se que nem todos os empreendimentos comerciais que contam com “colaboradores” surdos são iniciativas *deaf-owned*, *deaf-friendly* (sob a óptica do consumidor) ou surgidas dos desejos das comunidades surdas: alguns, de forma controvertida, beneficiam-se da contratação (por vezes precária) de mão-de-obra barata que ainda lhes permite um verniz filantrópico e um ajustamento às novas demandas “éticas” da responsabilidade social empresarial; outros, projetados e dirigidos por ouvintes, são fundados em preceitos assistencialistas de ajuda e caridade, pautados pela óptica do surdo-deficiente.

Sem a pretensão de se enveredar por críticas aos objetivos e missões dessas empreitadas, foram citados aqui casos em que as línguas de sinais e as culturas surdas são exibidas, promovidas e partilhadas com o grande público ouvinte, em zonas de contato às vezes imprevisíveis e improváveis.

“Improváveis como a existência de discotecas para Surdos” seria uma frase que, provavelmente, ressoaria pelo senso comum. Discotecas para Surdos?

A cada dia, novas “baladas” são promovidas nas e para as comunidades surdas, principalmente para públicos jovens e urbanos. Evento emblemático é a festa transnacional *Sencity*, criada por uma companhia holandesa para possibilitar a experiência de uma casa noturna por meio de vários sentidos além da audição. “*See, smell, taste, feel, hear and rock your senses!*” (SENCITY, 2012) antecipa a divulgação da festa. A experiência multissensorial é permitida por *sense floors* (pisos que reverberam as vibrações do som), projeções de vídeos comandadas por *videojockeys* em grandes ecrãs espalhados pelo espaço, degustações de sabores oferecidos por *foodjockeys*, aromas borrifados no ambiente em combinações feitas por *aromajockeys*, efeitos de luzes orquestrados por *lightjockeys*, intervenções de textos e legendas projetadas pelo salão por *textjockeys*, sons graves acentuados em altifalantes para serem melhor percebidos por surdos e deficientes auditivos, apresentações de dança e *signdance* (danças entrelaçadas com sinais), sessões de massagem, visagismo, entre outros recursos oferecidos por uma equipe toda preparada para atender usuários de línguas de sinais.

A *Cidade dos Sentidos*, como também se anunciou em Português, percorre (e já percorreu) diferentes cidades do mundo, atraindo centenas, quiçá milhares, de jovens e adultos Surdos. Amsterdã, Leeds, São Paulo, Dublin, Berlin, Johannesburgo, Auckland,

Londres, Sidney, Salvador, Cidade do Cabo, Madrid e outras dezenas de centros urbanos já receberam edições itinerantes da Sencity, para a alegria de públicos Surdos dessas regiões.

Mas se a *Sencity* é uma festa itinerante, a transitar entre centros urbanos de regiões distantes, em Moscou uma discoteca para Surdos destaca-se por ser uma das únicas do gênero a instalar-se no continente: a *Krauze Disco Bar*. Aberta para todos, a casa possui grandes altifalantes, distribuídos próximos ao chão, que fazem ressoar os graves pelo solo vibrátil. Em alguns dias, o próprio DJ é Surdo, e em duas noites por semana o bar-discoteca permite a entrada apenas de Surdos e de seus acompanhantes.

Na Espanha, a casa noturna *Equal* também é dedicada a esse público: *Equal Deafriendly*, nomeia-se. No local, o cuidado com a iluminação e com a organização do espaço permite conversas entre Surdos, sem obstáculos de comunicação, no meio da pista de dança ou em “cantos escuros” da casa.

Em centenas de cidades, “baladas de Surdos” vêm ganhando adeptos entre, principalmente, grupos mais jovens. São, em geral, festas como as do *mainstream* ouvinte, com música, luzes, bebidas, flertes, conversas, namoros, descontração e dança, mas como alguns cuidados e atenções para bem receber esse público específico.

Também a dança é muito bem vinda para alguns Surdos, que – seja pelos resíduos auditivos que possuem, seja pela vibração do som a estremecer cada parte de seus corpos – entregam-se ao suíngue e aos movimentos compassados no meio da pista.

Na Internet, um *site* britânico bastante visitado promove *raves* Surdas em diferentes países: o *Deaf Rave*⁷³, além de fomentar a realização dessas festas pelo mundo, publiciza outros eventos acessíveis para o público surdo.

Para os que não gostam da agitação das “baladas”, algumas festas tradicionais em muitas comunidades surdas chegam a reunir centenas, às vezes milhares, de Surdos. As festas juninas dos Surdos da cidade de São Paulo, por exemplo, atraem milhares de convidados vindos de diferentes cidades do estado. Crianças vestidas de caipiras (saloiás), bigodes pintados à lápis, balões e bandeirolas coloridas são cenas comuns em uma série de escolas, associações, pastorais e instituições de Surdos no país.

⁷³ <http://www.deafrave.com>. [Acessado em: 22 Set. 2012]

Entre um sem número de atividades, vê-se o quão ampla é a diversidade de eventos que se multiplicam nas comunidades surdas de todo o mundo. Uma rica oferta cultural é vivenciada, mesmo que ainda distante dos olhares curiosos do *mainstream* ouvinte, nos meandros do povo surdo.

Festas tradicionais, encontros, grupos temáticos (como os grupos de motociclistas Surdos, tatuadores Surdos, *gamers* Surdos, atores, adeptos, LGBTs, etc.), discotecas, restaurantes, bares, museus (como o Norsk Døvemuseum - Museu Norueguês de Surdos), eventos desportivos, concursos de misses (como os famosos *Miss Deaf World* e *Miss Deaf International*, que reúnem misses surdas de dezenas de países), *hubs*⁷⁴, congressos, festivais (que se acumulam aos milhares), pastorais e ministérios religiosos, associações, entre centenas de outras organizações associativas, empreendimentos e eventos realizados sob as exigências da experiência visual, das línguas de sinais e das práticas simbólicas Surdas fazem dessas culturas universos extremamente ricos e cheios de possibilidades. Para os que começam a descobrir esses meandros, a empreitada é fascinante e cheia de surpresas.

4.8. Em tempos de paz, em tempos de guerra

Antes de prosseguir o caminho pelas Artes Surdas, faz-se mais um intervalo para pontuar uma manifestação associativa bastante curiosa (se não trágica) presente na Líbia.

No início de 2011, quando as revoltas populares que agitaram países do norte da África e do Médio Oriente (a Primavera Árabe) fizeram-se notar no país, uma milícia armada – entre as forças de oposição ao governo de Muammar al-Gaddafi – chamou a atenção por uma inusitada peculiaridade: a brigada era formada por combatentes Surdos.

⁷⁴ Espaços colaborativos de trabalho e empreendedorismo que há alguns anos vêm se espalhando pelo mundo. Comumente, pretendem articular um novo ambiente de trabalho – com instalações coletivas (salões, cozinhas, biblioteca, salas de eventos, etc.) – a uma rede de microempreendedores, ONGs, consultores, profissionais independentes e empresas que partilham de ideais comuns (sustentabilidade, transformação social, etc.). Cita-se aqui o *Tayside Deaf Hub*, um *hub* Surdo escocês que arrenda espaços para escritórios, cursos, eventos, etc., e oferece uma série de serviços para esse público específico.

Com o nome de *Brigada dos Surdos Mudos de Misrata* (cidade ao norte do país), a tropa reuniu quase noventa soldados, dos quais menos de dez eram ouvintes – todos, entretanto, fluentes em língua gestual.

Sediados no prédio que outrora abrigava uma base da polícia secreta do antigo regime, a brigada de Surdos atuava principalmente em postos de controle e vigilância, algumas vezes participando de frentes de combate ao lado de rebeldes ouvintes. Com um emblema próprio, sede fixa, armas e veículos, a tropa Surda driblava a privação da audição (sensório de enorme importância em um conflito armado) por meio da acuidade visual de seus integrantes.

A sangrenta guerra civil infligida à região, assim, também contou com a participação direta de grupos Surdos, sinalizadores, membros de comunidades surdas locais, dispostos a lutarem (e a morrerem) por um novo Estado em que acreditavam.

A motivação do grupo, bem como a de grande parte dos soldados de oposição (e de boa parcela da população), alimentava-se do descontentamento em relação ao Estado autoritário dirigido por Muammar al-Gaddafi, no poder por mais de quarenta anos.

Além de outras várias insatisfações, os Surdos envolvidos no conflito denunciavam as privações e os descasos do regime com as comunidades surdas locais. Sobretudo, acusavam Gaddafi de manter um governo despótico e segregacionista, com poucos direitos dados ao povo surdo – as associações de surdos, por exemplo, eram vetadas pelo Estado a fim de se evitar alianças políticas e conchavos oposicionistas entre cidadãos líbios (SHELTON, 2011).

Em tempos de paz ou em tempos de guerra, a identificação com o outro-Surdo, com quem se partilha uma língua e práticas culturais comuns, faz surgir associações, grêmios, ajuntamentos ou milícias nas mais improváveis situações.

Entendendo a complexidade do contexto político, econômico, religioso e cultural do país, emaranhada às peculiaridades das comunidades surdas locais (em todas as suas dissonâncias e distensões em relação ao Estado), fecha-se esse parêntese, aberto para ilustrar formas variadas (e imprevisíveis) de vínculos comunitários mantidos por Surdos em diferentes regiões. E, da arte da guerra à “guerra pela arte”, seguir-se-á caminho pelas produções culturais Surdas espalhadas pelo mundo...

4.9. Literatura e Artes Surdas

4.9.1. De'VIA?

Literatura, teatro, artes plásticas, dança, música, cinema, *design*: as produções culturais das comunidades surdas acumulam-se aos montes. Feitas, distribuídas e consumidas por diferentes sujeitos, as artes de surdos trazem às telas, aos palcos, aos objetos e aos ecrãs novas formas de olhar, pensar, sentir e expressar o mundo.

Aqui, antes de adentrar por um passeio introdutório às artes e literaturas Surdas, cabe uma importante – e basilar – distinção de termos. O que, afinal, entende-se por Arte Surda nesta tese?

Ao contrário do uso corrente e bastante popularizado da expressão “arte surda”, comumente empregada para nomear todos os tipos de obras produzidas por sujeitos surdos, definir-se-á, neste texto, Arte Surda como aquela que, por meio de diferentes suportes, resgata, retrata e evidencia – direta ou indiretamente, mas de maneira apreensível – traços das experiências Surdas.

Diferencia-se, então, as obras produzidas por artistas surdos/Surdos (que podem retratar uma série de temas, ancoradas em centenas de estilos e escolas, por meio dos mais variados suportes) das Artes Surdas. Com isso, tenta-se circunscrever a classificação do objeto de arte não pela identidade do indivíduo que o produz mas pelo conteúdo que expressa.

Em 1989, proeminentes artistas Surdos reuniram-se no festival *Deaf Way*⁷⁵ e lançaram um manifesto que serviu de base para se reconceituar a chamadas Artes Surdas. Nesse texto, lançam o termo De'VIA (*Deaf View/Image Art*) para determinar um tipo de arte em que estiverem representadas as percepções e experiências Surdas.

De'VIA represents Deaf artists and perceptions based on their Deaf experiences. It uses formal art elements with the intention of expressing innate cultural or physical Deaf experience. These experiences may include Deaf metaphors, Deaf perspectives, and Deaf insight in relationship with the environment (both the natural world and Deaf cultural environment), spiritual and everyday life.

⁷⁵ Um dos mais importantes festivais de cultura surda do mundo, ocorridos em Washington D.C.

De'VIA can be identified by formal elements such as Deaf artists' possible tendency to use contrasting colors and values, intense colors, contrasting textures. It may also most often include a centralized focus, with exaggeration or emphasis on facial features, especially eyes, mouths, ears, and hands. Currently, Deaf artists tend to work in human scale with these exaggerations, and not exaggerate the space around these elements. (Miller et al., 1989)

De acordo com a compreensão De'VIA, a Arte Surda pode também ser criada por artistas ouvintes⁷⁶ – o que, entre alguns Surdos, gera um pequeno desconforto. Se o que fundamenta a conceituação da obra é o que ela – em sua materialidade – expressa, a identidade de seu realizador figura secundária quanto a sua categorização. O que implica em restringir o espectro do que se entende por esse tipo de arte: grande parte das obras comuns, antes alocadas em um grande e indefinido balaio chamado de artes surdas, são – por essa perspectiva – reclassificadas como “artes feitas por surdos”.

Posta a ressalva, afirma-se que nesta tese conceituar-se-á Arte Surda com a acepção De'VIA dada à expressão, enquanto as demais produções serão entendidas como “artes feitas por surdos”, ou “produções de artistas surdos”.

Assim, ao mesmo tempo em que se valorizará as artes fundadas (e que expressam) especificamente na experiência Surda, evitar-se-ão posturas demagógicas e paternalistas na apreciação e na promoção das artes feitas por surdos – o que, muitas vezes, traz subjacente uma série de preconceitos e discursos normouvintizadores. Quantas vezes já não se viu a valorização da arte – independente de sua qualidade estética ou conceitual – pelo simples fato de ter como autor um sujeito surdo (ou “deficiente”, como tanto insiste o vocabulário corrente)?

Por meio de discursos de superação, muitas vezes retira-se do sujeito criador a representação social de artista e implanta-se a categoria de deficiente – o herói que em processo de reabilitação atinge a “normalidade” por meio de qualquer aquarela ou garatuja. O que, dada a empatia comiserativa (e apequenadora) trazida pela deficiência, rende-lhe bons aplausos. Aplausos por vezes caridosos, piedosos, que pouco têm a ver com a riqueza criativa de seu trabalho.

⁷⁶ Comumente ligados ao mundo Surdo, sejam filhos de pais Surdos, irmãos, profissionais da área, professores, etc.

Ao se focar as Artes Surdas (De'VIA), reforça-se o valor dessas obras pela riqueza do conteúdo que expressam, pelo primor estético, pela importância dos símbolos que trazem à tona e pelas lutas que carregam, esquivando-se de visões caritativas e tutelares e entendendo a potência dessa arte em toda a sua complexidade, para muito além do âmbito terapêutico. E, como parece claro, a qualidade da obra (sob esse ou aquele parâmetro) é avaliada de acordo com o juízo crítico de quem se firma em referências estéticas, conceituais, metafóricas, políticas, etc., e não por sua simples natureza De'VIA, tampouco por sua definição “Surda”.

Para além das artes plásticas, vale reforçar que a ideia de Arte Surda (De'VIA) aqui apropriada será expandida para o teatro, para o cinema, para a literatura, etc. Produções em línguas de sinais, por esse olhar, fazem parte – também – desse rol.

Assim, sedimentada a base de classificação em que se apóia esta tese, logo se introduz a literatura Surda, com toda a beleza das milhares de produções que hoje enchem livros, prateleiras, apresentações, vídeos, redes sociais e festivais de culturas surdas.

4.9.2. Literatura Surda

Quando se discute literatura Surda, aponta-se para duas plataformas majoritárias: o papel e o ecrã. Isso porque as línguas de sinais, em sua modalidade visual-espacial (e não comumente escrita, como o *SignWriting*), exigem novos suportes de exibição.

A popularização de novas plataformas virtuais, como as redes sociais e os *sites* de armazenamento e compartilhamento de vídeos, transformaram sobremaneira as interações no seio das comunidades surdas, bem como o modo de criação e distribuição de suas produções culturais. As possibilidades de registo de imagem e a viabilidade da comunicação instantânea permitiram aos sujeitos Surdos novas formas de se comunicar e de publicizar marcadores específicos de suas culturas.

As produções discursivas em línguas de sinais, por exemplo, podem ser hoje registadas, partilhadas, divulgadas e eternizadas de maneira muito mais ampla e democrática que outrora.

Se antes a fruição de grande parte dos produtos culturais desses grupos exigia um contato presencial e se desfazia no imediato da interação, hoje essas produções podem ser não só registadas e partilhadas como também arquivadas e acessadas com facilidade em diversas regiões do planeta.

A literatura Surda, assim, passa a ser produzida e promovida não só em papel, como acontece em algumas publicações editadas por Surdos (comumente em línguas escritas majoritárias), mas também – e com grande peso – em suportes digitais/virtuais, contemplando as peculiaridades de registo das línguas gestuais. As produções audiovisuais, assim, confirmam-se hoje como uma das principais formas de realização literária das comunidades surdas.

Literatura em línguas de sinais, poesias visuais, contações de histórias, espalham-se entre Surdos e ouvintes, possibilitando não só a profusão de textos em L.S. como a reprodução e propagação das culturas surdas.

Em escolas de Surdos, o valor desses materiais é inestimável: com eles, crianças, jovens e adultos conseguem aceder a textos literários em línguas gestuais, resgatar partes do patrimônio histórico de suas comunidades, ter a auto-estima incrementada, reconhecer-se entre os personagens e também desenvolver o uso da língua. Nessas obras, o modelo hegemônico (e quase incontestável) de personagem ouvinte, por alguns minutos, cede espaço para heróis, princesas, detetives, enamorados, monstros e outros vários protagonistas Surdos.

Além de estarem disponíveis obras já consagradas universalmente, entre contos e fábulas com traduções em línguas gestuais, outras milhares de histórias fundadas nas culturas surdas preenchem novas antologias em sinais.

A literatura surda começa a se fazer presente entre nós, se apresentando talvez como um desejo de reconhecimento, em que busca ‘um outro lugar e uma outra coisa’. A literatura do reconhecimento é de importância crucial para as minorias lingüísticas que desejam afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas. (KARNOPP, 2006, p. 100)

Em festivais de culturas surdas, não raro são vistos Surdos a contarem histórias, piadas (muitas tendo a própria surdez como mote), contos, lendas, mitos entre outras narrativas em línguas de sinais.

Os poemas em L.S são, para muitos, o *hors concours* da sofisticação estética e gramatical no uso das línguas gestuais. As expressões faciais, a cadência do corpo, o ritmo compassado dos movimentos, a rima nas mãos, o uso de uma forma elevada da língua (o “sinal arte”): uma boa poesia gestual encanta não só por sua força cênica e sua intensidade performática como também pelas ofertas vocabulares (espaciais-visuais) e pela beleza dos recursos linguísticos (e extra-linguísticos) utilizados.

Além de poemas traduzidos para as L.S (o que traz à baila uma série de reflexões sobre a traduzibilidade da linguagem poética para as línguas de sinais), outros vários – nessa mesma modalidade de enunciação – são criados e divulgados por autores Surdos e ouvintes.

Nelson Pimenta no Brasil, Levent Beskardès na França ou Peter Cook nos Estados Unidos, entre milhares de outros poetas Surdos (e ouvintes) espalhados pelo mundo, fazem do ar página em branco a ser ocupada pelo ritmo, rimas e metáforas das línguas de sinais, abordando uma série de diferentes temas.

A criação da poesia em línguas gestuais, para Sutton-Spence (2008), atualiza e alimenta o contínuo movimento de ser Surdo, re-elaborando e trazendo à tona – em sinais poéticos – muitas das experiências sobre a Surdez.

Ao ‘fazer’ o Folclore Surdo (incluindo a poesia), a população surda está ‘fazendo’ o Ser Surdo. Usar a poesia para empoderar os membros da comunidade surda por meio da criação de formas de língua para descrever as imagens positivas da experiência de pessoas surdas é uma forma de ser surdo. (SUTTON-SPENCE, 2008, p. 330)

Além da literatura em línguas de sinais (que já conta com milhares de investigações pelo mundo), as tradicionais mídias impressas também figuram como suporte para as criações literárias Surdas. Histórias infantis, romances adultos, poemas escritos, etc., registam no papel as experiências da diferença.

Em língua portuguesa, livros como *Mamadu, o herói surdo*, da autora Surda portuguesa Marta Morgado (2007); *Cinderela Surda*, dos autores brasileiros Lodenir Karnopp, Fabiano Rosa e Carolina Hessel (2003), entre outras milhares de publicações (em diferentes línguas) destinadas ao público Surdo infantil, contam histórias de personagens surdos – sejam adaptações de obras clássicas, sejam novos enredos atravessados pelas exigências da experiência visual. Em Portugal, destaca-se também a

banda desenhada (história em quadrinhos) *Léo, o puto surdo* (2006), criada pelo desenhador francês Surdo Yves Lapalu (falecido em 2001) e traduzida para o Português por Marta Morgado e Mariana Martini.

O livro retrata com humor as aventuras de Léo, um puto⁷⁷ que, como antecipa o título da BD, é Surdo. E, como tantos outros putos surdos, Léo (con)vive com os imperativos da experiência visual: o mundo sonoro a ele não é acessível, e grande parte do conteúdo das línguas majoritárias – em suas modalidades orais –, tampouco. Esta condição perpassa o seu cotidiano e o coloca em algumas situações inusitadas, muito comuns a sujeitos surdos.

Por meio de um personagem que logo ganha a simpatia dos leitores, a obra publiciza e promove práticas culturais (principalmente costumes, hábitos, etc.) específicas das comunidades surdas, destacando também a urgência (e a importância) dos recursos de acessibilidade para se garantir a autonomia do sujeito Surdo em diversas situações do dia-a-dia. A surdez é retratada, sem caricaturas paternalistas e demagógicas, de forma a provocar o riso – e a atenção – dos leitores.

O público adulto, por sua vez, também é contemplado com outras várias obras, muitas de cunho (auto)biográfico, que retratam e divulgam a questão da surdez por diferentes perspectivas.

Um novo mercado editorial começa a se expandir em alguns países, e a se cristalizar em outros: o dedicado à publicações de, para e sobre o público Surdo. Lojas, editoras, revendedoras, começam a se especializar nesse universo e a cativar novos clientes, movimentando um nicho bastante importante para as comunidades surdas. A oferta de livros Surdos (e sobre a surdez) nos EUA, que desponta como um dos maiores mercados Surdos do mundo, chega aos milhares de títulos. Textos literários, religiosos, acadêmicos, técnicos, etc., com recortes Surdos, encontram-se disponíveis em livrarias, mercados, bancas e *sites* do país.

Para além de *best-sellers* que dizem sobre a surdez, como o *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*, do prestigiado autor britânico Oliver Sacks (1998), outros

⁷⁷ Entre o público brasileiro, a palavra “puto” pode causar um certo constrangimento, dado que o termo, no país, tem – vulgarmente – uma conotação negativa, que o aproxima à “puta”. O vocábulo pode ser substituído, sem prejuízo, para “garoto”, “guri”, “piá”, etc.

vários escritos por Surdos ganham destaque entre os bem vendidos, como *O vôo da gaivota*, da autora Surda francesa Emmanuelle Laborit (1994).

Em Portugal, a livraria especializada Surd’Universo, bem como a editora brasileira Arara Azul, publica e comercializa obras desse gênero. Outros selos, dedicados tanto a materiais impressos como a produções audiovisuais, como a LSB Vídeo no Brasil, produzem e distribuem apostilas, livros com DVDs, edições digitais, etc.

Ao mesmo tempo em que disseminam informações sobre as culturas surdas, essas empreitadas reforçam a importância – e a urgência – do aprendizado da leitura (e da escrita) das línguas majoritárias para o público Surdo.

A revalorização do livro, para as comunidades surdas, tem por isso uma grande importância. Para muitos sujeitos Surdos (jovens, adultos e crianças), um texto em língua portuguesa (ou em outras várias línguas vernáculas) ainda é um desafio a ser decifrado. A não familiaridade com as línguas escritas e os baixos hábitos de leitura (em muito causados por problemas crônicos na educação de surdos de vários países), comum entre muito Surdos, faz com que uma obra literária na língua hegemônica ainda cause algum desconforto, e muitos estranhamentos.

As investigações e discussões sobre o ensino/aprendizado das línguas majoritárias (na modalidade escrita) como segunda língua para os sujeitos Surdos é um dos temas mais recorrentes no campo dos Estudos Surdos. Educação bilíngue-bicultural, metodologias, políticas públicas de educação, currículos, ensino da leitura/escrita, etc., são comumente refletidos, debatidos, postos em questão, figurando como um dos pontos fulcrais das investigações do Estudos Surdos no campo das ciências da educação.

Entendendo o domínio das línguas majoritárias (em sua modalidade escrita) como uma das condições primeiras para o exercício da cidadania e da participação política (em sentido lato) nas sociedades de que fazem parte, a revalorização, fomento e promoção da literatura escrita (em línguas majoritárias) surgem como esforços de imensa valia.

4.9.3. Teatro Surdo

Outra manifestação artística bastante rica que emerge de muitas comunidades surdas é o teatro. As artes cênicas, enredadas nas práticas das culturas surdas, exploram não só as línguas de sinais (costuradas na tessitura intermodal das linguagens teatrais) como a visualidade e a expressividade imagética das tramas (repensadas pelas exigências Surdas).

Os formatos são variados: há apresentações em línguas de sinais, há peças bilíngues – em que voz e gestos compõem o enredo da narrativa –, há apresentações sem textos verbais, como os teatros visuais ou teatros físicos (em que as imagens compõem o vocabulário estético da peça, com grande beleza e rica comunicação visual), a mímica e a pantomima. Em todos esses, o corpo do ator, a expressividade dos movimentos, o ritmo dos gestos, o jogo de luzes, as linguagens manuais, caras e olhares, etc., sobressaem-se em relação à voz e à verbalização oral do texto dramático.

Vale ressaltar que aqui são citados os teatros de Surdos, e não os teatros comuns (do *mainstream* ouvinte) interpretados em línguas gestuais. Há, entre esses, uma enorme diferença. O roteiro, os diálogos, os símbolos e códigos visuais, a iluminação, a sonoplastia, o design de palco e outros elementos que sustentam as performances, nesses grupos, são feitos a partir de experiências e concepções Surdas.

A dramaturgia de Surdos é extremamente rica, feita em diversos países do mundo. Textos que narram momentos das histórias dos Surdos, outros que narram causos do cotidiano; adaptações de clássicos universais; peças sobre os mais variados temas, direcionadas para todos os tipos de público... todas essas, e muitas outras, variantes compõem a amálgama das artes cênicas Surdas.

Entre grupos amadores de juntas de freguesia coordenados por pequenas associações locais, e grandes companhias de teatro de Surdos, serão citados aqui – de forma breve – alguns casos que ilustram a dinâmica e a pluralidade desse universo.

Nos Estados Unidos, o *New York Deaf Theatre* (NYDT), companhia profissional fundada no fim da década de 70, já conta com mais de 150 peças produzidas (a maior parte delas em *American Sign Language* – ASL) e um público bastante cativo. Apresentações como *Language of One*, *Hamlet*, *Sign me Alice*, *Poe Unleashed*, entre muitas outras, consagraram a popularidade do grupo pelo país.

Também nos EUA, o prestigiado *Deaf West Theatre* (DWT) figura como um marco de excelência nas artes performativas Surdas. Iniciado em 1991, o DWT – sediado nos arredores de Hollywood – já foi galardoado com uma série de prêmios e honrarias, entre elas uma indicação ao Tony Award⁷⁸.

Outra companhia norte-americana bastante renomada é o *National Theatre of the Deaf* (NTD), fundada em 1967 (uma das mais antigas do mundo em atuação) e com peças já apresentadas em todo o território dos EUA (e em diferentes partes do mundo, em mais de trinta *tours* internacionais).

No vizinho México, o *Seña y Verbo – Teatro de Sordos* firma-se como referência artística na América Latina. Grupos menores como *Señarte, Myradas & Senãs* e *Teatro Cálidas Senãs* completam o panorama das artes cênicas do país.

Por toda a Europa também pululam teatros de Surdos. Na França, o tradicional IVT – *International Visual Theatre* figura como um importante pólo de investigação e promoção das Artes Surdas. Outros pontos de efervescência espalham-se pelo continente, como o *Deafinitely Theatre* na Inglaterra, o *Handtheater* nos Países Baixos, o *Teater Manu* na Noruega, o *Teatteri Totti* na Finlândia, o sueco *Tyst Teater*, os alemães *HandStand* e *Gestisches Theater Berlin*, o eslovaco *Divadlo Tiché Iskry* e o tcheco *Divadlo Neslysim*. Por sua vez, o russo *Teatr mimiki i zhesta*, fundado em 1963 na porção oriental do continente e sediado em uma imponente construção soviética de concreto e vidro, consagra-se como um dos primeiros e mais renomados teatros de Surdos em atividade.

Também, vale ressaltar a importância de outras companhias e grupos espalhados pelo mundo, como o sul-africano FTH:K (*From The Hip: Khulumakhale*), o australiano ATOD (*Australian Theatre of the Deaf*), o *Japanese Theatre of the Deaf* e o bastante prestigiado *Theatre of the Silence*, de Hong Kong. Destaca-se, também, o importante papel do austríaco *Arbos – Gesellschaft für Musik und Theater* que, anualmente (desde 2000), promove festivais internacionais de teatro de Surdos.

Para além dos espetáculos, em muitos desses espaços fervilham encruzilhadas culturais, onde Surdos e ouvintes de diferentes origens partilham ambientes de

⁷⁸ *Antoinette Perry Awards for Excellence in Theatre*, um dos mais renomados prêmios do teatro estadunidense.

experimentações, reflexões sobre a língua gestual, as artes visuais, os textos dramáticos, os recursos cênicos, a cultura, a política e as identidades surdas⁷⁹. Cursos abertos, oficinas, *workshops* e residências artísticas também são comuns nessas companhias: mais que sítios de entretenimento para espectadores comuns (surdos e ouvintes), muitas promovem formações de atores (diretores, figurinistas, iluminadores, roteiristas...) onde o ser Surdo é visto não como um impeditivo mas como uma mais valia.

E se nesses espaços são formados novos profissionais de teatro, também se formam novos públicos para esse tipo de arte – públicos que não raro viviam antes alijados dessas vivências culturais.

Por vezes alheios às grandes companhias de teatro, muitos atores Surdos se destacam em projetos solo de vários formatos, como mímica, teatro visual, pantomima, artes circenses, etc. Outros, mesmo a participarem de grupos teatrais, ganham projeções para além dos tabladados. Alguns se tornam famosos no interior das comunidades surdas, outros transbordam as fronteiras do mundo Surdo e ganham as manchetes de noticiários, jornais e revistas semanais de grande circulação. Entre esses, talvez a mais prestigiada e (re)conhecida seja a atriz estadunidense Surda Marlee Matlin.

Usuária nativa da *American Sign Language* (ASL), Matlin foi premiada com um Oscar de melhor atriz em 1987, ano em que também recebeu um Globo de Ouro pela participação no filme *Children of a lesser God*⁸⁰ (1986), em que protagoniza o papel de uma moça surda. A jovem atriz, então com 22 anos, chamou a atenção por ser a primeira artista Surda a ser galardoada com essas premiações, e também por proferir os seus agradecimentos (nas cerimônias de entrega dos troféus e em outras aparições públicas) em língua gestual, partilhando com milhões de telespectadores um marcador cultural das comunidades surdas norte-americanas.

Além de Matlin, Ramesh Meyyappan, ator cingapuriano Surdo residente na Escócia, encanta platéias por onde se apresenta. Artista de teatro visual, suas expressões, seus

⁷⁹ Vale sublinhar o interessante projeto norte-americano *ASL Shakespeare Project*, coordenado por Surdos e ouvintes ligados à Universidade de Yale: um belo e rigoroso trabalho feito para trazer um dos maiores escritores/dramaturgos de todos os tempos para o universo dos sinais, dedicando-se a investigações que abrangem a traduzibilidade das obras do autor para a *American Sign Language*.

⁸⁰ *Filhos do silêncio*, na tradução brasileira, e *Filhos de um Deus menor*, na tradução portuguesa

movimentos de corpo, suas técnicas de mímica e circo, repletas de poesia, fazem-no um dos *performers* mais esperados e aclamados pela crítica local (e internacional). Também aclamado é Max Fomitchev, mímico russo Surdo a viver em Vancouver, que – além de inúmeros trabalhos sobre os palcos – atua no elenco do franco-canadiano *Cirque du Soleil*, uma das mais prestigiadas companhias circenses do mundo.

Outros artistas, embora menos conhecidos pelo grande público ouvinte, destacam-se entre as comunidades surdas. Em *tours* internacionais, granjeiam aplausos de públicos⁸¹ distintos, em apresentações muito bem quistas e esperadas por apreciadores das artes performáticas Surdas. Se não de maneira presencial (em espetáculos promovidos em teatros, instituições, associações, escolas de Surdos, festas, congressos, etc.), muitos artistas Surdos têm o seu trabalho exponenciado por meio de vídeos partilhados e difundidos em sites e redes sociais pela Internet.

O australiano Rob Roy, com os seus espetáculos de comédia *stand-up*, esquetes de humor e contação de histórias, a norte-americana Rosa Lee Timm, em suas apresentações com músicas sinalizadas, pequenas esquetes e causos em sinais, o mímico e clown italiano Maurizio Scarpa, o inglês John Smith, o francês Jean François Mercurio, os brasileiros Rimar Romano Segala, Sandro Pereira e Silas Queiroz, os “*deaf entertainers*” C.J. Jones, John Maucere, Deanne Bray, entre milhares de outros... todos – cada um a seu jeito – enriquecem e projetam as culturas surdas para além de seus territórios.

Nesse extenso rol de artistas, vale ressaltar a presença de Bernard Bragg, escritor, diretor e ator estadunidense Surdo, conhecido por seu brilhante trabalho com teatro e mímica: além de residências artísticas feitas em companhias teatrais de outros países, Bragg, na década de 50, foi tutorado pelo mímico francês Marcel Marceau, um dos grandes nomes da história dessa arte performativa.

Sobre os palcos, as mais variadas atrações, de *stand-up comedy* à apresentações de mágica Surda ou *ASLoquist* (“ventríloquos” em línguas gestuais), escancaram a riqueza e a capilaridade das artes performáticas Surdas.

⁸¹ Vale apontar que o apreço manifestado pelo som das palmas, nas comunidades é surdas, é substituído pela vibração efusiva das mãos ao ar.

4.9.4. Filmes, documentários, curtas...

Os produtos audiovisuais, como filmes, curta-metagens, documentários, gravações caseiras, também acumulam-se aos milhares. Um sem fim de produções são disponibilizadas na *web*, entre outras que são assistidas e distribuídas em diferentes aparelhos culturais.

A cada dia aumenta o número de realizadores Surdos que lançam os seus vídeos na Internet ou em salas de exibição. Com a facilidade de aquisição e manutenção de equipamentos de filmagem, bem como a simplificação dos processos de edição e distribuição, muitos novos diretores passam a promover as suas produções amadoras (feitas com amigos, vizinhos, parentes, etc.) por diferentes meios – alguns tornando-se bastante populares. Às margens do universo fílmico profissional, muitos jovens diretores – com suas gravações mambembes – já contam com um grande número de espectadores cativos.

Vale chamar a atenção, no contexto português, para o filme *Gesto* (2011), uma produção cinematográfica que aborda aspectos das comunidades surdas e que conta com atores Surdos. Narrado em Português e em Língua Gestual Portuguesa (LGP), a produção do realizador António Borges Correia foi exibida, também, no Festival Internacional DocLisboa 2011.

No Brasil, além de uma série de produções realizadas pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (entre documentários, curta-metagens, materiais didáticos, etc.), filmes que abordam o universo Surdo começam a ser produzidos e exibidos em diferentes meios e circuitos culturais (na *web*, por exemplo, destacam-se as produções amadoras do jovem Surdo Germano Dutra Júnior, bem como as de Giuliano Robert, da Libras Filmes).

Aos poucos, com a profissionalização crescente de equipas Surdas (atores, produtores, realizadores, etc.), os produtos audiovisuais desse povo começam a ganhar espaço – pequenino que seja – no *mainstream* ouvinte.

4.9.5. Internet, TV, música... música?

Pela Internet, assim como as centenas de milhares de *blogs* e *sites* de, para e sobre sujeitos Surdos (ou de ouvintes participantes das culturas surdas), vários *vlogs* (*video blogs*) Surdos começam a se multiplicar, fomentando uma rede de trocas de vídeos e de ideias entre usuários das novas tecnologias de comunicação.

Canais e *sites* como os dos Surdos brasileiros Antônio Abreu, Celso Badin, Alan Henry, bem como os dos norte-americanos *CODA Brothers* (ouvintes), *Deaf Ninja*, entre outros tantos, já contam com muitas visualizações e um amplo alcance nas comunidades surdas de que fazem parte. Informativos, humorísticos, políticos, acabam por alargar as possibilidades de acesso do povo surdo aos conteúdos veiculados em línguas de sinais.

Os *sites* somam-se aos montes. Do *Deaf Google*⁸² (que permite buscas pelo universo específico sobre a surdez) ao *Spread the Sign*⁸³ (projeto de documentação e informação sobre línguas gestuais de diferentes países), milhares de endereços “www” compõem um extenso mapa Surdo pela Internet. Sites sobre educação, política, culinária, esportes, videogames, encontros, atualidades, cinema, saúde, estética, turismo, etc, feitos por/para Surdos, multiplicam-se, diariamente, enriquecendo o panorama Surdo pela *web*.

No *mainstream* dos meios de comunicação de massa, alguns canais de TV abertos de diferentes países já abrigam programas de, para e sobre o público Surdo. Desde 1981, por exemplo, o boletim semanal *See Hear Magazine* é veiculado pela rede britânica BBC, com programações que contemplam notícias (cultura, educação, esporte, política, etc.) que dizem respeito às comunidades surdas do país. O magazine, apresentado em *British Sign Language* (BSL), voz e legendas, já conta com centenas de edições exibidas.

⁸² [<http://www.deafgoogle.com>]. Acessado em: 21 Jul. 2012.

⁸³ O *site* disponibiliza um dicionário *on-line* em que é possível localizar vários sinais (em diferentes L.S.) para diferentes entradas. Esse projeto internacional, sob o âmbito da Transferência e Inovação do programa Leonardo da Vinci, conta com um pólo em Portugal coordenado pela Prof. Doutora Orquidea Coelho, da Universidade do Porto. [<http://www.spreadthesign.com/pt>]. Acessado em: 13 Set. 2012.

Assim como o *See Hear*, o irlandês *Hands On* – também transmitido semanalmente pela rede local RTE1 – conta com apresentadores, entrevistadores e uma equipe formada por Surdos e ouvintes que produzem os conteúdos da série.

Uma vez por mês, nos canais suíços TSR1 e TSR2, o programa *Signes* vai ao ar em *Langue des Signes Française* (LSF), abarcando conteúdos específicos de interesse para o público Surdo.

Na Espanha, o *En Lengua de Signos*, veiculado na TVE2, abrange não só informações do mundo da surdez como notícias pertinentes a pessoas com deficiência, como tópicos sobre inclusão, acessibilidade, políticas públicas, inovações empresariais, cultura, assuntos gerais, etc., como também disponibiliza o telejornal diário *Jornal Visual*, apresentado em Língua de Sinais Brasileira (Libras) na TV Brasil.

Na Argentina, um interessante programa ensina aos pequenos noções básicas da *Lengua de Señas Argentina* (LSA) por meio de brincadeiras, jogos, animações e desenhos. Veiculada desde 2010 pela TV Pakapaka (braço infantil do canal público Encuentro), a série *Enseñas para Aprender* conta com episódios curtos, de aproximadamente cinco minutos, que se repetem em alguns dias da semana na programação da emissora.

Além dessas programações de cunho pedagógico, crianças surdas e ouvintes podem aprender as línguas de sinais por meio de jogos educativos disponíveis na Internet, em DVDs ou em videogames (video-games)⁸⁴.

Mas, se para o senso comum os produtos audiovisuais parecem possíveis, e prováveis, para o público surdo – seja pela carga visual que apresentam, seja pelo uso de recursos de acessibilidade – a aproximação desses sujeitos ao universo da música (um mundo que aparenta ser exclusivamente sonoro) ainda causa algum espanto, entre franzires de sobranceiras.

⁸⁴ Vale pontuar que, em relação ao público Surdo infantil, uma série de brinquedos e jogos educativos vêm sendo lançados para atender a esse crescente mercado mirim - como a edição limitada, lançada nos Estados Unidos, da boneca “*Sign Language Barbie*” (de marca Mattel) e outras tantas linhas de produtos, de diferentes marcas e origens, que exploram esse filão.

Alguns olhares contrariados ainda rejeitam a ideia de se assumir a música como parte das culturas surdas. “Música, se o seu componente principal é inacessível à boa parte dos sujeitos Surdos?”, é indagação corrente.

As discussões enredam-se por caminhos infundáveis. Há os que logo a eliminam do rol dos possíveis artefatos culturais das comunidades surdas. Outros, atentam para alguns pormenores (como a ressignificação do som no contexto musical, o uso de outros sensórios para apreendê-la, a incorporação de sinais, a fruição por meio de resíduos auditivos, a poesia das letras, etc.) e a percebem como um elemento flutuante das regiões fronteiriças entre as culturas surdas e o mundo ouvinte.

Nesse âmbito, citam-se aqui duas celebridades Surdas no campo da música, reconhecidos pela importância e pela popularidade de seus trabalhos: Signmark e Sean Forbes.

Marko Vuoriheimo, mais conhecido como Signmark, é um *rapper* finlandês. *Rapper* Surdo. Grande parte de suas canções são bilíngues: cantadas por artistas parceiros (em Inglês e Finlandês) e sinalizadas em suas mãos. O rap gestual amarrado à voz de cantores ouvintes leva ao *mainstream* do país (e do mundo) um pouco sobre as comunidades surdas: lutas, histórias, narrativas pessoais, etc.

Em contrato com uma grande gravadora (Warner Music), Signmark já conta com dois álbuns produzidos. Os seus concertos são comumente cheios de espectadores surdos, entre outros ouvintes, que enchem congressos, casas de espetáculo e festivais para vê-lo e senti-lo. O que parece inusitado para muitos (“um *rapper* surdo?”) já se torna cada vez mais comum, e menos surpreendente, entre Surdos de vários países.

Assim como Signark, o cantor estadunidense Sean Forbes desponta no cenário musical do povo surdo com letras sobre diversos assuntos, entre os quais a surdez. Diferente de Vuoriheimo, o jovem oralizado canta e sinaliza, em enunciação bimodal, as letras de sua autoria. A voz faz-se, para ele, um meio de apresentação possível.

Forbes também coordena o D-PAN (*Deaf Professional Arts Network*), coletivo que promove as artes surdas e a realização de *video-musics* em língua gestual, com a intenção de aproximar essas comunidades (surdas) ao *mainstream* musical do país.

Outra famosa banda do mundo surdo é a *Beethoven's Nightmare*, também formada por surdos (talvez, a esta altura do texto, alcem-se ainda mais alguns sobrolhos). Uma “*all-deaf-rock-band*” que toca para platéias surdas e ouvintes de todo o mundo, em apresentações com *signdance*, línguas de sinais, show de luzes, graves acentuados e dançarinas.

A música, assim, insinua-se, convida, atrai e faz-se presente no cotidiano de muitos Surdos, desafiando afirmações sectárias que a reiteram como interferência colonizadora, pautada por expectativas ouvintes.

Para além do corpo sonoro, os recursos cênicos, a indumentária, a dança, as mensagens e atitudes, bem como os comportamentos e discursos identitários acabam por cativar um grande número de admiradores Surdos, que têm nesse universo uma possibilidade de “expressão e vivência de estados afetivos, de prazer e de auto-realização” (HAGUIARA-CERVellini, 2003, p. 81).

E se a música é bem vinda entre muitos Surdos, é também a dança. Grupos como *Rathskellar* (EUA), *Vibrations* (EUA), *Deaf Can Dance* (Austrália), *Hand in't Oog* (Bélgica), *Redeafination* (Cingapura), *Signdance Collective* (Reino Unido), entre outros, trazem a experiência da dança – e da dança com sinais (também conhecida como *Signdance*) – para as comunidades surdas. A visualidade e a expressividade dos movimentos, ritmados pela vibração do som ou por indicativos não acústicos, tornam os espetáculos prazerosos tanto para os Surdos que se apresentam como para aqueles que assistem.

Leo Castilho (Brasil), Tobias Kramer (Alemanha), Jarrel Robinson (EUA), Nenad Mahmutovic (Sérvia), entre milhares de outros dançarinos Surdos espalhados pelo mundo trazem à tona essa reaproximação do surdo com os elementos rítmicos e musicais.

Além da dança convencional (em seus vários estilos), as *signdances* enchem de beleza as artes performáticas Surdas. No texto poético da coreografia de danças com sinais, novos experimentos seguem a ser realizados nas costuras entre a língua gestual e as linguagens corporais, explorando riquezas e criando surpreendentes possibilidades estéticas: novos terrenos continuam a ser desbravados, velhos preconceitos passam a ser desfeitos.

4.9.6. Artes Plásticas

Nas artes plásticas, inúmeros artistas expressam em pinturas, gravuras, esculturas, fotografias e instalações as suas experiências Surdas. Temas como audismo/ouvintismo, histórias das lutas Surdas, opressões, línguas gestuais, costumes Surdos, mãos, olhos, expressões faciais, experiência visual, etc., são comumente retratados (direta ou indiretamente) nas obras produzidas em diferentes suportes e por meio de diferentes técnicas. A arte De'VIA, em sua amplitude e riqueza estética, atua como importante veículo de reafirmação identitária para as comunidades Surdas.

A Arte Surda (De'VIA) não encerra um estilo, tampouco se prende a alguma escola ou movimento definido. As variedades das produções, dos traços e das referências são imensas. De'VIA firma-se como um eixo temático que abrange obras das mais diversas, agrupadas sob a égide do “ser Surdo”, como já citado anteriormente.

Com um sem fim de influências, artistas De'VIA trazem à tona especificidades culturais de seus grupos (Surdos) com o uso de pincéis, espátulas, cinzéis, lápis e outras armas de expressão.

Entre eles, vale serem citadas as obras de Chuck Baird (figuras 01, 02, 03, 04 e 05), Nancy Rourke (figuras 06, 07 e 08), Susan Dupor (figuras 09, 10 e 11), David Call (figura 12), Mary Rappazzo (figura 13), Francisco Goulão (figura 14) e Warren Miller (figura 15).

Também, sublinham-se os trabalhos de Jacqueline Schertz (EUA), Guy Wonder (EUA), Klein Jürgen (Alemanha), Ulrich Braig (Alemanha), Uzi Buzgalo (Israel), Sergio Lavo (Itália), Luisella Zuccotti (Itália), Jolanta Lapiak (Canadá), Igor Kolombatovic (Sérvia), Jiayi Zhou (China), Fernanda Machado (Brasil), etc.

Na França, o artista plástico Surdo Arnaud Balard, cujas obras fundam-se em bandeiras políticas das comunidades surdas, promove um interessante movimento intitulado “*Surdisme*”, que busca – por meio da arte – levar a cabo a afirmação das identidades e culturas surdas, *deafhood* e direitos dos povos surdos.

Para além de telas, esculturas, instalações, vitrais, etc., vale ressaltar a importância dos quadrinhos (bandas desenhadas), charges e *cartoons* – veiculados em diferentes meios – como forma de se trazer à tona a experiência da surdez, por vários vieses:

cômicos, políticos, religiosos, etc. Cita-se aqui, por exemplo, o trabalho dos ilustradores estadunidenses Matt Daigle (figura 16, 17 e 18), Tamara (Tami) Davidson (figura 19) e Maureen Klusza (figura 20).

E se “o *cartoon* apresenta referências do mundo ordinário do produtor que é semelhante ao do leitor e com o qual este irá encontrar caminhos suficientes para chegar a construção das idéias satirizadas pelo *cartoonista*” (LEAL, 2008, p.75), as piadas, críticas, revisões e denúncias retratadas por esses ilustradores Surdos em muito publicizam características e peculiaridades do cotidiano e das lutas das comunidades surdas.

A lista de ilustradores, poetas, escritores, dramaturgos, atores, pintores, escultores, entre outros, seguiria por linhas, com referências a artistas De’VIA de todo o mundo, mas a visita a essas poucas indicações já garante ao interessado uma breve – e resumida – introdução ao imenso e complexo universo das Artes Surdas⁸⁵.

4.10. “Ao fim e ao cabo”

Depois de um breve passeio por um capítulo de introdução às práticas e produções culturais das comunidades surdas, vislumbra-se – mesmo que por uma pequena frincha – a imensidão e a riqueza dessas culturas.

Do simples costume de referir-se a pessoas por seus “nomes gestuais”⁸⁶ a uma sofisticada poesia em língua de sinais (com belos e complexos recursos estilísticos), as culturas surdas são entremeadas por riquíssimas produções e processos simbólicos próprios.

Entre os milhares de livros, vídeos, costumes, teatros, artes plásticas, associações, eventos, poemas, festas, estabelecimentos, objetos, danças, sinais, lutas, músicas, sites,

⁸⁵ Não é a intenção desta tese explorar com profundidade o universo das artes plásticas Surdas: o tema permite incontáveis citações, descrições, reflexões e problematizações que não cabem a esta investigação. Pretende-se, antes, fazer uma breve referência a esse assunto, evidenciando a imensidão da área.

⁸⁶ Em grande parte das comunidades surdas, costuma-se atribuir um sinal próprio para cada pessoa, que passa a ser reconhecida por esse nome gestual. Onde estiver, será assim apresentada e identificada. Os nomes gestuais, comumente, remetem a uma característica física do sujeito, como uma pinta no rosto, o tipo de cabelo, o formato do nariz, o sorriso, algum trejeito, etc., e – geralmente – não carregam marcas de gênero.

expectativas, bandeiras, etc., emergem as culturas surdas, a desestabilizarem a hegemonia do “normal”.

Mas, mesmo diante de tamanha imensidão, de tamanha oferta e variedade cultural, intriga saber o porquê dessas culturas ainda serem tão pouco conhecidas por grande parte do público ouvinte.

Por que, para muitos, ainda é um espanto saber que as línguas de sinais não são universais, que existem teatros de Surdos, que a poesia em língua gestual é das mais ricas ou simplesmente que existem universos chamados de culturas surdas? Por que pouco se vê sobre as culturas surdas?

Inclusão e promoção cultural

5

5. INCLUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL

5.1. Indiscriminadamente, a “inclusão”

As práticas e bandeiras de inclusão são assuntos (re)correntes nos dias de hoje. Um discurso sedutor, esteio de projetos e medidas que se pretendem democráticas e universalizantes, que encantam e convencem a muitos.

Miseráveis, sem-abrigos, índios, homossexuais, deficientes, loucos, minorias étnicas e desempregados são grupos comumente enlaçados no campo semântico da benquista inclusão – palavra que em muitas falas se arvora neutra e beneficente. Por vezes incontestes, incorporam-se ao termo intenções salvacionistas, redentoras, de fim às privações e opressões que ainda assolam a muitos.

Não cabe a este trabalho deslegitimar e invalidar os esforços de inclusão mas, à luz das novas concepções sobre a surdez (e à luz de várias novas concepções sobre as deficiências), problematizá-los, questioná-los, para que sejam postos à prova e, assim, revistos e ampliados sob a perspectiva da diferença, das culturas e comunidades surdas.

Os recursos de acessibilidade, as tecnologias assistivas, bem como muitas políticas de inclusão têm um grande mérito e, de fato, cumprem um importante papel quanto aos direitos de grupos minoritários. As lutas do povo surdo pelo acesso à informação, pela quebra de barreiras comunicativas e por dispositivos que tornem mais acessíveis as produções fundadas no universo sonoro são – indubitavelmente – louváveis e de imenso valor.

O que se problematiza, entretanto, são práticas e discursos em que subjazem pressupostos normalizadores, de apagamento cultural e de achatamento de possibilidades dos sujeitos Surdos. O que se confronta, aqui, no bojo das revisões críticas que hoje preenchem os Estudos Surdos, é a “inclusão excludente” que, por (e nas) entrelinhas, naturaliza-se como única e possível forma de “incluir”. São esses aspectos, no cerne de muitas iniciativas inclusivistas, que serão aqui discutidos.

Neste capítulo, focar-se-á a inclusão dos Surdos nos circuitos de cultura de grandes centros urbanos, sublinhando a pouca visibilidade das produções culturais Surdas e a força totalizadora do *mainstream* ouvinte.

5.2. O dentro e o fora: a dialética da inclusão/exclusão

Ao se falar em exclusão, em seu sentido lato, o que é afirmado como dentro e o que é assumido como fora nessa relação dicotômica que se instala? A exclusão, como um termo relativo, ampara-se em que referencial? A questão, que antecipa a tentativa de enquadramento teórico desses termos contraditórios, ambíguos e polissêmicos, desdobra-se em uma série de reflexões.

Falar de exclusão, de maneira absoluta, sem deixar muito claro que exclusão é essa, ou seja, de onde, ou de que esse sujeito está excluído e, conseqüentemente, onde e em que ele está incluído, nos impede, em última instância, de ter uma real compreensão sobre a situação. (BARTALOTTI, 2006, p.9).

Nesta tese, acredita-se que inclusão e exclusão não se firmam como categorias independentes, estanques, como estados absolutos definidos por critérios invariantes, mas ganham sentido quando entendidas como relação, como um processo dialético em que uma cria, reproduz e refaz a outra.

Muitas vezes, ao se afirmar os esforços de inclusão, legitima-se uma ordem social injusta, incapacitante e segregativa ao assumí-la como um dentro harmônico, perfeito e acabado, em que se deve incluir os que estão fora, alijados do gozo desses sistemas ideais. “Exclusão” forja-se, assim, como um fenômeno acidental, ocasional e impermanente – e por isso (aparentemente) remediável por meio de ações epidérmicas.

A estrutura social que engendra, mantém e reproduz – por vezes, como viscerais à sua existência – a pobreza, o desemprego, a loucura e a deficiência⁸⁷, e cria o surgimento de grupos marginalizados e “desfiliações”⁸⁸ (CASTEL, 1998 *apud* LAVRADOR, 2005), é a mesma que os gerencia, administra, confina, institucionaliza, normaliza e “inclui”. Como afirma Sawaia (1998), dá-se uma “inclusão perversa”.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 1999, p. 8 *apud* LAVRADOR, 2005, p. 123).

⁸⁷ Entende-se deficiência, aqui, como a relação do indivíduo em função do meio.

⁸⁸ “As situações de privação que caracterizam a desfiliação seriam um efeito da não-integração pelo trabalho e da não-inserção nas relações sociais” (LAVRADOR, 2005, p. 117)

Essas revisões críticas, que atendem à análise dos desdobramentos do modelo (neo)liberal em diversas regiões, contribuem sobremaneira para novos olhares com relação à inclusão/exclusão relacionadas ao povo surdo (e às comunidades surdas).

Sob a perspectiva da Surdez e da diferença, desenrolam-se reflexões, reformulações e problematizações que em muito dialogam com essas bases conceituais – revisões que também questionam o dentro e o fora, o binômio exclusão e inclusão, e a “inclusão perversa” perpetrada, muitas vezes, contra os Surdos.

Mas o que é essa tal “inclusão perversa” reapropriada nesta tese, que – aqui revisitada – diz respeito aos sujeitos Surdos?

Ao mesmo tempo em que muitas práticas de inclusão permitem o acesso efetivo a meios físicos e simbólicos outrora incapacitantes, ou garantem a autonomia e independência de muitos indivíduos, também elas, muitas vezes, fundamentam ações normalizadoras, de achatamento de possibilidades e conformação a normas hegemônicas.

Em nome de um proclamado estado normal, condição tida como *sine qua non* para o gozo de uma vida plena, esforços são feitos para que as diferenças sejam pasteurizadas, a diversidade gerenciada, e muitos atributos percebidos como desestabilizadores, assim, tornados inócuos. Dos aspectos normouvintizadores subjacentes a esses gestos, decorre o cerceamento e apagamento de inúmeras práticas culturais Surdas.

A diferença, em sua acepção radical, é esvaziada, neutralizada e comutada pela diversidade⁸⁹. O aspecto ameaçador, explosivo, contra-hegemônico e heterodoxo da diferença, em sua potência transformadora, é subjugado à ordem do que é majoritário e realocado em categorias estanques (“gays”, “deficientes”...) para ser administrado, tutelado e normalizado.

Acerca disso, Bhabha (1986) articulou uma distinção fundamental entre diversidade e diferença. A ‘diversidade’ cria um falso consenso, uma ideia de que a normalidade hospeda os diversos, porém mascara normas etnocêntricas e serve para conter a diferença. (SKLIAR, 2005a, p.13)

⁸⁹ Essa distinção terminológica entre “diferença” e “diversidade” será usada aqui para operacionalizar dois conceitos que sustentam práticas e investidas bastante diferentes.

No que diz respeito às questões de gênero, por exemplo, muitos movimentos LGBTs têm a sua potência revolucionária⁹⁰ esvaziada e subjugada à padrões heteronormativos para se legitimarem como grupos aceitos e benquistos por grande parte da população. Assim, enquanto muitos travestis, transgêneros, *queers* e outros tantos que desafiam a convencionalidade das identidades e performatividades de gênero são marginalizados, vilipendiados e privados de uma série de direitos, homossexuais que assumem padrões heteronormativos hegemônicos⁹¹ são hoje, ao contrário, bem vindos até em alguns grupos religiosos ortodoxos.

A diferença, assim subjugada, torna-se palatável aos padrões e expectativas dominantes, sendo domesticada, aceita, regulada e governamentalizada sob os imperativos dos grupos majoritários: celebram-se, então, as virtudes da diversidade (como variações possíveis que orbitam em torno de um mesmo núcleo). O outro aceito e tolerado é o outro-próximo – a experiência radical da alteridade é, assim, banida e controlada.

Com os Surdos, a história se repete. Do “outro” surdo, acolhido e hospedado no seio de um mundo ouvinte, espera-se a normalização e a reprodução de comportamentos e falas (não gestos) ouvintes: e a uma criança surda, “deficiente auditiva”, inculcam-se modelos ouvintes, imagem e semelhança de padrões tidos como naturais, normais e saudáveis. A “precária” experiência das línguas de sinais (detratada como língua menor) e a vivência “limitante” e “isolada” das comunidades surdas figuram – para muitos familiares ouvintes – como desagavos aos pretensos estatutos normais de seus filhos surdos.

Respalhada por ideários médicos, dispositivos de reabilitação e discursos ouvintizadores, a inclusão muitas vezes pretendida acaba por anular a possibilidade da diferença, celebrando a riqueza da diversidade.

⁹⁰ Que propõe uma outra moral sexual não ortodoxa-dominante, outras configurações familiares, outras expectativas e formas de se relacionar; outras possibilidades de expressão das identidades de gênero e orientações sexuais; etc.

⁹¹ Como muitos homens que, para serem respeitados e aceitos como homossexuais, reproduzem e incorporam uma série de padrões heteronormativos: são monogâmicos, partilham de uma moral sexual rígida, comportam-se e vestem-se como “homens” (de acordo com o que prega a ortodoxia do “ser homem”), não demonstram “afetações” e “afeminações” em público, por vezes dedicam-se a uma vida religiosa e, acima de tudo, condenam outras formas de “ser gay”, como se para granjearem o reconhecimento alheio precisassem rejeitar outras formas possíveis de se vivenciar a (homo)sexualidade. Muitas “bandeiras gays”, sob essa perspectiva, legitimam-se socialmente pelo esvaziamento de sua potência transformadora e pela heteronormatização de seus pressupostos.

Sob uma trama de enunciados como justiça, solidariedade, pluralidade, respeito mútuo e democracia, muitos direitos preconizados por movimentos inclusivistas – de valorização da diversidade – acabam por atropelar as lutas das comunidades surdas e o direito à realização de outras formas de existir. Assim, nesse ímpeto de incluir (achatador, totalitário e normalizador), bem como na dinâmica que produz e reforça práticas e discursos incapacitantes, vê-se – em vários aspectos – a “inclusão perversa” de grupos que se apontam como excluídos.

Tal exclusão é, vale ressaltar, produto de um modelo de sociedade fundada sob a égide (consensuada e naturalizada) do ouvir, e que – em muitos momentos – não reconhece diferentes formas de se (con)viver e de se experimentar o mundo.

A exclusão, portanto, não é arbitrária, acidental, fruto do acaso ou da sorte; ela nasce de uma ordem social legitimada por valores, ideologias que, de certa forma, a ‘justificam’. A exclusão é fruto das formas de organização da sociedade e das maneiras que se estabelecem as relações entre as pessoas”. (BARTALOTTI, 2006, p. 15)

Mas, como sistemas “acolhedores”, as sociedades contemporâneas não raro hospedam e “cuidam” dos excluídos, com a exigência de que – em contrapartida – estes sejam bons hóspedes: devem os Surdos (e outros vários grupos minoritários), assim, sujeitarem-se a modos de ser dominantes, para serem acolhidos nessas estruturas que – elas mesmas – marginalizam-nos.

Respaldados pela opinião pública e celebrados por diferentes agentes, intensificam-se, por conseguinte, as práticas inclusivistas (perversas) em relação às pessoas surdas. Forjam-se dentro e fora, como se o “fora” figurasse como acidental e ocasional. Operam-se, assim, processos menos ou mais visíveis (evita-se aqui o uso do termo “invisível”) de subjugação e apagamento cultural.

A condição marginal imposta a muitos surdos os evidencia como incluídos em uma dinâmica (perversa) que (re)produz privações e acolhimentos, negações e concessões. Anunciados como “excluídos”, ficam sujeitos a uma série de práticas e discursos sobre “normalidades” que (re)criam esse moto-contínuo de “exclusões” e “inclusões”, desfiliações e normatizações. Mas, ao contrário de estarem “fora”, fazem parte (e são produtos) de um modelo de organização social que os estigmatiza, incapacita, corrige ou, por vezes, reconhece – com todos os senãos imbricados nesse reconhecimento.

Ao atentar para essas relações de poder (e evidenciá-las como tais), vê-se a força desses discursos majoritários: autorizados pelas ciências médicas, pedagógicas e psicológicas, legitimam-se eticamente, salvaguardando as forças normalizadoras subjacentes e, por vezes, tornando inócuos alguns argumentos de resistência.

Alguns casos bastante emblemáticos exemplificam como, em muitas práticas e discursos de inclusão, desvelam-se pressupostos ouvintistas. Entre esses, destacam-se os esforços de valorização da oralização em detrimento das línguas de sinais, a colonização linguística das línguas gestuais⁹², as decisões recentes (no Brasil) de fechamento de escolas para surdos (e inclusão no ensino regular), as estratificações das estruturas de poder dessas escolas e o acréscimo na quantidade de operações cirúrgicas para o uso do implante coclear em muitos dos sistemas de saúde (por todo o mundo) que o disponibilizam.

Parte desses processos, que escancaram os aspectos perversos dos discursos inclusivistas e colidem abertamente contra as posições de boa parte da militância Surda, já foi citada e retratada nesta tese. A valorização das línguas de sinais, os conflitos entre oralização e gestualização (com as contextualizações históricas que os definem) e a polêmica popularização do uso de próteses eletrônicas já foram assuntos aqui abordados, assim como a importância das escolas de Surdos.

Sobre essas últimas, vale aqui, de maneira breve, redesenhar-se a situação, a fim de – por meio da problematização das práticas inclusivistas na área da Educação de Surdos – estender os contrapontos para o universo dos sistemas culturais.

Um dos assuntos mais discutidos entre acadêmicos e militantes Surdos, o espinhoso tema da educação de e para surdos ilustra, de forma clara e bastante emblemática, as distensões no que diz respeito à inclusão.

⁹² O que acontece quando, por exemplo, a língua majoritária subjugam as línguas gestuais. A comunicação efetiva-se em sinais (com toda a sua variedade léxica), mas a estrutura sintática (o eixo-vertebrador) da frase responde aos padrões do Português. A esse fenômeno muito comum dá-se o nome de “Português Sinalizado”. Uma forma de colonização linguística, como bem afirmam muitos investigadores dos Estudos Surdos, presente entre diversos sinalizadores (como também acontece com o SEE, *Signing Exact English*, um *pidgin* formado pelo encontro do Inglês com a American Sign Language)

5.3. Educação e inclusão

Em diferentes países, escolas de Surdos figuram como importantes pólos de (re)produção das culturas surdas. Comumente, contam com profissionais habilitados para a docência em salas especiais, com metodologias específicas para o ensino de crianças, jovens e adultos Surdos.

Nesses espaços de educação formal, as línguas de sinais são assumidas como primeira língua (língua de instrução, de uso cotidiano, suporte – por excelência – das trocas comunicativas que ocorrem no interior da instituição), professores Surdos fazem parte dos quadros docentes, conteúdos como *cultura surda* e *gramática das línguas de sinais* avolumam o currículo, alunos Surdos convivem e, por meio de uma língua comum, trocam experiências, aprendem e cooperam.

Os projetos político-pedagógicos dessas escolas em muito se assentam nos imperativos do “ser Surdo”. Muito se diz, hoje, sobre educação bilíngue-bicultural, em que a aquisição das línguas de sinais precede a aprendizagem das línguas orais majoritárias, e os elementos da cultura surda (história, práticas correntes, artefatos culturais) são valorizados, ensinados e partilhados em ambientes de ensino preparados para essa clientela específica.

Muitos Surdos, familiares, investigadores e profissionais ligados à concepção sócio-antropológica da surdez defendem, assim, a manutenção de escolas de Surdos, em que sejam levados a cabo espaços de partilha linguística e cultural onde o Surdo tenha acesso a uma educação de qualidade em uma língua possível; onde tenha acesso a professores também Surdos e a conteúdos que abordem questões ligadas à Surdez; onde tenha à disposição materiais acessíveis, específicos e que resgatem as produções culturais surdas; onde não tenha como o “outro normativo”, padrão de comportamento, somente um modelo ouvinte. Onde, enfim, o verbo educar ganhe uma dimensão não assistencialista, não paternalista, tampouco demagógica, mas seja – de fato – transformador e garanta ao educando o acesso a conteúdos e práticas que lhe dêem poder e autonomia para ser diferente em um mundo marcado por discursos normalizadores e totalizantes. Uma educação que lhe dê oportunidades para uma boa colocação profissional, um apurado olhar estético-cultural-político e uma sensibilidade para viver e transformar o mundo que o rodeia.

No entanto, apoiados em discursos inclusivistas de acolhimento da diferença nas escolas regulares, muitos governos tentam encerrar as instituições “especiais”, usando como argumentos o fim da guetização do deficiente, a valorização da diversidade no interior das escolas comuns, o combate à clinalização das escolas especiais, etc. Com a chancela de discursos autorizados pela academia, os avanços contrários às escolas “especiais”⁹³ vêm ganhando força nos últimos anos em países como o Brasil⁹⁴.

Contra essas medidas, protesta boa parte das comunidades surdas: “é um absurdo fechar escolas de surdos”, denunciava um trocadilho rabiscado em cartaz nas mãos de militantes Surdos, em manifestação acontecida na Avenida Paulista (uma das principais avenidas da capital paulistana) em 2007. Petições são lançadas, debates públicos propostos, manifestações organizadas. Mas, em sentido contrário às lutas de grande parte do povo surdo, investidas que se apregoam inclusivas passam a ganhar terreno na agenda política de diferentes governos, limitando as possibilidades de escolha na educação de jovens, crianças e adultos Surdos.

Vale ressaltar que, em nenhum momento, aqui, é negada a questão da “inclusão”. Políticas de inclusão são muito bem vindas quando assentadas em bases críticas. Muitos grupos (como o público cego) lutam por medidas inclusivas, com muito louvor, por meio de esforços sérios. Muitos familiares de crianças surdas, também, optam por matricularem os seus filhos em escolas regulares⁹⁵ – e esse direito de escolha não pode ser negado, tampouco desprezado. O que se reafirma aqui é o direito de manutenção, também, de espaços (salas ou escolas) em que se faça valer um projeto Surdo para a surdez, em que sejam contempladas as peculiaridades linguísticas e culturais de uma comunidade específica.

Não se pretende uma negação descuidada dos processos de inclusão, mas se questiona a forma como esses processos podem implicar imensos prejuízos para os sujeitos Surdos. Muito mais que intérpretes em salas de aula (quando muito) ou

⁹³ As escolhas terminológicas desvelam as disputas políticas, no terreno da retórica: enquanto o discurso inclusivista reforça o termo “especial”, com o seu cariz “prescindível”, argumentos Surdos reforçam o termo “escola de Surdos”, enfocando a questão dos direitos de uma educação bilíngue-bicultural.

⁹⁴ No país, em confluência com novos postulados inclusivistas na área da educação estão as resoluções, de cunho neoliberal, presentes nas políticas públicas de vários municípios: o fechamento de centros “especiais” desonera o governo em relação a uma série de gastos, como a contratação de docentes especializados, investimentos com equipamentos e materiais específicos, manutenção de prédios e estruturas, etc

⁹⁵ Grande parte (em alguns países uma imensa maioria) dos surdos e pessoas com deficiências auditivas estão matriculados em escolas regulares, e não em escolas de Surdos.

professores ouvintes supostamente usuários das línguas de sinais, reivindicam as comunidades surdas o direito a um aprendizado em línguas de sinais, com professores qualificados (muitos deles Surdos), em um ambiente de partilha linguística e cultural possível, em que os estudantes possam se firmar, criticamente, como sujeitos intervenientes, participantes ativos do processo de ensino-aprendizagem.

A própria noção de escola-clínica e de ambiente terapêutico em detrimento de um espaço escolar (como apontam pessoas contrárias às escolas “especiais”) é confrontada pelas novas concepções de educação de surdos, assim como, também, muito se problematiza a ideia de uma alegada guetização.

Afirma Lopes (2010), em favor de uma confrontação crítica à idéia hegemônica de inclusão:

Entender que o estar junto não pode ser percebido como o argumento central que sustenta a política inclusiva e resistir à posição de subordinação não pode, no entanto, ser um processo lido como “ser contra a inclusão”, mas pode ser lido como movimento de resistência à anormalização surda por um tipo de inclusão que acolhe o surdo como alguém que deve se alojar inconfortavelmente na casa de outro. A resistência como oposição surda está para certos jogos onde a inclusão se dá como imposição e como anormalização surda e não para outros jogos onde o espírito que fazem movimentar as negociações é o da relação ética com o outro. (LOPES, 2010, p. 8).

Eis um conflito entre grupos Surdos e políticas e argumentos inclusivistas: argumentos que escondem dispositivos normalizadores sob o manto de uma retórica sedutora – respaldada por uma série de prestigiados militantes e pesquisadores – e que se querem democráticos, pluralistas e, por isso, difícil de serem refutados. Mas um movimento normalizador bastante visível, cada vez mais denunciado por grupos Surdos e explicitado no embate inflamado dessas posições antagônicas.

Para além da discussão “inclusão no ensino regular x manutenção de escolas de surdos”, é necessário que se revise, na própria estrutura das escolas que se dizem bilíngues-biculturais, a pregnância das práticas (pouco visíveis) normouvintizadoras⁹⁶. Não raro, profissionais ouvintes (ou surdos) dessas instituições assumem posições

⁹⁶ Entre inúmeras práticas que se desvelam, está o caráter técnico-instrumental dado ao uso da língua de sinais, como se esta fosse uma mediadora para o aprendizado das línguas orais (o objetivo maior), e o seu uso precário, bastante contaminado pela sobreposição das línguas majoritárias (o Português Sinalizado, entre outros *pidgins* já referidos aqui).

paternalistas, assistencialistas, de aproximação e valorização de um “modelo prestigiado ouvinte”, apequenando a questão das diferenças. Muitas vezes, mesmo a panfletar a luta pelos direitos Surdos e a compartilhar discursos progressistas, muitos ouvintes referenciam suas condições como positivas (em detrimento do outro/Surdo), sobrepujando e insinuando – às vezes de forma sutil e velada – uma consciência soberana, uma superioridade posicional em relação ao saber.

Essas problematizações na área da Educação oferecem um importante solo (embora pedregoso) para amparar e conduzir as questões que se colocam sobre a inclusão dos Surdos nos circuitos e indústrias culturais. Os argumentos, as assumpções em conflito, a sutileza de discursos e práticas inclusivistas são, em grande medida, muito parecidos.

Se hoje muito se discute a questão da acessibilidade, da democratização da cultura e da inclusão cultural de grupos tidos como excluídos, cabe – laboriosamente, como feito por investigadores da área das Ciências da Educação – alimentar e fomentar os novos olhares que se lançam sobre os pressupostos e desdobramentos dessas inclusões.

5.4. Surdos e o *mainstream*: uma questão de acesso

“(…) toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”, anuncia – em trecho claro – o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

O acesso do povo surdo (e de outros tantos grupos minoritários) aos aparelhos e produções culturais das sociedades de que fazem parte firma-se, assim, no âmbito dos direitos, e não como uma hospitalidade filantrópica que oscila conforme a boa-vontade de gestores menos ou mais engajados.

A manutenção (por descuido ou descaso) de situações incapacitantes, que privam da possibilidade de fruição boa parte da população (entre surdos, idosos, cegos, pessoas em cadeiras de rodas, grupos étnicos minoritários, LGBTs, etc.), acaba por se constituir como prática discriminatória ao perpetrar condições de desvantagens para muitos cidadãos.

Todavia, muito é dito, hoje, sobre recursos de acessibilidade – e em relação ao público surdo, novos horizontes começam a ser desenhados.

Quando se salienta o povo surdo como o centro de interesse de políticas de acessibilidade cultural, uma série de práticas e recursos são trazidos à baila. Espaços, bens e serviços antes incapacitantes, projetados para consumidores “ideais” (em um padrão de normalidade forjado sob os auspícios do “homem comum”), são repensados – pouco a pouco – para se tornarem possíveis e acessíveis aos mais diferentes públicos. Grupos antes alijados da fruição de boa parte dos produtos e equipamentos culturais de suas cidades, hoje passam a contar com novos recursos que levam a cabo suas inclusões nesses universos.

No bojo das novas (e cada vez mais exigidas) tecnologias assistivas – entendidas como um conjunto de práticas, equipamentos, serviços e estratégias desenvolvidas e executadas para reduzir os problemas e impedimentos funcionais encontrados por diferentes pessoas (COOK; HUSSEY, 1995) – muitos aparelhos permitem aos surdos minorarem as desvantagens causadas pela privação do universo sonoro, entre vídeo-guias (aparelhos portáteis que permitem aos surdos, em alternativa aos áudio-guias, acompanharem o conteúdo informativo de exposições, museus, mostras, etc.) e *Hearing Loops* (Aro de Indução Magnética, um sistema com microfones e amplificadores que cria um campo magnético em locais específicos e possibilita um som mais claro e nítido para aqueles que usam aparelhos auditivos - AASI).

Ressalta-se, em um breve interim entre referências de recursos de acessibilidade, que nem todos os sujeitos surdos são usuários das línguas de sinais. Também, muitos não dominam técnicas de leitura orofacial (o que desfaz a crença popular de que surdos “se desenrascam por meio da leitura labial”), e muitos transitam com alguma dificuldade pelas línguas majoritárias (escritas). Pensar em acessibilidade e surdez, por isso, é assumir a heterogeneidade desse povo, em suas diferentes formas de aceder à informação.

Muitos movimentos, em diferentes países, lutam pelo direito às legendas e ao *closed caption*⁹⁷ (legendas ocultas), seja em emissões televisivas, seja em filmes exibidos em

⁹⁷ O sistema de *closed caption* (CC), presente em partes da programação de emissoras de TV, pode ser ativado e desativado pelo espectador. Além da transcrição de diálogos e vozes em *off*, o CC descreve a paisagem sonora dos produtos audiovisuais (risos, chuva, ruídos, música, etc.), contextualizando os indivíduos surdos e deficientes auditivos ao universo de sons que atravessa o filme.

circuitos de cinema. No Brasil, por exemplo, a campanha *Legenda Nacional* – apoiada no bordão “legenda para quem não ouve, mas se emociona!” – organiza petições, atos e eventos para promover e difundir o uso desse recurso (principalmente em filmes nacionais que, por olhares do senso comum, “não precisam de legendas”).

Além da utilização de legendagem (o acesso por meio das línguas majoritárias escritas), começa a se multiplicar o uso das línguas gestuais como meios possíveis de acesso a produções culturais nas línguas dominantes. Mãos a proferirem gestos, expressões faciais a sugerirem sentimentos, corpos a marcarem o compasso do som: por meio de intérpretes de L.S, Surdos, em diferentes espaços, acedem, por sensórios que não a audição, à música, ao teatro, ao cinema, a conteúdos verbais (orais) e sonoros de programas de rádio⁹⁸ e televisão.

Alguns programas de TV já contam com janelas de línguas de sinais, fazendo-se mais acessíveis para o público Surdo. A oferta desse recurso ainda é rara, restrita a partes da programação de alguns poucos canais. O descuido de muitas emissoras (entre públicas e privadas) com o povo surdo torna-se visível não só pelos velhos estereótipos que reproduzem, como pelo descaso em relação às legendas ocultas e às janelas de línguas gestuais. A longa jornada por uma mídia inclusiva e participativa, não obstante, continua a ser traçada, articulando agentes de diferentes esferas em defesa do direito à informação e da democratização dos meios de comunicação. Essas empreitadas pela “adaptação” de produtos audiovisuais estende-se pelo universo do cinema, do teatro, das casas de espetáculos...

Em alguns teatros, peças são apresentadas com interpretação em língua de sinais e/ou acompanhadas por legendas. A preocupação, presente em pouquíssimos⁹⁹ equipamentos culturais, desdobra-se em diferentes possibilidades: traduções em línguas gestuais (feitas por intérpretes posicionados em frente ao palco ou em pequenos ecrãs instalados sobre assentos específicos) ou legendagem (em dispositivos móveis ou em projeções feitas sobre alguma superfície circunscrita ao campo visual do espectador).

⁹⁸ Alguns projetos disponibilizam conteúdos radiofônicos interpretados em línguas de sinais, como o *Rádio em Libras*, da organização brasileira *Veza da Voz*, e o *TSF Rádio Notícias em LGP* produzido pela empresa portuguesa *Smile Hands*.

⁹⁹ Tanto no Brasil como em Portugal a quantidade de equipamentos culturais que oferecem esses recursos de acessibilidade é desalentadora, privando muitos surdos e deficientes auditivos do gozo das artes cênicas.

Não bastasse a pouquíssima (por vezes, nula) oferta desses mecanismos de acessibilidade entre teatros e casas de espetáculo dos centros urbanos, acumulam-se queixas em relação aos incômodos trazidos pela interpretação em língua gestual que – por melhor que seja – exige do público Surdo uma (des)anteção dividida entre o palco e os sinais, ou entre o pequenino canto inferior do ecrã e o restante da tela. Esses contratempos acabam por afastar, em muitos países, o público Surdo do circuito de teatro (ouvinte) de suas cidades.

Mas, se a oferta de iniciativas acessíveis no universo das artes cênicas é deveras escassa, centenas de novos *music videos*, a cada dia, surgem pela Internet com interpretações em línguas de sinais de diferentes canções. De cant(aut)ores regionais ou de estrelas do *mainstream* internacional, uma gama de letras são traduzidas e interpretadas em L.S., aproximando o público Surdo da obra musical desses artistas.

Hoje, uma série de cursos oferecem formações em “interpretação de músicas em línguas de sinais”. Para além da qualidade da tradução (que conta com os desafios da intermodalidade e da interculturalidade), a composição poética da canção interpretada em língua gestual (com toda a expressividade de rosto, corpo, gestos e movimentos) é o que permitirá – ou não – o deleite da música em sinais.

Coros gestuais, também, bem como projetos de inclusão por meio da música (como os grupos brasileiros *Surdodum* e os *Batuqueiros do Silêncio*, ambos de percussão), permitem diferentes experiências musicais para um grupo corriqueira e grosseiramente percebido como improvável para esse universo de sons, ritmos e melodias.

Algumas bandas e cantores, em diversos países, exploram (ou, pontualmente, já exploraram) o uso das L.S. em suas apresentações e videoclipes. Em Portugal, a cantora e intérprete de Língua Gestual Portuguesa Paula Teixeira intercala o seu canto com sinais, além de promover projetos de divulgação da LGP. No Brasil, Rebeca Nemer desenvolve trabalho parecido, com aparições em programas infantis e gravações de álbuns em que a Libras é um dos temas abordados.

Outros vários artistas, não diretamente ligados às causas Surdas, também já flertaram com o público Surdo e com as línguas gestuais. No videoclipe da música *My Valentine*, de Paul McCartney (2012), por exemplo, os atores globais Johnny Depp e Natalie Portman aparecem a interpretar a canção em *American Sign Language* (ASL).

Željko Joksimović (2012), cantor sérvio bastante popular na região do Balcãs, por sua vez, gravou o clipe de uma famosa canção (*Nije ljubav stvar*, uma das finalistas do Festival Eurovisão da Canção 2012) ao lado de Nenad Mahmutovic, jovem dançarino surdo que se destacou em programas de televisão locais – o rapaz, por toda a música, e o cantautor, em trechos específicos, põem-se a sinalizar.

Além de coros gestuais, interpretações de louvores religiosos, músicas populares, cantigas infantis e canções tradicionais, muitos hinos¹⁰⁰ são também traduzidos para as línguas gestuais, possibilitando às comunidades surdas o desfrutar de símbolos pátrios.

Seja por imperativos éticos, seja por questões legais ou esforços de *marketing*, as intervenções em teatros, museus, cinemas, produtos audiovisuais, etc., tornam esses equipamentos e produções culturais a cada dia mais próximos e mais acessíveis a diferentes tipos de públicos.

5.5. Promover para “incluir”

Do que foi citado no subcapítulo anterior, afirma-se – sem grandes senãos – que as políticas de acessibilidade levadas a cabo por diferentes aparelhos culturais, bem como os esforços inclusivos de uma série de grupos e instituições, são dignos de imenso apreço. Criar formas de acesso às produções majoritárias (em muito ancoradas no universo sonoro) para públicos específicos – surdos e deficientes auditivos – figura não como um gesto cortês de bons anfitriões, mas como a efetivação de direitos básicos de parte considerável da população. Todas as lutas, movimentos, iniciativas e empreitadas que buscam tais conquistas são meritorias e, aqui, subscritas.

Entretanto, ao se afirmar a acessibilidade, comumente se pressupõe um universo cultural hermético, hospedeiro, normativo, que – por recursos físicos ou simbólicos – precisa ser disponibilizado e ofertado para todos. O “dentro” que se constitui na relação dialógica da inclusão/exclusão é o “dentro” configurado por elementos ouvintes, pautados ainda na cultura do normal.

¹⁰⁰ Alguns dissensos marcam as interpretações de hinos em sinais: enquanto alguns alegam que essas letras precisam ser traduzidas sob a regência das línguas orais em que foram escritas (por meio do uso do Português Sinalizado ou do *Signing Exact English*, por exemplo), outros defendem uma interpretação livre em línguas gestuais.

Por intermédio de mecanismos de tradução e interpretação, assim como pelo uso de uma série de aparatos assistivos, um circuito ouvinte, em toda a sua riqueza, é aberto (em frinchas esporádicas) para um público novo, que se desdobra para poder desfrutá-lo, por vezes confrontando-se com a precariedade dos canais e dispositivos de acesso criados.

Teatro, cinema, filmes, programas de TV e outros produtos audiovisuais, ancorados no som, no texto falado, na oralidade, nas paisagens criadas por efeitos sonoros, nos recursos estilísticos fundados nas imagens acústicas das palavras e nas referências a elementos típicos do mundo ouvinte são ofertados para sujeitos que, de alguma forma, não partilham da hegemonia do ouvir. Por mais que acedam a essas produções, algumas perdas (por vezes imensas) refazem a originalidade, a intensidade, a potência e o teor das obras¹⁰¹.

Isso por ser a linguagem audiovisual constituída pela interinfluência de sons e imagens, em uma articulação fílmica (um conjunto de articulações enunciativas) “em que o sonoro, o textual e o imagético são concebidos como um todo, levando a uma mesma isotopia, ou seja, a um mesmo local de sentido” (BELLEBONI, 2002, p. 19). Músicas, sons, falas, imagens, símbolos, misturam-se, compondo um efeito estético global, uma totalidade fragmentária indissolúvel (NUNES, 1994). Como texto sincrético, estabelece uma relação entre termos (entre linguagens) em que o conteúdo sonoro resignifica a imagem, assim como a imagem resignifica o conteúdo sonoro: sons, textos, imagens, fundem-se, formando um corpo coeso amarrado por diferentes matérias da expressão. A compreensão da mensagem, dessa forma, baseia-se na interpenetração de domínios perceptivos e na apreensão de um todo multisensorial.

A fruição de alguns produtos audiovisuais ocorre, por isso, com certos prejuízos para os espectadores Surdos, uma vez que as forças poéticas, fáticas, emotivas, apelativas, etc., que surgem no entrelaçamento das diferentes matérias da expressão nem sempre são recuperadas pelos recursos de acessibilidade utilizados.

¹⁰¹ Não se afirma aqui que isso invalida, deslegitima, inviabiliza ou impede a fruição e o deleite dessas obras.

Essas incompletudes da fruição, porém, não são os motivos primeiros das revisões que se pretendem aqui¹⁰². O que se questiona, no esteio das novas proposições sobre inclusão e Surdez, é o hermetismo e a normatividade do universo ao qual se pretendem inserir todos os que dele estão “fora”. Exclusão, por essa perspectiva que aqui se confronta, revela-se como a impossibilidade de fruição de um circuito fechado que, por imposições éticas, cria mecanismos para a inclusão de novos espectadores – espectadores que consumirão os produtos oferecidos por esse universo ouvinte, feitos por (e para) sujeitos ouvintes.

Assim, aparelhos, práticas e discursos tentam garantir a inserção de novos sujeitos a mercados que atendem a lógicas de produção, distribuição e consumo próprias de um grupo majoritário (ouvinte¹⁰³). Como a inclusão de Surdos em escolas regulares, os discursos sobre a inclusão dos Surdos nos circuitos culturais muitas vezes revelam traços normouvintizadores, de conformação e sujeição a modelos dominantes.

A acessibilidade e os milhares de recursos possíveis para a inclusão cultural dos sujeitos surdos são muito bem vindos, urgentes e valiosos – porém, o conceito de inclusão, a partir daqui, precisa ser entendido de forma alargada e extrapolar a ideia de inserção em núcleos fixos, herméticos e normativos.

Para além da invenção (necessária) de meios possíveis para se aceder às produções do mundo ouvinte faz-se importante, também, a partilha e promoção de produtos Surdos nos circuitos culturais das cidades: não como convidados esporádicos, apresentados em contextos específicos – como “semanas da deficiência”, “festivais de deficientes”, etc –, mas como produtos que integram, com a graça da diferença, esses sistemas de cultura.

Nas arenas multiculturais de diversos países, que sejam promovidas, exibidas e partilhadas as culturas surdas, não pelo desejo de dar a conhecer – a um público “normal” – casos de superações ou histórias comoventes de “pessoas com deficiência”, mas pela urgência de se valorizar e reconhecer práticas culturais extremamente ricas e plurais, intensificando a polifonia de vozes e gestos dos sistemas culturais feitos por e para todos.

¹⁰² Entende-se, aqui, que uma obra audiovisual, ou qualquer outra que exija a audição como sensorio privilegiado, quando tornada acessível pelo uso de diferentes recursos, ao mesmo tempo em que sofre prejuízos também ganha novas dimensões estéticas passíveis de grande deleite.

¹⁰³ Na “infinita” heterogeneidade deste grupo.

A luta por uma inclusão cultural, então, é entendida sob a perspectiva das novas concepções sobre a Surdez, figurando como os esforços de se: valorizar pólos de animação e produção cultural mantidos por e para esses grupos minoritários; garantir a pluralidade dos circuitos culturais hegemônicos, fomentando – nesses sistemas – a distribuição, exibição, veiculação e apresentação dos produtos culturais oriundos das inúmeras comunidades surdas; incentivar práticas interculturais na produção e fruição de diferentes formas de manifestações artísticas (sejam produções ouvintes ou produções Surdas); possibilitar o acesso (eliminando os obstáculos de comunicação) aos vários circuitos e agendas culturais, por meio de inúmeros recursos possíveis¹⁰⁴; promover a formação de novos públicos e agentes, antes alheios a esses universos; incrementar a qualificação e o intercâmbio de profissionais (Surdos e ouvintes) que respondam às exigências dessas temáticas nos circuitos culturais; repensar os serviços oferecidos pelos diferentes aparelhos públicos e privados no que diz respeito a práticas de acessibilidade e inclusão; criar canais de diálogo, entre as diversas associações e entidades representativas, que permitam (e façam necessária) a participação direta desses grupos na elaboração e efetivação de políticas públicas; incentivar mudanças de comportamentos e atitudes em relação à surdez (oferecendo ao grande público, e aos profissionais envolvidos com a economia da cultura, novos olhares e concepções quanto ao “ser Surdo”); entre outros que deslocam os sujeitos Surdos do papel exclusivo de “espectadores especiais” para o papel – também – de planejadores, produtores, a(u)tores, distribuidores e consumidores de cultura.

A valorização e promoção das produções artísticas, da literatura, do teatro, da poesia, etc., que emergem das comunidades surdas faz-se necessária, e enriquecedora, para todos, surdos e ouvintes. Seja por meio de políticas do Estado (sobretudo), da iniciativa privada e dos esforços individuais, o empoderamento e difusão de novas formas de ver/pensar/sentir/expressar o mundo contribuem sobremaneira para a transformação da arte, da economia, da cultura e de toda a estrutura social.

Para muitos, ainda parece distante (por vezes descabida) a concretização do desejo de – algum dia – ligar o aparelho de TV e, em um canal qualquer, assistir a um filme em língua de sinais (com legendas). Quanto mais documentários, pequenas séries ou

¹⁰⁴ Vale ressaltar que, assim como produções ouvintes precisam de recursos específicos para se tornarem acessíveis para públicos Surdos, produções culturais Surdas muitas vezes também exigem recursos (como legendas e dublagem) para serem usufruídos por grupos ouvintes

telejornais, para além daquelas edições especiais que tenham a Surdez como tema. E o que dizer sobre teatros e peças de Surdos inseridos nas programações “comuns”, divulgados frequentemente em seções que não sejam específicas (“deficiente”) das agendas culturais?

Algumas iniciativas, como já citadas nesta tese, começam a recriar horizontes Surdos – a promover, difundir e oferecer esse imenso leque de produções ao grande público ouvinte. Atores, artistas plásticos, dramaturgos, apresentadores, realizadores, produtores, poetas, escritores e empreendedores surdos conquistam – a cada dia – mais espaços. Porém, são iniciativas pontuais, extraordinárias, que ainda chamam a atenção pela ousadia e ineditismo.

A promoção das produções e práticas culturais surdas, além de gerar imensos benefícios para as comunidades surdas, implica também em uma série de ganhos para o público ouvinte e para a estrutura social como um todo, como já dito.

Alguns autores Surdos, em oposição ao termo “deficiência auditiva”, ressaltam a ideia do “*deaf gain*”: ao se reperspectivar a surdez do negativo ao positivo, da deficiência (vulgarmente assumida como falta) para as vantagens, da perda para o ganho, focam e destacam todos os imensos contributos da Surdez para a espécie e sociedades humanas.

Entre os vários ganhos trazidos pela surdez e pela perpetuação das comunidades e culturas surdas, Bauman e Murray (2009) citam: os benefícios da pluralidade bio-cultural, as inúmeras possibilidades oferecidas pelas línguas gestuais e pelas diferenças cognitivas (relacionadas ao incremento da acuidade visual e ao desenvolvimento de outras formas de apreensão e expressão da realidade que não fundadas no mundo sonoro¹⁰⁵), a importância da manutenção de novas formas de coletivismo¹⁰⁶, as facilidades em relações transnacionais (dado que a comunicação entre Surdos de diferentes países dá-se, comumente, de forma mais fluida e descomplicada que a

¹⁰⁵ “Research has shown that, among other things, they have more well-developed peripheral vision, a greater ability to form quick mental images, and better facial-recognition skills” (BAUMAN; MURAY, 2009, p. 5)

¹⁰⁶ Citam os autores, por exemplo, que a exigência de contatos olhos-nos-olhos, de conversas em turnos respeitados (enquanto um Surdo sinaliza, o seu interlocutor o aguarda, apreende a mensagem e, só então, põe-se a enunciar) e do aprendizado de alguns cuidados pelo outro (em conversas em espaços públicos, cheios de obstáculos, os participantes da conversa – que exige certa atenção visual – cuidam também para que os outros não sofram qualquer dano pelas “ameaças” externas), desenvolvem um senso coletivo apurado.

interação entre ouvintes na mesma situação), a riqueza da literatura Surda e das artes surdas, as novas formas de organização e gestão do espaço (que exigem, por exemplo, novas referências de *design* e arquitetura, como a preferência por mesas arredondadas, a integração visual de vários ambientes e a iluminação que garanta o contato visual entre sujeitos), etc.

Tais ganhos fazem do convívio com a diferença uma fonte de riquezas para todos, em diferentes âmbitos. Surdos e ouvintes, por meio da experiência da alteridade, refazem-se, aprendem, transformam-se, apuram o olhar, a sensibilidade e a compreensão sobre uma série de assuntos e vivências.

Assim, empoderam-se e ganham visibilidade as culturas surdas. Os vários costumes, a língua, as produções culturais, as associações e organizações, as narrativas e as estratégias diárias ganham, com novo folêgo, as atenções de públicos expandidos, contribuindo para que a surdez seja revista, estereótipos desfeitos e práticas/discursos normouvintizadores problematizados.

Com isso, familiares de crianças surdas – sabedores, então, do universo de riquezas e possibilidades disponíveis para os seus pequenos – terão, a confrontar os velhos postulados da normalidade e da surdez como “falta”, novas alternativas e caminhos evidenciados (exponenciados e valorizados) em seus campos de escolhas. Por conseguinte, prejuízos hoje sofridos por inúmeras crianças, jovens e adultos surdos podem (e poderão) ser combatidos, minorados e eliminados.

Se inclusão não se limita a recursos de acessibilidade, mas engloba, também, mudanças de comportamentos, olhares e quebras de antigos paradigmas, a promoção cultural das produções Surdas – bem como a assumpção da Surdez como expressão identitária – figura como das mais importantes ações para a construção de cenários mais ricos, democráticos e plurais. Da “inclusão do deficiente” para uma nova perspectiva multicultural: ganham as comunidades surdas, ganha a sociedade em geral.

E, diante da pergunta feita ao fim do capítulo anterior (“Por que pouco se vê sobre as culturas surdas?”), colocam-se – ao fim deste – as problematizações já feitas como possíveis respostas: o que se ouve, majoritariamente, sobre a surdez (sob olhares clínicos e patológicos), sobre o povo surdo (com todos os estigmas ainda imputados a esses grupos) e sobre inclusão (pela perspectiva dos recursos de acessibilidade como

meios únicos de ingresso em circuitos culturais herméticos e normativos), em muito justificam e colaboram para esse apagamento cultural e para essa visão turva sobre a alteridade. Em muito colaboram para a pouca visibilidade das culturas surdas.

Ao se promover novas vozes (e gestos) sobre surdez, inclusão e acessibilidade, novas paisagens, onde as diferenças são afirmadas e promovidas, permitirão a todos – surdos e ouvintes – novas e ricas formas de olhar, ouvir, sentir, apreender e expressar (por meio da arte, da política, do esporte, da religião, da economia, da cultura...) a realidade.

Considerações finais



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, a última paragem. O fim do caminho traçado neste trabalho, mas começo (e meio) de outras tantas jornadas em defesa do direito de ser Surdo.

As lutas pela diferença (con)firmam-se como um esforço coletivo, atual, que urge extrapolar as pautas de grupos minoritários para permear o dia-o-dia de todos. Todos.

Bem como os Surdos, assim definidos pelas iniciais maiúsculas (usuários das línguas de sinais e participantes das comunidades surdas), todo o povo surdo, em sua imensa heterogeneidade (surdos oralizados, implantados, SULPs – Surdos Usuários da Língua Portuguesa, deficientes auditivos, etc.), tem o direito de afirmar diferentes formas de ser, de expressar-se, de conviver e experienciar a surdez.

A luta pelos direitos Surdos em nenhum momento, aqui, pretende se desdobrar em ações totalitárias, de homogeneização de um universo plural e de imensa riqueza, como se a todos os surdos – por meio de discursos redentores e salvacionistas – coubesse a exigência das línguas de sinais, das comunidades e culturas surdas. Também não pretende delimitar fronteiras rígidas e intransponíveis que resultem no enquistamento e na criação de guetos onde se refugiem os diferentes. Assume-se, aqui, a beleza e a importância das inúmeras formas de existir, das inúmeras formas de ser (e estar sendo) surdo, Surdo, ou deficiente auditivo.

Pretende-se, aqui, apontar para a Surdez e para as experiências radicais da alteridade como formas possíveis e valorizadas de se estar no mundo, com o valor transformador que refaz a todos, e não como estigmas ou marcas perversas de alijamento e exclusão. Por isso, salienta-se o valor e o reforço dado a todas as iniciativas que contribuem para essas mudanças.

As empreitadas de vários movimentos Surdos, locais e internacionais (como o *Frontrunners*¹⁰⁷, entre outros projetos, passeatas¹⁰⁸ e milhares de iniciativas), seguem, aos poucos, a empoderar e divulgar as comunidades e culturas surdas, possibilitando

¹⁰⁷ Um programa internacional de formação e capacitação de lideranças surdas que oferece, anualmente, módulos de formações intensivas (com duração de nove meses), que englobam eixos temáticos como tópicos Surdos (história, cultura, língua, comunidade, opressão/discriminação e *deafhood*), tópicos de liderança, empreendedorismo social, comunicação e gestão de projetos. Sediado na Dinamarca, o programa reúne turmas de Surdos (20 ao todo, entre 18 e 30 anos) de diferentes países.

¹⁰⁸ Como a VI Marcha Nacional da Comunidade Surda, por exemplo, ocorrida em setembro de 2012 na cidade de Guimarães, em Portugal (entre centenas de outras marchas que acontecem pelo mundo).

novas entradas desses grupos no mundo do trabalho, nas instâncias acadêmicas, políticas, jurídicas, culturais, etc., não pela inclusão caritativa, filantrópica, mas pelo reconhecimento do valor do trabalho (nas mais diferentes áreas) desses sujeitos.

Apoiada em compreensões sócio-antropológicas da surdez, esta tese (em todas as suas limitações teóricas) pretende alinhar-se a essas causas, reforçá-las e tê-las (bem como difundí-las) como referências positivas.

Reconhecer e promover as culturas surdas é, por conseguinte, lutar por escolas/salas de ensino bilíngue-biculturas, pela inclusão e difusão das produções Surdas nos inúmeros circuitos culturais, pela valorização do Surdo no mercado de trabalho (para além de contratos precários em empregos muitas vezes braçais), pela preservação e perpetuação de práticas e costumes que caracterizam essas comunidades e pelo reconhecimento de uma língua visual-espacial possível. Em um contexto histórico em que próteses (como o Implante Coclear) e práticas de reabilitação insinuam-se cada vez mais como caminho único, os espaços para a alteridade precisam, dia a dia, ser conquistados e expandidos¹⁰⁹.

Todos esses esforços, entretanto, não se esgotam no “ser Surdo” como um fim, como se a expressão de uma identidade Surda arrematasse todas as outras possibilidades, papéis e identidades que atravessam os sujeitos. O reconhecimento da Surdez (com todos os direitos que disso decorrem) é apenas um pequenino passo para que os Surdos, com suas línguas, comunidades e práticas culturais, possam ser qualquer outra coisa – em diversos contextos e momentos – que não apenas “Surdos”.

Eis a construção de um novo porvir, acenada em mãos e gestos, vozes e bandeiras de diferentes grupos e sujeitos. Eis o esforço contínuo pelo reconhecimento e valorização da diferença, em sua acepção radical, transformadora e bela. Em conflitos, debates, lutas, distensões, confrontos, revisões, outros horizontes se desenham para os sujeitos Surdos (e para todo o povo surdo), ainda mais cheios de possibilidades e alegrias.

As lutas estão postas; os olhares, apurados. Que novas vozes sejam ouvidas, novos gestos compreendidos, para que um novo cenário seja – por todos – visto.

¹⁰⁹ Sem, por isso, negligenciar de forma ingênua, tampouco sectária, os benefícios e os ganhos para aqueles que optam (ou “são optados”) pelo uso do I.C. e das práticas de reabilitação.

Referências



7. REFERÊNCIAS¹¹⁰

BHABHA, Homi. The other question: difference, discrimination and the discourse of colonialism. In: BARKER, Francis et al. (Eds). *Literature, Politics and Theory: Papers from the Essex Conference – 1976-84*. London: Methuen, 1986. p. 148-172.

BARRIO, Angel-B. *Manual de Antropologia Cultural*. Recife: Massangana, 2005.

BARTALOTTI, Celina. *Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?*. São Paulo: Paulus, 2006.

BAUMAN, H-Dirksen; MURRAY, Joseph. Reframing: from hearing loss to Deaf Gain. *Deaf Studies Digital Journal*, Washington D.C, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://dsdj.gallaudet.edu>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

BELLEBONI, Luciene. *Com paixão – As relações entre o som e a imagem no audiovisual contemporâneo*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERTHIER, Ferdinand. Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée. In: LANE, Harlan (Ed.). *The deaf experience: classics in language and education*. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984.

BEVILACQUA, Cecília; COSTA FILHO, Orozimbo. O que é Implante Coclear. *Website Implante Coclear*. Disponível em: <<http://www.implantecoclear.com.br>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

BRADDOCK, David; PARISH, Susan. An institutional history of disability. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Eds.). *Handbook of disability studies*. California: Sage Publications, 2001. p. 11-68

CAPOVILLA, Fernando. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, v.6, n.1, 2000. p. 99-116.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: CASTELLS, Manuel. *Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. v.2.

¹¹⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 6023 e NBR 10520.

- COELHO, Orquídea; CABRAL, Eduardo; GOMES, Maria do Céu. Formação de Surdos: ao encontro da legitimidade perdida. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 22, 2004. p. 153-181.
- COOK, Albert; HUSSEY, Susan. *Assistive Technologies: Principles and Practices*. Missouri: Mosby - Year Book, 1995.
- GARDNER, Jane. *Being a Roman Citizen*. London: Routledge, 1993.
- HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. *A musicalidade do surdo – representação e estigma*. São Paulo: Plexus, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KARNOPP, Lodenir. Literatura Surda. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, 2006. p. 98-109.
- KARNOPP, Lodenir; ROSA, Fabiano; HESSEL, Carolina. *Cinderela Surda*. Canoas: Ed.Ulbra, 2003.
- KARNOPP, Lodenir; ROSA, Fabiano. *Patinho Surdo*. Canoas: Ed. Ulbra, 2005.
- KUSTERS, Annelies. Deaf on the Lifeline of Mumbai. *Sign Language Studies*, Washington D.C., v. 10, n. 1, 2009. p. 36 -68.
- LABORIT, Emmanuelle. *O vôo da gaivota*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- LADD, Paddy. Deafhood: A concept stressing possibilities, not deficits. *Scandinavian Journal of Public Health*, [S.l], n. 33, 2005. p. 12-17.
- LAPALU, Yves. *Léo, o puto surdo*. Lisboa: Surd'Universo, 2006.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LAVRADOR, Maria Cristina. Processos de Inclusão e Exclusão Social. In: BARROS, Maria Elizabeth; ABDALA, Maurício. (Orgs.). *Mundo e Sujeito: aspectos subjetivos da globalização*. São Paulo: Paulus, 2005. p.115-127.
- LEAL, Audria. A presença do discurso interativo no gênero textual cartoon. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, Lisboa, n.1, jul. 2008. p. 71-80.
- LE MOS, Márcia. O 'mos maiorum' e a fortuna do Império Romano no séc. IV d.C. *Revista Dimensões*, Espírito Santo, v. 25., 2010. p. 46-62.

LODI, Ana Claudia. Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005. p. 409-424.

LONGMAN, Liliane Vieira. *Memórias de Surdos*. Recife: Massangana, 2007.

LOPES, Maura C. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Maura C. Inclusão de alunos surdos na escola regular. *Cadernos de Educação – Universidade Federal de Pelotas*, Pelotas, n.36, 2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/03.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2012.

LOPES, Maura C.; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. *Perspectiva*, Florianópolis, v.24, n.3, 2006. p. 81-100.

LOURO, Guacira. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). *O corpo educado – Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000. p. 5-24

LULKIN, Sérgio. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 33-49.

LUNARDI, Márcia; MACHADO, Fernanda. Discursos sobre a surdez: problematizando as normalidades. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n.30, 2007. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2007/02/a8.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

MAGNANI, José Cantor. “Vai ter música?”: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, São Paulo, ano 1, 2007. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/magnani1-2007.html>>. Acesso em: 12 fev. 2012

MILLER, Betty et al. *The De'VIA Manifesto*. Washington D.C.: 1989. Disponível em: <http://www.deafart.org/Deaf_Art_/deaf_art_.html>. Acesso: 22 fev. 2012.

MOORES, Donald. The history of language and communication issues in deaf education. In: MARSCHARK, Marc; SPENCER, Patricia. *Deaf studies, language and education*. New York: Oxford University Press, 2010. p.17-30.

NASCIMENTO, Lilian. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, 2006. p.255-265. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1646>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

- NEVES, Maria Helena. A teoria linguística em Aristóteles. *Alfa – Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, v.25, 1981. p. 57-67. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3635/3404>>. Acesso em 12 mai. 2012.
- NUNES, Pedro. *As relações estéticas no cinema eletrônico: um olhar intersemiótico sobre 'A última tempestade e Anjos da noite'*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo. 1994.
- OATES, Eugênio. *Linguagem das mãos*. Aparecida: Editora Santuário, 1988.
- PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-73.
- PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. Surdos: o narrar e a política. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 5, 2003. p. 217-226.
- PLANN, Susan. Pedro Ponce de León: Myth and Reality. In: CLEVE, John (Ed.). *Deaf History Unveiled*. Washington D.C.: Gallaudet University Press, 2003. p.1-12.
- QUADROS, Ronice; HEBERLE, Viviane. Curso de letras/licenciatura com habilitação em língua brasileira de sinais: inclusão nas universidades públicas brasileiras. *Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores*, Brasília, 1 ed, v.1, 2006. p. 87-92.
- REILY, Lucia. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, 2007. p. 308-326.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SANTOS, José Luiz. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix/ USP, 1972.
- SAWAIA, Bader. Exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA, Bader. (Org.). *As artimanhas da exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7-13.
- SHELTON, Tracey. Libya: Deaf rebels fight for rights. *Global Post*, [S.l], 20 set. 2011. Regions – Middle East. Disponível em: <<http://www.globalpost.com/dispatch/news/regions/middle-east/110919/libya-deaf-rebels-determined-fight>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

SILVA, Cesar; TEIXEIRA, Jacqueline. Entre a “cultura surda” e a cura da surdez: análise comparativa das práticas da Igreja Batista e da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. *Revista Cultura y Religión*, Chile, v. 2, n.3, 2008. Disponível em: <http://www.revistaculturayreligion.cl/articulos/vol_2_n3/vol_2_n3_2008_06_Cesar_Asis.html>. Acesso em: 07 jul. 2012.

SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Vilmar. Educação de Surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice (Org.). *Estudos Surdos I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005a. p.7-32.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005b. p. 5-6.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

STOKOE, William. *Sign Language structure*. Maryland: Linstok Press, 1960.

STROEBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STUMPF, Marianne. Possibilidade de escrita pelos surdos. In: CONGRESSO INES: 150 ANOS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2007, Rio de Janeiro. *Anais do Congresso*. Rio de Janeiro: INES, 2007. p. 48-55.

SUTTON-SPENCE, Rachel. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em Língua de Sinais. In: QUADROS, Ronice; VASCONCELLOS, Maria Lúcia (Orgs.). *Questões teóricas das pesquisas em Língua de Sinais*. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 29-339.

WRIGLEY, Owen. *The Politics of Deafness*. Washington D.C.: Gallaudet University Press, 1997.

DOCUMENTOS

ONU - Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2012.

FILMES

CHILDREN OF A LESSER GOD. Direção: Randa Haines. Produção: Burt Sugarman e Patrick Palmer. Los Angeles: Paramount Pictures Corporation, 1986.

GESTO. Direção: António Borges Correia. Produção: Fernando Centeio. Lisboa: Zul Filmes, 2011.

SOUND AND FURY. Direção: Josh Aronson. Produção: Roger Weisberg. New York: Aronson Film Associates, Inc. and Public Policy Productions, Inc. in association with Thirteen/WNET New York and Channel 4 (UK), 2000.

SOUND AND FURY: SIX YEARS LATER. Direção: Josh Aronson. Produção: Josh Aronson. New York: Aronson Film Associates, Inc. 2006.

ÁLBUNS

McCARTNEY, Paul. *Kisses on the Bottom*. Beverly Hills: MPL Communications Inc / Universal Music Group International, 2012.

JOKSIMOVIC, Željko. *Nije ljubav stvar*. Belgrado: Minacord Production, 2012.

WEBSITES

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS. Disponível em: <<http://www.apsurdos.org.pt>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SENCITY. Disponível em: <<http://www.your-sencity.com>>. Acesso em: 13 mai. 2012.

DEAFRAVE. Disponível em: <<http://www.deafrave.com>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

Anexos





Figura 01 – *Crocodile Dundee* (Chuck Baird, 1992)
[<http://www.chuckbairdart.com>]



Figura 02 – *ASL* (Chuck Baird, 2010)
[<http://www.chuckbairdart.com>]



Figura 03 – *Art No. 3* (Chuck Baird, 1993)
[<http://www.chuckbairdart.com>]



Figura 04 – *Mechanical Ear* (Chuck Baird, 1973)
[<http://www.chuckbairdart.com>]

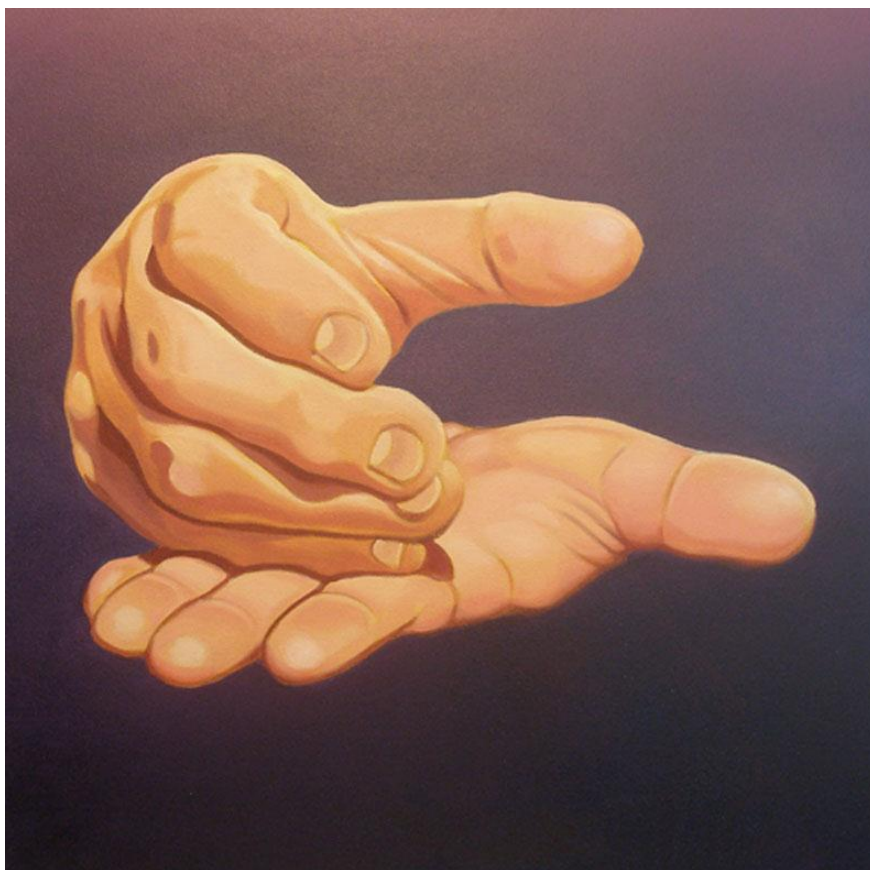


Figura 05 – *Cup* (Chuck Baird, 2010)
[<http://www.chuckbairdart.com>]

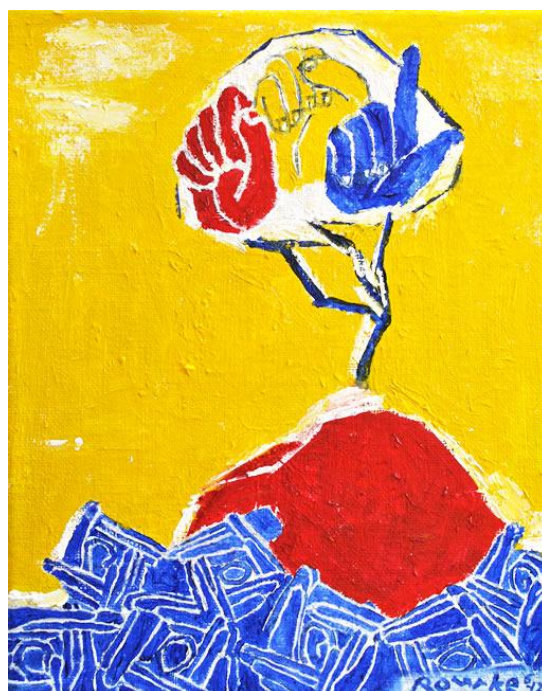


Figura 06 – *Lone ASL* (Nancy Rourke, 2012)
[<http://www.nancyrourke.com>]

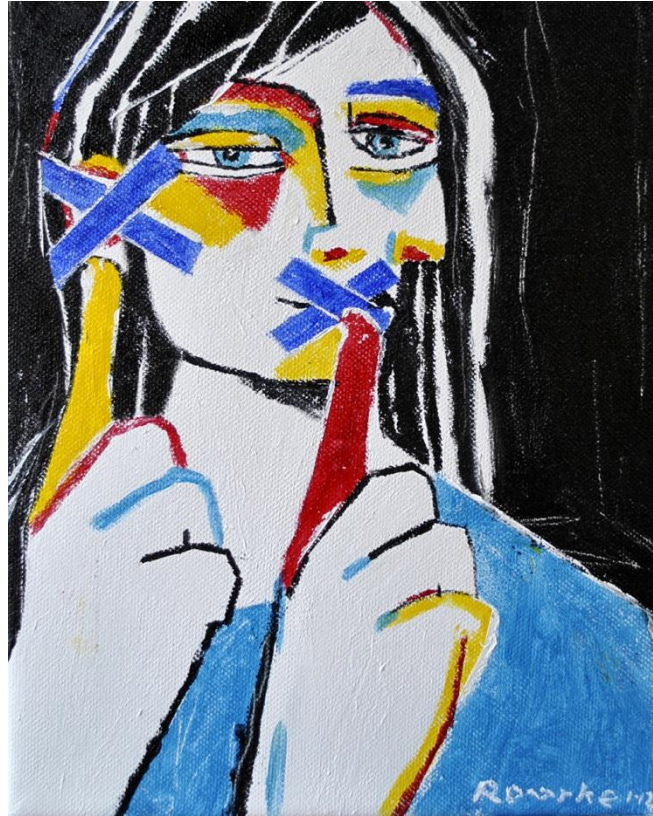


Figura 07 – *Deaf an Proud* (Nancy Rourke, 2012)
[<http://www.nancyrourke.com>]



Figura 08 – *Understanding Deaf Culture* (Nancy Rourke, 2010)
[<http://www.nancyrourke.com>]



Figura 09 – *Butterfly Pudding* (Susan Dupor, 2004)
[<http://www.duporart.com>]



Figura 10 – *Courtship* (Susan Dupor, 2003)
[<http://www.duporart.com>]



Figura 11 – *Family Dog* (Susan Dupor, 2001)
[<http://www.duporart.com>]



Figura 12 – *Resistance* (David Call, 2012)
[<http://www.eyehandstudio.com>]



Figura 13 – *The Inner Circle* (Mary Rappazzo, 2012)
[<http://www.mar1eye.com>]

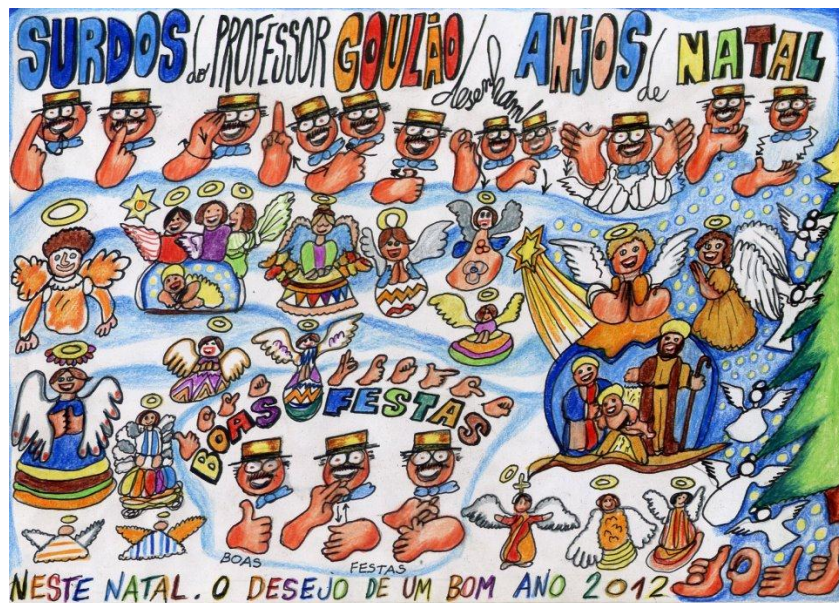


Figura 14 – *Anjos de Natal* (Francisco Goulão, 2011)
[<http://profsurdogoulao.no.sapo.pt>]



Figura 15 – *Enduring Atlas* (Warren Miller, 2012)
[<http://www.warrenmillerart.com>]



Tarzan, Ape Sign Language Interpreter

Figura 16 – *In Deaf Culture, set.* 2008 (Matt Daigle, 2008)
[<http://idc.mdaigletoons.com>]



When deaf hands are occupied, the blinking code is used as back-up communication.

Figura 17 – *In Deaf Culture, ago.2008* (Matt Daigle, 2008) [http://idc.mdaigletoons.com]



Side mirror for deaf biker

Figura 18 – *In Deaf Culture, jul.2008* (Matt Daigle, 2008) [http://idc.mdaigletoons.com]



Figura 19 – *Talky Parrot* (Tami Davidson, 2005)
 [http://quietscribblings.blogspot.com]

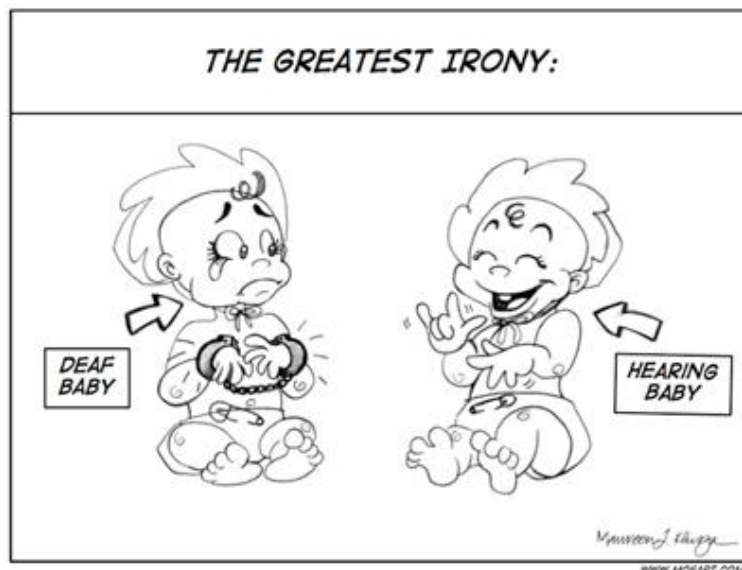


Figura 20 – *The Greatest Irony* (Maureen Klusza, 200?)
 [http://moeart.com]

The De'VIA Manifesto

Deaf View/Image Art

De'VIA represents Deaf artists and perceptions based on their Deaf experiences. It uses formal art elements with the intention of expressing innate cultural or physical Deaf experience. These experiences may include Deaf metaphors, Deaf perspectives, and Deaf insight in relationship with the environment (both the natural world and Deaf cultural environment), spiritual and everyday life.

De'VIA can be identified by formal elements such as Deaf artists' possible tendency to use contrasting colors and values, intense colors, contrasting textures. It may also most often include a centralized focus, with exaggeration or emphasis on facial features, especially eyes, mouths, ears, and hands. Currently, Deaf artists tend to work in human scale with these exaggerations, and not exaggerate the space around these elements.

There is a difference between Deaf artists and De'VIA. Deaf artists are those who use art in any form, media, or subject matter, and who are held to the same artistic standards as other artists. De'VIA is created when the artist intends to express their Deaf experience through visual art. De'VIA may also be created by deafened or hearing artists, if the intention is to create work that is born of their Deaf experience (a possible example would be a hearing child of Deaf parents). It is clearly possible for Deaf artists not to work in the area of De'VIA.

While applied and decorative arts may also use the qualities of De'VIA (high contrast, centralized focus, exaggeration of specific features), this manifesto is specifically written to cover the traditional fields of visual fine arts (painting, sculpture, drawing, photography, printmaking) as well as alternative media when used as fine arts such as fiber arts, ceramics, neon, and collage.

Created in May, 1989, at The Deaf Way.

The signatories were:

Dr. Betty G. Miller, painter; Dr. Paul Johnston, sculptor; Dr. Deborah M. Sonnenstrahl, art historian; Chuck Baird, painter; Guy Wonder, sculptor; Alex Wilhite, painter; Sandi Inches Vasnick, fiber artist; Nancy Creighton, fiber artist; and Lai-Yok Ho, video artist.

Hugo Eiji Ibanhes Nakagawa

Lisboa, 2012